

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – PPGCS**  
**MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**A ENCRUZILHADA DA VIDA POLÍTICA**  
**EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO RIO GRANDE DO NORTE**

**MELQUISEDEQUE DE OLIVEIRA FERNANDES**



**NATAL/RN**

**MAIO DE 2010**

**MELQUISEDEQUE DE OLIVEIRA FERNANDES**

**A ENCRUZILHADA DA VIDA POLÍTICA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA  
AGRÁRIA NO RIO GRANDE DO NORTE**

Dissertação apresentada como requisito para  
obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-  
graduação em Ciências Sociais da Universidade  
Federal do Rio Grande do Norte.

**ORIENTADORA: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Irene Alves de  
Paiva**

**NATAL/RN**

**2010**

Catálogo da Publicação na Fonte.  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Fernandes, Melquisedeque de Oliveira.

A encruzilhada da vida política em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Norte / Melquisedeque de Oliveira Fernandes. – 2010.

111 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Natal, 2010.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Irene Alves de Paiva.

1. Reforma agrária. 2. Assentamentos humanos – Rio Grande do Norte. 3. Trabalhadores rurais – Atividades políticas. 4. Movimentos sociais – Rio Grande do Norte. 5. Posse da terra. I. Paiva, Irene Alves de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 332.2.021.8(813.2)

**MELQUISEDEQUE DE OLIVEIRA FERNANDES**

**A ENCRUZILHADA DA VIDA POLÍTICA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA  
AGRÁRIA NO RIO GRANDE DO NORTE**

Dissertação apresentada em 28 de maio de 2010.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Irene Alves de Paiva - UFRN  
(Presidente)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elisete Schwade - UFRN  
(Membro Interno)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Olga Nogueira de Sousa Moura - UFERSA  
(Membro Externo)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cimone Rozendo de Souza – UFRN  
(Membro Suplente)

*Dedico à minha mãe,  
cuja luta cotidiana se confunde  
com a de tantos outros trabalhadores,  
filhos desta pátria mãe gentil.*

## AGRADECIMENTOS

À minha família de tradição agrícola e artesã da qual herdei, de um lado, a disposição para o trabalho e, do outro, a inesgotável busca pela excelência. Dentre todos agradeço especialmente a minha tia-avó Gertrudes, que me reservou o mais fino trato moral de nossa ascendência.

A todos os meus colegas do Grupo de Estudos de Práticas Educativas em Movimento – GEPEM, que fazem desse espaço um rico e fértil terreno para produção intelectual.

Em particular, a Jeremias, companheiro nesta árdua jornada acadêmica.

À CAPES, pelo auxílio que foi providencial para dedicação exclusiva à minha pesquisa.

À Marta Pernambuco, por ter me ensinado, entre outras coisas, a importância do rigor e da disciplina na produção do conhecimento.

À Maria Carmem, por ser, entre nós, uma referência de determinação e empenho.

Finalmente à minha orientadora Irene, pela confiança e dedicação em fazer de mim um verdadeiro sociólogo, cuja gratidão é sem medida. Hoje, observando o ciclo que se conclui com esse trabalho, posso enxergar quanta doçura e cuidado havia em cada gesto rigoroso e exigente.

Reitero aqui o apreço que tenho por essas três mulheres de vanguarda, que me tem feito enxergar, com as lentes da ciência, um horizonte de dias mais honestos.

## RESUMO

Dentro do caro processo histórico de luta pela terra no Brasil, os assentamentos rurais representam um marco de conquista de trabalhadores rurais sem terra. A princípio, oferecem condições básicas de sobrevivência, através do acesso à terra e suporte inicial para sua exploração. Ao mesmo tempo, são estimuladas formas de organização política das famílias para que consigam lidar com os novos desafios do cotidiano. O momento que segue à conquista da terra e, por conseguinte, a construção do assentamento enquanto projeto de vida e de trabalho, é atravessado por demandas objetivas e subjetivas, com destaque para as alternativas de produção agrícola e estratégias de articulação coletiva. As associações de assentados, originalmente formadas como dispositivos de gestão coletiva da terra, são também espaços reservados para sociabilidade política, que orientada por princípios participativos, pode conduzir os assentados às novas conquistas, ditadas no ritmo das experiências cotidianas. O objetivo desse trabalho é o de buscar compreender formas de participação no âmbito destas associações e a maneira pela qual isto se traduz em melhores condições de vida para o grupo, a partir das experiências de assentamentos localizados nos Territórios da Cidadania Mato Grande e Açu-Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte. As concepções teóricas que orientam esta análise concentram-se nas discussões sobre democracia e participação (Paterman, Putnam, Bodernave) e nas reflexões sobre o mundo rural (Medeiros, Martins, Woortmann e Woortmann, Bergamansco). Do ponto de vista metodológico, diferentes estratégias foram desenvolvidas: a observação direta, o registro em caderno de campo, a aplicação, *in loco*, de questionários socioeconômicos às famílias assentadas e entrevistas semi-estruturadas com as lideranças internas. Com isso, pudemos constatar que as formas de participação nas associações operam em dois sentidos: de um lado, promovem oportunidades de assimilação de capacidades democráticas acompanhada de noções de direitos sociais e redefinição de padrões políticos; de outro, oferece efetivamente a possibilidade dos próprios assentados conduzirem, com relativa autonomia, a organização política e suas mudanças em direção a um modo de vida que desejam ter no assentamento.

**Palavras-chave:** reforma agrária; assentamentos rurais; associativismo; organização política; participação; democracia participativa

## ABSTRACT

The rural settlements represent a mark in the expensive historical process of fight by the land in Brazil. At first offer basic terms of survival, through the access the land and of the fundamental supports for exploration. At the same time, have stimulated organization forms politicizes of the families who manage to work with the new challenges of the everyday. The moment that follows the land conquest, and therefore, the settlements construction while life and work project, it is crossed for objective and subjective demands, with highlight for options of agricultural production and strategies of collective action. Originally formed as representation instance legitimates of the families - front to the government and social actors - the settlers associations are private spaces for political sociability, that guided by principles participative, can lead the settlers the new conquests through indeed democratic experiences. The goal of this work is to comprehend the participation forms in the scope of these associations and the way as that translates in life best terms for the group, from the settlements experiences located in the Territories of the Citizenship Mato Grande and Açú-Mossoró, in Rio Grande do Norte's State. The theoretical conceptions that guide this analysis are concentrate on discussions about democracy and participation (Paternam, Putnam, Bodernave) and in the reflections about the rural world (Medeiros, Martins, Woodman e Woodman and Bergamansco). About methodological, different point of view strategies were developed: The direct observation, the application *in locate* of questionnaires to the families settlers and interviews semi-structured with the internal leaderships. With that could verify that the participation forms in the associations operate in two heartfelt: Of a side, they promote assimilation opportunities of democratic abilities accompanied of notions of social rights and redefinition of political standards; Of another, it offers indeed the possibility of the settlers lead, with relative autonomy, the political organization and her changes in direction to a way of life that wish to have in the settling.

**Keywords:** agrarian reform; rural settlements; associative; political organization; participation; democracy participative



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**CEB** – Comunidade Eclesial de Base  
**CNBB** – Confederação Nacional dos Bispos no Brasil  
**COOPERMIX** – Cooperativa Mista de Consultores Ltda.  
**COOPERVIDA** – Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento  
**CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
**CPT** – Comissão Pastoral da Terra  
**CPT OESTANA** – Comissão Pastoral da Terra do Oeste do RN  
**DNOCS** – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas  
**EJA** – Educação de Jovens e Adultos  
**EMATER** – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural  
**FETARN** – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do RN  
**IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**IBRA** – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária  
**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
**ITERN** – Instituto de Terras do Rio Grande do Norte  
**MAB** – Movimento dos Atingidos por Barragens  
**MAISA** – Mossoró Agroindustrial S/A  
**MASTER** – Movimento dos Agricultores Sem Terra  
**MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
**MEB** – Movimento de Educação de Base  
**MIRAD** – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário  
**MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
**ONG** – Organização Não-Governamental  
**PAPP** – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor  
**PA** – Projeto de Assentamento  
**PCB** – Partido Comunista Brasileiro  
**PC do B** – Partido Comunista do Brasil  
**PNRA** – Plano Nacional de Reforma Agrária  
**PPGCS** – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais  
**PROCERA** – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária  
**PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
**PRONERA** – Programa Nacional de Educação para Áreas de Reforma Agrária  
**PSF** – Programa de Saúde da Família  
**PT** – Partido dos Trabalhadores  
**SAR** – Serviço de Assistência Rural  
**STR** – Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
**TECHNE** – Cooperativa de Trabalho Multidisciplinar Potiguar  
**TERRA LIVRE** – Cooperativa de Assessoria Técnica e Gerencial para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar  
**TERRA VIVA** – Cooperativa de Trabalho para a Agricultura Familiar do Oeste Potiguar  
**UDR** – União Democrática Ruralista  
**UFRN** – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: REFORMA AGRÁRIA: UMA HISTÓRIA DE ENCONTROS E DESENCONTROS	20
O cortejo dos movimentos sociais do campo à reforma agrária	21
Assentamentos rurais no Rio Grande do Norte	29
CAPÍTULO II: AS NOVAS BASES DA LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	33
O assentamento enquanto conquista e espaço de novos desafios	34
O papel das associações	42
O papel das lideranças nas associações	48
O modo de vida das famílias assentadas	53
CAPÍTULO III: ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS	62
Apresentação dos dados	67
Território Mato Grande	70
a) Perfil das famílias assentadas	74
b) Associativismo e participação	76
c) Condições de vida da população assentada	84
Território Açu-Mossoró	87
a) Perfil das famílias assentadas	90
b) Associativismo e participação	94
c) Condições de vida da população assentada	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	108

## INTRODUÇÃO

---



Muito ouvimos falar sobre assentamentos de reforma agrária, histórias de lutas, disputas pelo acesso a terra, resistências e estratégias de sobrevivência no campo. Através de diferentes meios, reunimos informações com as quais compomos uma *imagem* sobre o que são as famílias assentadas e o cotidiano desses núcleos.

Não muito raro, somos surpreendidos por notícias jornalísticas que apontam os assentamentos como favelas rurais. Noutras, é comum a menção criminalizadora dos trabalhadores que reivindicam o legítimo direito de permanecerem no espaço rural sob condições dignas. Na maioria das vezes, é propagada uma imagem do trabalhador rural, na qualidade de pobre e necessitado, dentro de um espaço social naturalmente precário e fadado a esse destino.

Cercados de um fatalismo inexorável, esses sujeitos aparecem desvinculados do processo através do qual foram historicamente relegados à margem de nossa formação econômica e social, pela usura de seu principal meio de sobrevivência e precarização das possibilidades de reprodução social. Diante disso, torna-se difícil identificar a oportunidade que os assentamentos de reforma agrária podem representar para permanência e manutenção da vida nos contextos camponeses.

Pelo contrário, famílias assentadas são antes identificadas como oportunistas, mantidas pelos recursos do governo, cuja contrapartida é mínima ou nenhuma. As críticas mais ácidas, não obstante mais ingênuas, atestam o irrevogável fracasso dessa política, sob o argumento de que os trabalhadores sem terra<sup>1</sup> fazem da “posse” dela um mercado. Estamos a falar de um senso comum, manifestado tantas vezes diante de nós através de uma simples conversa ou pelos fluxos de informações midiáticas com a qual temos contato cotidianamente.

Embora não seja nossa pretensão desconstruir o estigma e os equívocos grosseiros que envolvem esse tipo de representação sobre os assentamentos, faz-se necessário investir aqui pequenas desconstruções, antes de nos enveredarmos sobre esse universo bastante provocativo. Um percurso que se confunde com a própria trajetória de nossa pesquisa e a mudança no olhar do pesquisador.

---

<sup>1</sup> É importante esclarecer que existe uma diferença fundamental entre as três diferentes formas de escrever o verbete “sem terra”. Quando escrito sem o hífen indica aquele trabalhador do campo que não possui sua terra de trabalho, ou seja, *sem (a) terra*. Quando as duas palavras são separadas por um hífen e acompanhadas de um “s” na palavra terra, indicam uma designação social para essa condição de ausência de terra e, portanto, de trabalho, *sem-terra(s)* refere-se, portanto, a uma identidade coletiva de trabalhadores sem terra. Já o verbete *Sem Terra*, com as duas iniciais em maiúscula, sem hífen e sem o “s”, é referente tão somente ao Movimento dos Sem Terra – MST, que se apropriaram dessa expressão criando um nome próprio. O hífen separa, portanto, a condição de trabalhador sem a posse da terra, de um grupo social, que compartilha a identidade de estarem sujeitos a essa mesma condição. (CALDART, 2000, p. 67).

Através do relato de minha experiência com o estudo sobre assentamentos rurais, seremos conduzidos pela desconstrução de certos “vícios” que orientam a interpretação sobre esses espaços, uma trajetória que certamente o leitor deverá se identificar. O corte na dimensão política partiu primeiro, de uma inclinação academia que venho nutrindo desde a graduação, e, segundo, de uma aposta em investigar como os assentados articulam recursos muitas vezes escassos na intenção de fazer desses núcleos um espaço de vida e trabalho.

Embora minhas raízes sejam agrícolas, assentamentos rurais não são comuns no Seridó, microrregião do Rio Grande do Norte, onde nasci e cresci. Nesse lugar o estreitamento dos laços pessoais, somada a uma razoável distribuição de imóveis rurais, parece ter diminuído as possibilidades de conflitos por terra, de maneira que a reforma agrária é conduzida por outros meios como, por exemplo, através do acesso a terra pelo crédito fundiário do governo federal<sup>2</sup>. Assim, minha compreensão sobre assentamentos rurais foi, até entrar em contato direto com esse universo, a mais comum entre todas, sobretudo, no que diz respeito a um senso grosseiro e precipitado de eficiência, a partir do qual o sucesso ou fracasso de um assentamento é medido, na maioria das vezes, pelos termos objetivos de produção econômica, ignorando as conquistas subjetivas que isso pode representar.

Meu caminho rumo a uma análise mais detida acerca do universo dos assentamentos rurais se inicia com a própria revisão do que seria o primado da terra. Essa palavra que nos contextos camponeses é carregada de um sentido que os move na luta por melhores condições de vida. De imediato, pude verificar, de modo empírico, o que a literatura já apontava: a posse da terra em si não é suficiente. O que parece estar em jogo é a efetivação de um projeto de vida diretamente vinculado a ela. Todavia, este fator não se resolve simplesmente com o acesso imediato, na forma do trabalho agrícola, mas pelas realizações que se efetivavam no cotidiano de experiências capazes de conduzir a modo de vida que se deseja ter no lugar.

Viver na (e da) terra sinaliza para aspirações na ordem de valores que são mais ou menos comuns ao homem do campo, tais como: independência, autonomia familiar, estabilidade e o que consideram ser uma vida digna. A vida num assentamento rural, para alguém que despendeu parte dela no cuidado a propriedades de terceiros, não significa

---

<sup>2</sup> Oferece condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento. Cf. <http://portal.mda.gov.br/portal/sra/programas/credito>.



trabalhar menos ou viver em bonança; mas certamente trabalhar com afinco e gozar cada pequena conquista pela dedicação a algo próprio.

Compreender os assentamentos rurais como espaço de vida e trabalho parte de localizá-lo dentro de um processo social complexo, que exigiu de mim a desconstrução da impressão de que a vida nesses espaços se resolvia numa pura inércia – talvez pela temporalidade particular, aparentemente lenta, mas que reserva seu próprio ritmo de mudanças.

A princípio, os primeiros contatos com essa realidade me despertaram um sentimento de desolação e pobreza. Essas impressões foram reforçadas pelas narrativas quase sempre queixosas dos assentados, posto que, ora apresentavam caráter mais reivindicatório, ora expressavam profundo desalento em relação ao futuro. Com o tempo, o acúmulo de leituras e discussões com a orientadora me fez perceber que se tratava de um modo de vida específico cujo “lamento” denotava a tentativa de construir algum tipo de reivindicação, frente a nós que poderíamos facilmente ser identificados como mediadores, tal qual os extensionistas rurais, funcionários do INCRA, representantes de movimentos sociais.

Por outro lado, nem tudo se faz lamúria no discurso dos assentados. A própria fala desses sujeitos intercala momentos de profundo pesar, com reivindicações bem articuladas e devidamente amparadas em noções de direitos sociais. Nesse sentido, recordo vividamente de uma ocasião, na qual uma senhora assentada nos descrevia seu percurso de luta pela terra, quando interrompida pela sua filha ao mencionar a palavra “invasão”, retificou de modo contundente: “Invasão não! Desde criança eu trabalho nessa propriedade, nada mais justo que hoje eu tenha um pedaço de terra pra plantar”<sup>3</sup>.

Cientes de seus direitos, os assentados são sujeitos que em geral encontram algum tipo de satisfação no trabalho agrícola, e, a noção de *terra* condensa em si significados de um modo de vida que consideram digno e desejável. Muitos mencionam com orgulho sua relação de pertencimento com ela, evocam suas raízes através de seus antecedentes agricultores e fazem questão de demonstrar, de algum modo, o domínio sobre habilidades e códigos particulares do meio rural, mediante gestos que insinuam certa vaidade, por exemplo, quando nos era oferecido algum tipo de comida como resultado e expressão concreta do trabalho na terra.

Terra e homem se confundem no assentamento através de uma intimidade tamanha,

---

<sup>3</sup> Assentada de Águas Vivas, no município de Ceará Mirim/RN.

que parecem um a realização do outro: a terra em cumprir com seu dever de produzir e o homem em retirar dela seu sustento. Salta-me a memória a imagem de um homem que chegou à sua casa, enquanto entrevistava sua esposa. Portando a enxada que trazia do roçado e vestindo um jeans, desgastado na altura dos joelhos, impregnado de barro vermelho, assim como estavam pés, unhas e mãos.

Nem pelo que poderia alguém julgar como estando “sujo”, aquele homem hesitou a se sentar no sofá e responder ao nosso questionário, que acrescido da curiosidade, lhe custou dezenas de minutos do importante tempo antes do almoço. Envolto de suor e trabalho o agricultor apresentava um orgulho desses que se pretende notar nos detalhes, quando por exemplo, mostrava as mãos espalmadas com o barro que nela continha.

Em nossas entrevistas, que tantas vezes assumiam o caráter de conversa informal, pudemos nos enveredar pela intimidade destes sujeitos. A grande maioria deles não hesitava em detalhar suas vidas, que direta ou indiretamente se confundiam com a vida no assentamento. Perguntas formais se desdobravam em conversas gostosas, interessantes, curiosas e que me prendiam muito a atenção. Tantas vezes pude ouvir sentimentos supostamente guardados, mas que na ocasião encontrava oportunidade de serem externados para alguém, a principio, interessado em saber sobre suas vidas. A simples pergunta sobre o estado civil podia desencadear numa história de amor e traição.

Além do que foi dito, muita coisa não pôde ser registrada senão na memória do pesquisador. O modo de falar direto e incisivo, os gestos sólidos, a firmeza das expressões, os sinais de aprovação e reprovação, tudo isso que poderia parecer a principio rispidez ou grosseria, nos conduzia aos detalhes da caracterização dos assentados. Vale destacar o exemplo das sutilezas das relações domésticas, através dos gestos que definiam os papéis: aos pais de família cabia a resposta verdadeira às nossas perguntas, enquanto que os demais se manifestavam apenas a título de sugestão, opinião, arriscando ainda serem revogados numa curta sentença de olhares.

Ao nos receberem em suas casas, os assentados compartilhavam conosco muito mais do que informações pura e simplesmente. Os interiores de seus lares revelam a própria intimidade de seu modo de vida particular. O capricho no cuidado do mobiliário, o pano cobrindo a televisão e o aparelho de som, as crianças desarrumando a sala insistentemente limpa, os animais com licença para passear entre nós e até interromper a entrevista. O milho e o feijão amontoados nos cantos das paredes. Do lado de fora, as galinhas rodeando a casa e o boi de carroça descansando manso, à sombra de uma árvore frondosa. Um monte de

crianças disputando uma bicicleta. Garotas curiosas, escoradas em um canto de porta ou janela acompanhando a movimentação de nossa equipe – composta por poucos, mas o suficiente pra amotinar a paisagem.

São imagens fixadas na memória, ao lado da intenção de ver prosperar estas unidades de produção e vida camponesa. Mas há outras expressões menos animadoras, de semblantes com profunda insatisfação, relatos de experiências mal sucedidas, casas e lotes parcial ou inteiramente abandonados e, junto a isso, o esvaziamento da esperança no coração dos assentados.

A despeito do que pode ser animador, ou não, não podemos perder de vista que os assentamentos rurais representam um experimento democrático relativamente novo na história de nosso país e, com isso, apresentam muitos dilemas ainda não resolvidos. O estudo sistemático de suas experiências é fator que sem duvida deve colaborar para uma política social mais eficiente. Em nossa pesquisa, como em tantas outras, registramos que a maioria das famílias reconhece uma substancial melhoria em termos de padrão de vida. Se por um lado os projetos de assentamento apresentam problemas ainda não solucionados, por outro, é inegável que são uma conquista para trabalhadores rurais sem terra, tanto em termos de condições objetivas de existência, quanto no avanço rumo a garantia de direitos sociais.

Nesse trabalho buscamos “garimpar” os resultados positivos de experiências concretas, tomando os assentamentos rurais a partir de três referências básicas: primeiro, enquanto marco de uma *conquista* histórica; segundo, como espaço de *oportunidades*; e, terceiro, como campo de *experiências* democráticas.

Resultado de um longo processo de reivindicações e disputas, estas unidades representam um marco na trajetória de luta pela terra no Brasil. A princípio, oferecem condições básicas de sobrevivência, através do acesso à terra e das condições fundamentais para sua exploração. Paralelamente, são estimuladas formas de organização política para que as famílias consigam lidar com os novos desafios que emergem do cotidiano. As associações de trabalhadores rurais são espaços reservados para negociação e sociabilidade política dos assentados, nas quais são formuladas estratégias de ação coletiva orientada por princípios democráticos.

O trabalho associativo recupera vivências anteriores, através de discussões e troca de experiências entre as famílias, ao passo que visa dar continuidade às conquistas acumuladas pelo grupo, sob a orientação dos atores sociais envolvidos no processo, cuja atuação induz



um sentido próprio para participação, no cotidiano das relações políticas, em que se destaca o igualitarismo, a horizontalidade, cooperação e civismo.

A oportunidade de participar de uma associação de assentados inclui um novo suporte para a articulação política desses sujeitos. Ela se constitui ao mesmo tempo de um espaço de formação – na medida em que a sociabilidade é orientada para certo tipo de participação democrática – e canal de representação – ao passo que viabiliza a interlocução entre famílias e diferentes modalidades de poder.

Partindo-se dessas três referências básicas – o assentamento como conquista, as associações como oportunidade e a participação como experiência – emergem algumas questões das quais tentaremos responder com esse trabalho de pesquisa: 1) A partir das condições que lhes são oferecidas, e, especialmente das oportunidades de organização associativa, de que forma estes trabalhadores se articulam para compor um modo de vida que desejam ter? 2) No âmbito das associações, quais experiências participativas têm conduzido efetivamente a melhores condições de vida para as famílias assentadas? 3) Qual o papel das associações nesse processo? 4) Que *formas* assumem a participação dos assentados em suas associações? 5) Que resultados e desafios podemos destacar das experiências participativas estudadas?

Na tentativa de responder a essas questões, temos como objetivo compreender as formas de participação experimentadas no âmbito de associações de assentados e a maneira como isso se traduz efetivamente em melhores condições de vida. Os estudos sobre as *formas de participação* dos assentados em suas associações são orientados por alguns pressupostos, entre os quais se destaca a compreensão dos assentamentos rurais como espaço de vida e trabalho, resultado de luta dos trabalhadores rurais sem terra; que uma vez assentados as associações assumem um importante papel no reordenamento do processo de luta por melhores condições de vida; e que as experiências internas permitem o acúmulo de capacidades que habilita os sujeitos a exercerem certos procedimentos democráticos (Pateman, 1992).

Pretendemos aqui caracterizar os assentados com base em seus valores, recuperando-se um pouco de sua trajetória de vida e de trabalho; explorar a rede de sociabilidade que orienta a participação nas associações; observar como os valores dos assentados são reinventados diante da pressão por uma organização participativa e democrática e, finalmente, compreender como essas relações se traduzem efetivamente em conquistas.

*Caminhos da pesquisa*

A abordagem apresentada nesta dissertação de mestrado é parte de uma pesquisa mais ampla e abrangente que teve início no começo de 2007, intitulada INCRA-Ambiental. O projeto de pesquisa realizou o levantamento socioeconômico e ambiental em 33 assentamentos rurais, numa amostra aproximada de 10% desses núcleos no Rio Grande do Norte. Uma demanda do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/RN) desenvolvida pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), como requisito para emissão do licenciamento ambiental dessas áreas. Para tanto, foram reunidas equipes interdisciplinares que trabalharam na avaliação do solo, recursos hídricos, fauna, flora e aspectos sócio-econômicos das famílias assentadas, sendo esta última de incumbência da equipe de Ciências Sociais e Pedagogia, cuja base de dados oferece suporte para esta pesquisa específica.

Mediante as visitas em cada um dos assentamentos que compõem o Projeto INCRA-Ambiental, foi possível problematizar e eleger dois grupos de assentamentos com os quais desenvolvemos um estudo comparativo. São ao todo 18 assentamentos agrupados em dois Territórios da cidadania<sup>4</sup>: Território Açú-Mossoró (onde se localizam 10 projetos) e Território do Mato-Grande (com 08 projetos). A escolha desses dois territórios, entre os seis existentes no Estado, ocorreu por dois motivos: primeiro, porque são os que concentram o maior número de famílias assentadas (Açú-Mossoró 6.436 famílias e Mato Grande 5.081 famílias); segundo porque esses territórios apresentam diferentes padrões em termos de ocupação das áreas, disposição de atores sociais e trajetória dos grupos de famílias, conferindo um perfil particular a cada um deles, o que nos oferece a possibilidade de um estudo comparativo.

Os dados mais gerais, relativos a cada um destes territórios, foram obtidos a partir de pesquisa documental, sobretudo através de trabalhos acadêmicos relativos a essas áreas. Particularmente, em relação aos assentamento aqui investigados, utilizamos da aplicação de

---

4 Criados em fevereiro de 2008, o programa Território da Cidadania mobiliza dezenove ministérios, na tentativa de integrar ações de nível federal, estadual e municipal, juntamente com a participação da sociedade civil no sentido de garantir às regiões de baixo IDH, acesso a programas básicos de cidadania e desenvolvimento econômico. Nascido a partir da noção anterior de “Territórios Rurais”, esse programa prioriza o meio rural considerando-o como um espaço no qual prevalece forte desigualdade social. Os aglomerados de municípios que compõem cada território foram definidos com base na afinidade econômica, geográfica, ambiental e cultural. Um dos critérios para que um município componha o território é ter maior número de agricultores familiares e assentamentos de reforma agrária, o que aponta para a estreita ligação com o Programa de Reforma Agrária. Integrar ações de nível federal, estadual e municipal, juntamente com a participação da sociedade civil no sentido de garantir às regiões de baixo IDH o acesso aos programas básicos de cidadania e desenvolvimento econômico.

questionários socioeconômicos com as famílias assentadas, entrevistas semi estruturadas com os presidentes das associações e anotações em caderno de campo resultantes da observação direta. As visitas foram realizadas durante todo o período de levantamento de dados do projeto INCRA-Ambiental, ou seja, entre 2007 e 2009.

A estrutura do nosso trabalho está organizada de maneira que no primeiro capítulo, procuramos localizar a luta pela terra e a política de Reforma Agrária como um processo de conquistas de trabalhadores rurais que disputaram ao longo da história condições dignas de permanência no campo.

No segundo capítulo, procuramos apresentar o assentamento na qualidade de espaço de oportunidades, sobretudo no que diz respeito à organização política associativa. Nesse ponto, destacamos o papel das associações e como elas operam na mudança de vida das famílias assentadas, tanto em termos objetivos (melhores condições de existência) como em termos de visão de mundo (formação política democrática); também procuramos salientar aspectos gerais do modo de vida dos assentados, o que nos ajudará a compreender mais adiante os dilemas da participação nas associações.

No terceiro capítulo trataremos das experiências participativas nos territórios do Mato Grande e Açu-Mossoró. Em cada um deles exploramos o perfil das famílias assentadas, a maneira como se apropriam e operam noções de direitos sociais e a maneira como a sociabilidade política das associações se desdobram na busca de melhores condições de vida para o grupo.

Finalmente, o último capítulo é reservado para as considerações finais da nossa pesquisa, onde realizamos a sistematização dos dados e apresentamos apontamentos para continuidade da discussão.

*É preciso força  
pra sonhar e perceber  
Que a estrada vai  
além do que se vê*

(Marcelo Camelo)

## CAPÍTULO I | REFORMA AGRÁRIA: UMA HISTÓRIA DE ENCONTROS E DESENCONTROS

---





Protagonista e vilã de nossa formação social, a concentração fundiária atravessou os séculos e ainda é responsável por alguns de nossos maiores dilemas sociais, de maneira que a questão agrária ainda permanece pendente como problema histórico – conforme registram várias obras de nossa historiografia<sup>5</sup>. O mundo rural, atravessado pelas mais agudas assimetrias, revela também uma grande variedade de formas de resistência e contestação. De um lado, há os sujeitos vítimas de processos excludentes e firmes em suas estratégias de resistência, de outro, o grande latifúndio e suas formas de repressão explícita ou velada.

Os modernos assentamentos agrários são produto deste embate, que abordaremos neste trabalho, na forma de um marco histórico da luta de trabalhadores rurais sem-terras. Expressão de um caro percurso de encontros e desencontros na busca por direitos sociais, assumem importante papel no espaço rural, onde historicamente predominou toda a sorte de arbitrariedade e exploração, amparada na exclusão daquela que é, nesse espaço, o meio fundamental de produção e reprodução da vida camponesa.

Enquanto experimentos democráticos, os assentamentos rurais se inscrevem na história do Brasil com grande potencial de transformação, aspecto que destacamos sob o corte das relações políticas, dentro dos espaços das associações de assentados, no que tange a formação de sujeitos mais habilitados para atuarem dentro dos marcos de uma sociedade que se pretende democrática e participativa.

### **O cortejo dos movimentos sociais do campo à reforma agrária**

Muitos são os fatores históricos que colaboraram para tornar o mundo rural um espaço onde se estreitaram cada vez mais as alternativas de vida para a população camponesa. Conforme aponta Moacir Palmeira (2008), as migrações internas no Brasil revelam a saturação das alternativas de permanência no campo, através de um movimento daqueles que fugiam do campo em direção às cidades numa tentativa de se esquivar das condições de vida cada vez menos toleráveis. Destaca-se a sistemática expropriação do camponês de suas terras, associada à inviabilização das pequenas propriedades, principalmente por impedir a reprodução social de “agregados”, “moradores” ou “colonos”,

---

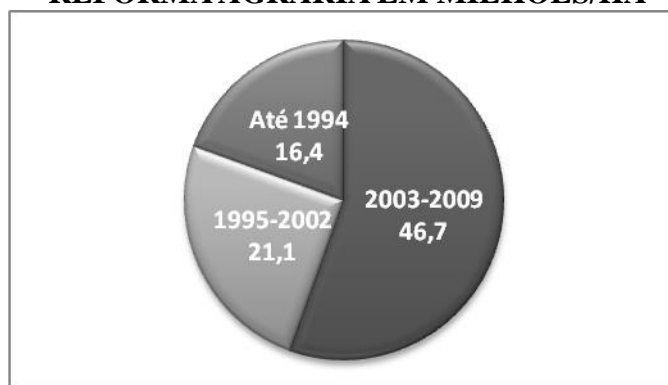
5 Cf. Darcy Ribeiro (1995); Sergio Buarque de Holanda (2008), Oliveira Vianna (2005), Gilberto Freyre (2006) entre outros.

como também, pela expansão de fronteiras agrícolas, grilagens e a expulsão pelo uso de força paramilitar ou com o aval do Estado<sup>6</sup>. Deve-se mencionar, ainda, a nossa contemporânea “modernização conservadora”, no marco da parceria entre capital e latifúndio, tornando a terra um empreendimento capitalista, o que significa falar na mecanização das atividades agrícolas e, conseqüentemente, dispensa de mão-de-obra humana.

Migrar de um lugar para outro foi, e continua sendo, uma alternativa para famílias sem terra, que encontram esgotadas as possibilidades de permanência no meio rural. Em nossa pesquisa, tivemos contato com famílias vindas de longe, das fronteiras com o Ceará ou Paraíba, grupos inteiros deslocados pelo percurso de ocupações mal sucedidas. A estratégia peregrina, ainda comum nos nossos dias, revela também uma forma de resistência histórica, inscrita num jogo de disputas em que se cortejam políticas sociais, dedicadas apenas timidamente à questão agrária em nosso país.

Não obstante – verdade seja dita –, dá-se aos últimos governos o que lhes é de merecimento. Saltos significativos foram alcançados, desde a segunda metade dos anos 90, na implementação de assentamentos rurais em todo território brasileiro, como parte de uma política social que finalmente se resolveu, de algum modo, encampar<sup>7</sup>. Basta, para isso, observar o crescimento no volume de terras desapropriadas nos últimos anos para fins de reforma agrária:

#### TERRAS DESAPROPRIADAS PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA EM MILHÕES/HA



Fonte: INCRA/MDA, 2009.

6 Vide análises nesse sentido, em AKELRUD (1987) e MARTINS (1995).

7 José Graziano da Silva analisa o amplo processo de Reforma Agrária na obra intitulada *Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*, o qual manifesta o sentido de que “a reforma agrária brasileira se justifica, nos anos 80, como uma política social, independente dos reflexos produtivos que possa vir a ter. Isso significa que antes de resolver o problema do feijão e do arroz, precisamos decidir se os milhões de trabalhadores rurais desse país têm direito ou não de serem cidadãos brasileiros” (SILVA, 1985, p. 101. Grifo do autor).

A expressão assumida por estes números revela um processo ainda em pleno curso, de uma longa disputa pelo alargamento da esfera dos direitos das populações camponesas, que tem seu início com a própria organização desses sujeitos, através de incontáveis formas de mobilizações. Entre elas, destacaremos algumas principais, divididas através do que se convencionou chamar de *velhos* e *novos* movimentos sociais do campo, tendo como divisor entre as categorias o golpe militar de 64<sup>8</sup>.

Registra a literatura que, antes desse notável acontecimento histórico, os movimentos sociais no campo se articulavam em torno de lideranças paternalistas e carismáticas, apresentando, desse modo, um caráter eminentemente messiânico, sobretudo até as três primeiras décadas do século passado. Isso significa dizer que ocorriam na forma de rebeliões sociais, como o banditismo, bastante disseminado pelo nordeste brasileiro; ou em forma de lutas relativamente organizadas, mas com propósitos políticos ainda pouco definidos, como foram as Ligas Camponesas no Nordeste<sup>9</sup> e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) no Rio Grande do Sul, durante as décadas de 50 e 60 (Cf. SCHERER-WARREN (1993).

Sob influência de diversos atores que, nesse período, adentraram o cenário político do campo ou se desenvolveram nesse espaço como promotores da causa camponesa – com destaque para o Partido Comunista, Ligas Camponesas e Igreja Católica – foram estimulados a formação de sindicatos como estratégia legítima de articulação. Na verdade, foi devido a uma disputa dos atores por espaço no campo das lutas camponesas que os movimentos sindicais se disseminaram, assumindo perfis variados, de acordo com as ações de cada mediador.

A despeito das divergências internas provocadas por certo confronto pela adesão dos camponeses, seus limites iam de encontro ao princípio de “unidade do movimento”, contra a violência patronal, que se fazia imprescindível o mínimo de união. Como expressão dessa

---

8 Caracterizados por ações mais contestatórias e reivindicativas, Scherer-Warren (1993) e Gohn (2003) classificam, respectivamente, como velhos ou antigos os movimentos sociais anteriores ao golpe de 64, diferentes dos movimentos formados posteriormente, identificados por uma atuação mais propositiva e operante dentro dos marcos institucionais manifestos pela constituição de 1988.

9 Com as Ligas Camponesas, a questão agrária no Brasil ganhou destaque no cenário das reivindicações sociais com amplitude nacional. Surgidas como “entidade de ajuda mútua para financiar o enterro digno dos camponeses” (BORDENAVE, 1994, p. 67), só depois evoluíram para a militância política. Tiveram origem no Nordeste, mais especificamente no estado de Pernambuco, através de experiências particulares, cujo modelo de luta se disseminou por toda região, com exceção do Rio Grande do Norte, onde foram barradas pela Igreja Católica. O caso da Liga Camponesa da Galiléia, em Pernambuco, é emblemático. Lá, pouco mais de 140 famílias ganharam, através da justiça, o direito de serem assentadas na própria fazenda onde trabalhavam, ou serem remanejadas para outras áreas compradas pelo Estado. O fato se tornou um marco na luta pela terra, oferecendo um exemplo bem sucedido de luta para várias outras regiões do Brasil.

aliança, foi criada em outubro de 1963, em Recife, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), que passou a ser reconhecida legalmente em janeiro de 1964.

Em pouco tempo os movimentos sindicais se desdobraram em formas de ação coletiva que iam de contestatórias – às condições de trabalho no campo –, até combativas ao latifúndio – nos limites dos marcos legais reivindicando a permanência nas terras. Assumiram papel providencial, no que diz respeito ao rompimento dos laços de servidão e, desse modo, os sindicatos rurais ajudaram a conter o ritmo da expropriação, contribuindo para enfraquecer os padrões tradicionais de dominação, através de uma mediação paralela, ao mesmo tempo, concorrente com os aparelhos privados de dominação senhorial.

A presença dos STRs, no contexto do mundo rural, atravessou o tempo e se tornou constante nos dias atuais como forte aliado na luta dos trabalhadores do campo. Os sindicatos foram os grandes responsáveis – conforme veremos mais adiante – pelos contínuos avanços na legislação rural, para que esta não acompanhasse a tendência das leis de se tornar letra morta.

Com seus serviços jurídicos ou assistenciais permitiu (e ainda permite) um considerável grau de autonomia das famílias camponesas frente aos laços de servidão que os prendem. Do lado das necessidades vitais, os sindicatos oferecem a possibilidade de esvaziamento dos compromissos em que se reforçam sistematicamente as relações de dominação entre patrão e trabalhador rural, a partir de favores como serviços médicos e jurídicos. Em particular, do ponto de vista da assistência jurídica, essas entidades passaram a exercer uma mediação legítima entre sem-terras e Estado, paralela aos aparatos jurídicos privados dos proprietários. Logo, o sindicato se colocava como veículo para implementação de regras impessoais que negam a dominação personalizada do latifúndio.

Ligas Camponesas, sindicatos e outras formas de organização dos trabalhadores rurais permitiram, paulatinamente, o aprimoramento das formas de ação coletiva, cujas iniciativas visavam dialogar diretamente com o governo, tendo por finalidade introduzir suas demandas específicas na esfera das políticas governamentais. O processo de disputas levado a cabo pelos velhos movimentos sociais do campo – no qual a luta pela terra aparece como plano de fundo para a maioria deles – contribuiu para elevar a questão agrária como um dilema ainda não solucionado em nossa sociedade, por esse motivo, digno de atenção.

Praticamente no final da década de 1950 e início da década de 60, os teóricos da questão dos movimentos sociais no campo e da questão agrária identificam *o fim da terra de*



*permissão* como sendo responsável por profundas alterações nas relações de moradia (Cf. PALHANO, 1995). O morador, que com sua família trabalhava para um fazendeiro e recebia permissão para morar e colocar roçado no interior das fazendas, já despossuído de seu meio de subsistência, ao ser expulso, se transforma em trabalhador clandestino contratado por empreiteiros.

Com o fim da terra de permissão ocorre: 1) proprietários deixam de conceder aos poucos trabalhadores rurais terra para plantio, seja pelo arrendamento, ou pela forma de “terça” e “meia” da produção; 2) repressão das lideranças e tolhimento do movimento camponês e sindical; 3) luta para se manter nas terras de herança, asseguradas pela posse ou terras do Estado; 4) ocupação de terras devolutas.

Em consequência das pressões exercidas perante o Estado, é promulgado, durante o mandato do Presidente João Goulart o Estatuto do Trabalhador Rural em 1963. Na forma desta lei, os trabalhadores rurais teriam os mesmos direitos adquiridos pelos trabalhadores urbanos: estabilidade de emprego, indenização de licenciamento, etc. (Cf. SABOURIN, 2008). A importância do documento foi reconhecida por Caio Prado (2007), ao comentar seus avanços meses depois de instaurada: “[...] se efetivamente aplicada, com o devido rigor, promoverá por certo uma das maiores transformações econômicas e sociais já presenciadas neste país. Será, podemos dizer, uma verdadeira complementação da lei que aboliu a escravidão em 1888.” (p. 251).

Todavia, desencadeou-se reação contrária ao Estatuto, acarretando na limitação do seu potencial. A tentativa de efetivá-la viu-se detida diante da expulsão massiva de trabalhadores no campo, como reação dos proprietários de não lhes assegurar os direitos prescritos pela legislação.

Muito embora não tenha tido a ampla repercussão e impacto enunciado por Caio Prado, o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, sem dúvida se constituiu como ponto de partida para institucionalização de um programa de reforma agrária, tal qual conhecemos hoje. Apesar da retaliação despendida pelos grandes proprietários de terra, o estatuto elevou o trabalhador rural à uma categoria profissional, o que implica dizer, como parte do mundo do trabalho. Com isso, acrescenta a essa nova categoria uma série de direitos, mais tarde desdobrados em uma extensa legislação complementar.

Perseverantes e se aproveitando das pequenas conquistas acumuladas, os atores sociais do campo tiveram, finalmente, um “encontro marcado” com a ensejada reforma

agrária, alcovitado pelo Governo de Goulart. Parte fundamental do que chamou das reformas de base, a reforma agrária prometia transformações radicais na estrutura fundiária brasileira.

Talvez, por esse motivo, no começo de 1964 os caminhos foram desconstruídos pelas ações do regime militar instalado naquele ano. No marco da repressão às manifestações da sociedade civil seguidas a esse período, os movimentos sociais do campo sofreram o que na literatura se denomina de “refluxo” ou “arrefecimento”, ou seja, encontraram atadas suas estratégias de mobilização e, com isso, foram obrigadas a recuar parcial e temporariamente na arena das disputas políticas. Os pobres do campo, logo cedo perceberam que a implantação do regime representava uma grave desarticulação para eles, interrompendo os avanços com os quais vinham acumulando forças e experiências. Fator que na compreensão de Akcelrud (1987), fez deslocar o que havia se organizado.

Como forma de assegurar o controle dos movimentos camponeses e sindicais que haviam se multiplicado no período anterior, os militares, no mesmo ano em que ocuparam o governo, lançam mão do Estatuto da Terra de 1964, na intenção de manter a luta popular num âmbito politicamente administrável. O modo como foi executado, permitiu desarticular o turbilhão de mobilizações camponesas que movimentava diversas regiões do país, a partir de uma bandeira de reforma agrária que se limitou a colonização da região Amazônica e partes do Cerrado, atraindo trabalhadores rurais sem terra, por propagandas de oportunidades nesses locais (Cf. BERGAMASCO; NOLDER, 1996).

Foi sob o lema *Terra sem homens para homens sem terra*, que o governo militar conseguiu compatibilizar tensões em torno de uma Reforma Agrária dita necessária ao desenvolvimento das regiões menos populosas. Com isso, foi possível cumprirem com sua contrapartida aos setores empresariais que os apoiaram no golpe, através de um plano de expansão de grandes empresas nessas regiões, onde foram oferecidos incentivos fiscais, concessões de amplas e generosas áreas, obras de infra-estrutura e oferta de mão-de-obra barata dos itinerantes.

Às famílias deslocadas para essas regiões, não foi dada nenhuma condição de sobrevivência, além da terra na qual deveriam trabalhar para as empresas, de maneira que, saturadas de exploração, muitas foram levadas a abandonar seus lotes, ficando a mercê da

própria sorte, num lugar que não conheciam – sem mencionar as incontáveis mortes, ocorridas nesse contexto, que se tem (ou não) notícia<sup>10</sup>.

Desmantelada e acuada ao norte, Reforma Agrária e atores do campo se mantiveram assim desencontrados.

Uma sistemática onda de despejos de ocupantes de terra, ligados na maioria dos casos ao Movimento dos Sem Terra, varreu o País, indicando uma conduta relativamente coesa dos magistrados em defesa de concepções extremamente conservadoras da terra. O que era pressão dos movimentos camponeses passava a esbarrar na muralha que a aliança entre capital e terra erguera contra a possibilidade de qualquer alteração substantiva na ordem política e social. (MARTINS, 1985, p. 91).

Por outro lado, as configurações históricas não permitiam ignorar nem as forças populares do campo nem a aguda concentração de terra, de maneira que, a despeito de todo esforço contrário, os movimentos camponeses encontraram no Estatuto da Terra 1964 um marco legal que os fortaleceria na própria luta:

A nova legislação impôs um novo recorte da realidade: ao estabelecer conceitos como latifúndio, minifúndio, empresa rural, arrendamento, parceria, colonização, o Estado criou uma camisa-de-força para os tribunais e para seus próprios programas de governo, e tornou possível a sua intervenção sem o concurso de mediadores, abrindo espaço para a atuação de grupos sociais que reconheceu ou cuja existência induziu. Estes conceitos se tornaram referências que reordenaram as relações entre grupos, propiciando a formação de novas identidades. (PALMEIRA, 2008, p. 195).

Em outras palavras, “o Estatuto da Terra reconheceu a existência de uma ‘questão agrária’, de interesses conflitantes dentro daquilo que, até então, era tratado dentro de um todo indivisível, a ‘agricultura’” (PALMEIRA, 2008, p. 197). Logo, o marco legal de uma questão agrária permitiu o fortalecimento interno dos grupos contestatórios, na medida em que clarificou as fronteiras da luta entre trabalho e latifúndio, fortalecendo suas identidades coletivas – nós os sem-terras contra os grandes latifundiários e o regime que os apóia – e permitindo, dentro da legalidade, o alargamento das esferas de disputa legítima. O que, por sua vez, colaborou para uma sensível descriminalização desses grupos.

No final dos anos de 1970 a repressão violenta e o modelo de desenvolvimento dos militares, focalizado na concentração de capital nas mãos das elites econômicas, em

---

10 No documentário *Nas Terras do Bem-Virá* de Alexandre Rampazzo e Tatiana Polastri, lançado em março de 2007, o leitor encontra uma excelente caracterização das condições em que vivem trabalhadores rurais, retirantes e nativos, no norte do Brasil.

detrimento dos trabalhadores, já saturavam as condições de vida destes últimos, seja nos campos e/ou nas cidades.

Quando “de muito gorda a porca já não anda e de muito usada a faca já não corta”<sup>11</sup>, a partir dos anos de 1980 o Brasil passa a viver uma conjuntura de extrema disputa pela abertura política e mobilizações pelo fim da ditadura. Com “a certeza na frente, e a história na mão”<sup>12</sup>, a propagação das lutas populares, numa conjuntura marcada pelo desemprego generalizado, estimulou a retomada das organizações de disputa pela terra. Os movimentos sociais se fortaleceram vertiginosamente e conseguiram articular a sociedade civil numa pressão capaz de depor o regime, provocando a reabertura democrática.

O período posterior ao golpe militar de 64 é marcado pela emergência de grandes atores nos espaços de articulação da sociedade civil. Caracterizados por estratégias de ação coletiva mais propositivas e menos contestatórias, com a redemocratização os chamados “novos movimentos sociais” passaram a se articular dentro dos marcos legais conquistados e garantidos pela constituição de 1988. Agora não mais de costas para o estado, mas dentro das possibilidades de ação legal que são oferecidas. (Cf. GOHN, 2003).

Entre os novos atores do campo, destacamos: 1) a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), surgida para reunir e coordenar as ações até então pulverizada dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais; 2) a Comissão Pastoral da Terra (CPT) criada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1975, com a finalidade de apoiar os agricultores na Amazônia<sup>13</sup> 3) e, finalmente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criado no final dos anos de 1970, sendo particularmente forte no sudeste de Brasil e atingindo seu auge na metade dos anos de 1960, articulando ocupações realizadas de maneira pontual e isoladas.

Fortalecidas pela capacidade que tiveram de conciliar, em torno de si, diferentes bandeiras, CONTAG, CPT e MST crescerem no cenário nacional e se constituíram como as principais mediadoras entre governo e trabalhadores rurais sem-terra. Através deles foi possível elevar a questão agrária até um programa de governo, traduzido em um projeto democrático que se pretendia amplo e massivo.

É fora de dúvida que CPT e MST foram as principais organizações responsáveis pela inclusão da questão agrária na agenda política do Estado brasileiro, já não

11 Trecho da composição *Cálice*, de Chico Buarque de Holanda.

12 Trecho da composição *Pra não dizer que não falei de flores*, de Geraldo Vandré.

13 Mais tarde estendeu-se aos sem-terra de todo o país. Paralelo a CONTAG apoiou fortemente os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, que experimentaram, com isso, um forte crescimento e fortalecimento.

mais como problema residual, episódico e menor, [...] mas como rotineiro problema social de urgência. (MARTINS, 2000, p. 21).

Expressão concreta desse caro percurso de luta, os assentamentos rurais tem se consolidado como principal eixo da política agrária em nosso país. Mesmo longe de constituir de um processo sistemático e de tal impacto capaz de transformar as estruturas fundiárias, os assentamentos rurais tem se capilarizado mundo rural brasileiro, apresentando uma alternativa concreta de permanência do homem na terra, e mais do que isso, tem gerado novo espaço de relações políticas entre famílias camponesas, movimentos sociais, governo, ONGs e demais atores, além de outros padrões de relações políticas internas, apontando para a possibilidade de reduzir nossas seculares assimetrias sociais.

### **Assentamentos rurais no Rio Grande do Norte**

No estado do Rio Grande do Norte, a concentração de terras acompanha a moda da casa. A reprodução do grande latifúndio se fez, sobretudo, durante o desenvolvimento das atividades de monocultura da cana-de-açúcar no litoral e do algodão no interior do espaço agrário potiguar. Mesmo com a crise desses sistemas econômicos, preservou-se a concentração de terras, através das atividades agropastoris que se diversificavam, a pecuária leiteira e de corte, mineração e fruticultura irrigada destinada a exportação, além da parte preservada da cultura de cana (COSTA, 2005).

Processos como a expansão da cana-de-açúcar no litoral, dos sistemas agropastoris no interior ou o recente crescimento de agroindústrias no Oeste, promoveram a expulsão massiva de trabalhadores rurais em suas propriedades, registrado por Severina Garcia de Araújo (2005) em quatro momentos históricos.

O primeiro se referente à exploração do petróleo, quando o governo de Geisel assina os denominados “contratos de risco”. Como consequência, a dinamização da exploração do petróleo empreendida pela Petrobrás e por empresas particulares invadiu pequenas e médias propriedades, destruindo plantações sob o aval do Estado militar.

O segundo momento compreende a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, no Vale o Açú, projetada nos anos de 1970 e concluída em maio de 1983, com a

finalidade de ser a maior represa do estado. A grandiosidade da obra foi acompanhada por um grande número de pequenos agricultores familiares expropriados e não realocados.

O terceiro diz respeito ao projeto de irrigação da subzona do Açú, planejada sob moldes estritamente capitalistas. Após a instalação de várias empresas nacionais e algumas estrangeiras de fruticultura, a região se transforma no terceiro e mais importante pólo de fruticultura irrigada do Nordeste. O dinamismo desta atividade, sob o mais moderno sistema tecnológico, tem, na sua contra face, um grande contingente de sem-terras assimilado pelo trabalho assalariado (estimado em torno de seis mil), mas, também, outro tanto deles desempregados, a disposição como um exército de reserva.

Finalmente, acrescentamos um período que se inicia nos anos de 1980 e se multiplica a partir do ano 2000, marcado pela expansão da cana-de-açúcar no litoral agreste, com o advento do Proálcool e a adoção de novas tecnologias de produção. Esse processo provocou, inicialmente, a expulsão de milhares de pequenos produtores familiares e, por outro lado, conseguiu absorvê-los, em parte, como assalariados.

Com as ocupações dos latifúndios em meados de 1980, há a valorização das terras no mercado como ativo financeiro, num contexto em que a região recebe investimentos de infra-estrutura acompanhados de instalação de empresas agrícolas.

O saldo desse processo ficou nitidamente percebido em nossa pesquisa, conforme veremos mais detalhadamente no terceiro capítulo. Parte dos assentamentos pesquisados se originou a partir da tensão entre os moradores das fazendas e a tentativa do patrão de expulsá-los – o que é particularmente comum entre os assentamentos do Território Mato Grande, no litoral do estado, historicamente caracterizado como palco de grandes conflitos. Aspecto que é decorrente de alguns fatores, em que se destaca o alto valor produtivo das terras, contraposto ao número crescente de famílias camponesas expropriadas através de grilagens, mecanização das atividades agrícolas e, sobretudo, incapacidade dos pequenos agricultores acomodarem seus descendentes.

Mesmo lançados às cidades ou compondo a periferia rural, estes agricultores pareciam nutrir obstinadamente o sonho da terra, e, quando tão logo se fez oportuno, lançaram-se à luta pelo chão para plantar e viver. Na eminência dos grandes atores sociais do campo, que disseminando o programa de reforma agrária por todo país, ascende-se no Rio Grande do Norte a fagulha das ocupações organizadas ao latifúndio improdutivo.

No contexto de vascularização dos movimentos sociais do campo, é criada a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte (FETARN).

Entidade representativa da CONTAG, que teve como objetivo apoiar a luta por direitos sociais de trabalhadores rurais sem terra e consolidar a reforma agrária no estado através do sindicalismo rural. Este por sua vez, durante o regime militar, sofreu tamanha repressão que para os agricultores realizarem reuniões era necessário solicitar autorização prévia ao Exército.

Nesse momento, a Igreja Católica também assumiu grande expressão cumprindo uma função ambivalente: conter a ameaça do comunismo internacional e apoiar os camponeses na luta pela terra.

No RN, há que se considerar a importância da ação da Igreja e do Movimento Sindical na luta pela terra. [...] para alguns analistas da questão, esse apoio ao Movimento Sindical e camponês por parte da Igreja tinha o intuito de barrar a expansão do Comunismo. O certo é que, mesmo sendo ideologicamente contrária ao pensamento comunista, a Igreja tinha objetivos que se coadunavam com aqueles defendidos pelos trabalhadores: a promoção do acesso à terra por parte de milhares e de trabalhadores rurais que não tinham como prover as suas necessidades humanas e sociais. (COSTA, 2005, p. 75-6).

Representativa da Igreja Católica, o Serviço de Assistência Rural (SAR) se articulava junto aos STRs e organizava reuniões e eventos para prestar apoio aos trabalhadores em processos de despejos, quebrando contratos de arrendamento e garantindo direitos trabalhistas para população assalariada rural. Vale mencionar acerca do Movimento de Educação de Base (MEB), “que funcionava desde 1958 com as escolas radiofônicas, ajudando pessoas a aprenderem a ler e escrever, desenvolvendo um trabalho de conscientização e politização.” (COSTA, 2005, p. 77). A partir da expansão da Igreja Católica nacional, a CPT chega até ao Oeste do Estado, onde se instalou fomentando e apoiando ocupações.

Com a conjuntura de atores sociais que se forma na cena política do Estado do RN, no final dos anos de 1980, surgem as lutas pela terra. Período em que

Foram registradas as primeiras ocupações de latifúndios nos municípios de Baraúna, Ceará-Mirim, João Câmara, Mossoró e Touros. Algumas dessas ocupações ocorreram sem grandes conflitos, já em outras, estes foram muito intensos. Ainda que já ocorressem conflitos históricos em diversas áreas do Estado, num período de transição das relações de trabalho estabelecidas entre “proprietário e morador”, estes últimos estavam integrados a relações de parceria exploratórias como o sistema de meia, terça, cambão e sendo expulsos da terra. (COSTA, 2005, p. 77-8).

A presença do MST no território potiguar se iniciou no ano de 1989, com entrada pela Microrregião do Vale do Açu, por se tratar “de uma área cortada por uma das mais importantes bacias hidrográficas do Estado e, até os anos de 1980, se constituía numa das áreas de maior produção de alimentos [...]. Considerada como uma área possuidora dos melhores tipos de solo” (COSTA, 2005, p. 80) e cujas relações de trabalho se fizeram do tipo estritamente capitalistas.

Trazidos por uma política de expansão do movimento, já presente em 17 Estados brasileiros, os primeiros integrantes do MST vieram da Paraíba e Ceará. Inicialmente se estabeleceram através contatos locais com militantes do Partido dos Trabalhadores (PT). Ao realizarem as primeiras tentativas de ocupação nos municípios de Augusto Severo e Santana dos Matos, foram reprimidos, suas lideranças foram detidas e as famílias desarticuladas. Enfrentaram críticas da Igreja e divergências ideológicas com o Sindicato, até passarem a constituir, junto às referidas instituições, as três principais organizações de apoio a luta no campo.

A mediação desses atores foi providencial para legitimação do processo de organização em torno das novas ocupações, de maneira que desencadeou uma série delas, dando corpo a Reforma Agrária no Estado do Rio Grande do Norte. Com isso, os Projetos de Assentamento se colocaram como alternativa ao trabalhador rural pobre, expropriado de seu trabalho na terra, ou cuja permanência nela se fazia nos limites da tolerância.



## APÍTULO II | AS NOVAS BASES DA LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

---



O acúmulo de conquistas dos trabalhadores rurais sem terra leva a criação, em 1985, do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, que por sua vez, apresenta os assentamentos rurais como principal eixo de sua política de intervenção. Parecia haver, com isso, a possibilidade de liquidar o problema histórico da concentração fundiária, até se perceber que, a redistribuição de terras em si, é apenas o primeiro passo de uma série de outras demandas.

Associado ao problema da distribuição de terras acresce o acesso a direitos sociais. Depois de estabelecido o consenso em torno de uma questão agrária, emerge como desafio a viabilidade de um modo de vida nos projetos criados, onde o usufruto da terra em seu sentido amplo – o que implica falar em condições viáveis de vida e trabalho – aponta que a estrada tem mais chão do que se supunha.

Além das condições necessárias a exploração e sobrevivência na terra – habitações, maquinário, crédito financeiro e assistência técnica –, a forma de organização das famílias, já articuladas em processos anteriores de luta, deve se tronar perene dentro do assentamento para que sejam garantidas novas conquistas para o grupo.

Acompanhado das aspirações de uma sociedade que se pretende democrática e participativa, o associativismo, no universo dos assentamentos rurais foi creditado como a “pedra de toque” capaz de compor as bases de relações políticas mais afinadas com as circunstâncias. As associações e cooperativas de assentados, organizadas prioritariamente em torno da produção agrícola, representam a alternativa que se convencionou como ideal, tanto em termos de uma melhor inserção no mercado, quanto do ponto de vista de espaços de aprendizado da participação política, acreditando-se que, a partir disso, os sujeitos assentados podem dar continuidade ao projeto emancipatório que os envolve historicamente.

### **O assentamento enquanto conquista e espaço de novos desafios**

Parte de experiências de democratização da terra em alguns países, os assentamentos surgem no Brasil com aspecto de pequenas comunidades rurais voltadas para produção agrícola e reprodução de um modo de vida camponês. Além disso, na definição de Bergamansco e Nolder, os assentamentos se constituem de espaços de promoção da cidadania e qualidade de vida. Nestes termos, podem ser definidos

[...] como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. [...] envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo a organização social e a vida comunitária. (BERGAMASCO; NOLDER, 1996, p. 7-8).

A partir do que é oferecido inicialmente pelo Governo Federal/INCRA através do Crédito Instalação<sup>14</sup>, os projetos de assentamento proporcionam condições básicas reprodução social das famílias camponesas. Com isso, se compõe objetivamente novas bases, através das quais as famílias experimentam uma significativa elevação em suas condições de vida. Nesse sentido nos reportamos à noção de que

[...] o acesso à terra permite às famílias uma maior estabilidade e rearranjos nas estratégias de reprodução familiar que resultam, de modo geral, em uma melhoria dos rendimentos e das condições de vida, especialmente quando se considera a situação de pobreza e exclusão social que caracterizava muitas dessas famílias antes do seu ingresso nos projetos de assentamento. (HEREDIA, 2008, p.173).

Embora muitas vezes se queixando de dívidas contraídas com os primeiros créditos e/ou de problemas ainda não solucionados, as famílias assentadas, em praticamente todos os projetos que tivemos contato, dificilmente alegavam uma luta vã ou de ter piorado as suas condições de vida. Pelo contrário, o discurso de insatisfação é tão logo interrompido quando se faz a pergunta *você julga que, com o assentamento, sua vida melhorou?* Não hesitam em responder um sim, podendo variar quanto a firmeza da expressão.

Tão firme e positiva foi a expressão de um assentado que ainda hoje me recordo dos motivos que justificam sua postura. Somavam treze pessoas em uma casa – um homem sua companheira e mais onze filhos – todos de aparência mais humilde que o habitual. Eram modestos de corpo e de resto. Na sala em que estávamos não havia nada além de alguns tamboretos e, sobre uma bancada de madeira, uma televisão de 14 polegadas, prateada, cujas prestações, suponho, foram pagas com a única fonte de renda constante: o bolsa família do governo federal.

---

14 O Programa de Crédito Instalação atua com uma equipe multidisciplinar de técnicos nas Superintendências Regionais e Unidades Avançadas do INCRA. A aplicação dos recursos é realizada com a participação das Associações ou representantes dos assentados, orientadas pela Assessoria Técnica na escolha e no recebimento dos produtos. Visa oferecer suporte inicial aos assentados no sentido de garantir a segurança alimentar das famílias, pela compra de alimentos e aquisição de insumos agrícolas; a construção e recuperação de moradias; a segurança hídrica aos projetos localizados no Semi-Árido brasileiro, com a construção de pequenos sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água; e a aplicação em bens de produção (sementes, mudas, matrizes animais, etc) para a geração de renda. Dados Disponíveis em <http://www.incra.gov.br/portal> Acesso em 8 Out 2009.

De resto a casa não apresentava formosura alguma, estava tal qual o padrão das habitações do INCRA para região, acrescentado o desgaste do tempo. Não havia mobiliário, nem nenhum adorno dos que os assentados costumam usar para sinalizar a vaidade e o cuidado em seus lares. O que eu, a princípio, avaliei como pobreza, representava para essa família uma mudança de vida maior que eu ou qualquer pessoa ali poderia perceber supor.

Enquanto aplicava o questionário referente às condições socioeconômicas, mal havia chegado à parte que pergunta sobre sua trajetória, quando o assentado se precipitou em dizer que antes do assentamento, vivia com sua esposa na periferia da cidade vizinha, em uma tapera de barro cujas paredes eram apoiadas por toras de madeira. O risco de que caíssem sobre seus filhos pequenos lhe tirava o sono nas noites de chuva. Já nos dias de sol, o risco era das doenças eminentes nos esgotos que corriam a céu aberto.

Ao falar de saúde, o pai de família manifestava uma expressão rica e orgulhosa, que para mim passava a ganhar sentido. Dizia ele, “meus filhos aqui não adoecem”. Mas também se orgulhava da casa, do trabalho nos lotes – com o qual alimentava os filhos – e daquela televisão, que agora parecia ter mais altivez<sup>15</sup>.

A mudança nos padrões de vida pela qual passou essa família se confunde com a de tantas outras que tivemos contanto pelos assentamentos do Rio Grande do Norte. Sem dúvida, também é a história de várias outras espalhadas pelos assentamentos do Brasil. Bergamasco e Nolder (1996, p. 54) atestam o caráter de mudança do qual estamos com o seguinte trecho:

É inegável, no entanto, que há nos assentamentos uma considerável melhoria na qualidade de vida dos seus participantes. Em muitos casos é a partir de uma precária infra-estrutura que os assentados vão adquirindo novos equipamentos, modernizando sua produção e melhorando suas condições de vida. (BERGAMASCO; NOLDER, 1996, p. 54).

A conquista de viver num assentamento representa, para muitas famílias, além de uma elevação substancial nas suas condições de vida, um marco na luta por direitos sociais. De indigentes, insurgentes, itinerantes ou “invasores”, acampados à beira das estradas, esses sujeitos emergem a categoria dos assentados, mais próxima de uma cidadania, na medida em

---

<sup>15</sup> Assentamento Mata Verde, município de Espírito Santo/RN.

que são reconhecidos perante o governo pela sua condição de beneficiários de um programa de reforma agrária.

Essa passagem de um modo de vida para outro, muitas vezes ocorre de modo abrupto, exigindo dos assentados um demorado e tenso processo de desenvolvimento de suas habilidades participativas, para que possam aproveitar as novas condições que lhes são oferecidas. Se de um lado os padrões anteriores de organização social são atravessados por relações verticais, hierárquicas e exploratórias; por outro, a vida no assentamento sugere uma forma de organização mais democrática e horizontal.

A propósito dessa mudança, explicou certa vez um assentado:

Quando você passa de morador a proprietário, a mudança é muito grande. A pessoa tem que ter muita responsabilidade. Do meu ponto de vista muita desistência se dá por isso: as pessoas não estão preparadas para essa mudança radical [...] Sinto isso porque durante muitos anos nós trabalhamos como moradores, e na mesma propriedade que fomos moradores, hoje somos patrões. (Assentamento do assentamento Vila Nova, Apodi/RN)

Quando se refere “somos patrões” ele salienta certo grau de autonomia e independência que a condição de assentado lhe permite, diferente de quando foi morador, especialmente no sentido de decidir sobre a própria vida, através da gerência do trabalho doméstico, antes caudatário do seu patrão. Conforme ele destacou, tornar-se patrão de si mesmo significa assumir um nível de responsabilidade, a qual se presume um conjunto habilidades que dificilmente possuem. Estamos nos referindo ao assentamento como um projeto coletivo, certamente mais exigente do que o modelo de agricultura familiar que muitos estão habituados, pois o acesso à terra por um programa de governo tem contrapartidas bem maiores que a produção de subsistência pura e simplesmente – um projeto de assentamento, conforme já apontamos, é parte de uma organização mais ampla de mudança política e social.

Uma transformação que opera em várias esferas da vida dos assentados. Sobretudo no que se refere à dimensão política, o assentamento, na qualidade de projeto, prevê a composição de habilidades participativas que, a princípio, as famílias possuem de forma precária, e, além do mais, distribuídas de maneira muito desigual na forma de experiências com sindicato, movimentos sociais e pastorais. Também são irregulares os níveis de escolaridade, o acesso a espaços de formação – como cursos ou experiências de trabalho –

onde podem desenvolver razoavelmente a arguição, a destreza da fala, capacidade de negociação, entre outros elementos associados ao exercício participativo.

A passagem entre um modo de vida para outro, no que se refere as relações políticas, pode ser definido basicamente pela tensão entre os pares individual/coletivo, verticalidade/horizontalidade, autonomia/subordinação. Valores como coletivismo e horizontalidade, embora tenham sido supostamente vivenciados entre eles, de forma germinal durante os períodos de luta, estão envolvidos por um tenso processo de mudança que orienta a vida nos assentamentos. Uma tensão entre a realidade vivida em face da que deve ser construída no assentamento. É comum entre eles a clara definição dos papéis sociais e a posição que cada um ocupa dentro de um sistema social hierarquizado. Nesse aspecto, Jorge Osvaldo Romano chama atenção para algumas características da população assentada:

A organização social, o mundo, a cosmovisão da maioria dos grupos camponeses estão baseados na *hierarquia*, no reconhecimento de papéis diversos dos atores e na sua valorização diferencial, com deveres, direitos e retribuições diferentes estabelecidos a partir de princípios não necessariamente econômicos. [...] Seu mundo é hierárquico. (ROMANO, 1994, p. 257).

Mais adiante, o autor conclui: “[...] as disposições, os hábitos, as práticas, as tradições dos grupos camponeses, que giram em torno do valor da hierarquia, são reproduzidos por grande número dos assentados [...]”. (ROMANO, 1994, p. 258). Por outro lado, há um discurso que os envolve diretamente onde se explicita as noções de horizontalidade, coletivismo e autonomia como valores desejáveis e de algum modo imprescindíveis para a organização política interna.

Em face dessas particularidades, os assentamentos se constituem do que poderíamos chamar “encruzilhada social”, no sentido de um lugar onde diversas trajetórias de vida se entrecruzam e confluem para composição de espaço social de características próprias. A convergência de traços culturais diversos se torna, assim, o desafio principal da organização do grupo. Destarte, a heterogeneidade é o componente comum que atravessa os laços criados entre os assentados em comunidade.

As famílias assentadas apresentam inserções diferenciadas – no urbano e no rural –, origens, costumes, referências identitárias, experiências de vida e trabalho tão diversificados

que, talvez, reuni-las em torno de um projeto de vida comum seja o primeiro e maior desafio.

Genericamente, o espaço social do assentamento pode ser assim definido: de um lado os assentados são majoritariamente diferentes uns diante dos outros, observada suas origens, inserções e experiências; por outro podem se identificar através de certa tradição agrícola – senão por si próprio, ao menos por menção aos seus genitores – e de um legado de luta pela sobrevivência no mundo rural. Essa identificação se inicia com o período das ocupações, nos momento em que a solidariedade sofre emulação pelas condições hostis – de privação material e, às vezes, repressão policial –, das quais começa a ser gestado um projeto de vida comum.

O ritmo e o curso das mudanças são ditados por uma temporalidade própria deste espaço social. Neste caso, a própria categoria de tempo deve ser relativizada. Não se trata de um percurso cronológico linear, esquadrihador de um ritmo ascendente e cumulativo de experiências. No mundo rural, o tempo tem suas referências na colheita ou nas estações do ano, tornando-o quase cíclico, em cuja lembrança do passado reforça o presente como um novo período.

Não estamos falando de uma temporalidade da tradição, estritamente marcada pela resistência às transformações. A própria experiência de vida desses sujeitos já é por si marcada pela mudança. O tempo nos assentamentos rurais envolve uma compreensão particular, relacionado aos estados de mudança, cuja dinâmica é de difícil apreensão, mas parece intercalar *períodos* de avanço (conquistas) e *estabilidade* (o gozo das conquistas). A temporalidade do assentamento é, portanto, marcada por intervalos de continuidade e descontinuidade e está associada ao “estado das relações sociais” que, por sua vez, depende fortemente da disposição dos atores sociais na cena política e condições concretas de vida e de trabalho.

O movimento entre passado, presente e futuro para os assentados parece se definir do seguinte modo: a) um *passado* comum, relativamente criado a partir das referências de luta por melhores condições de vida, sejam as ocupações ou a própria luta cotidiana; b) um *presente* marcado pelos desafios referentes à inserção no assentamento; c) um *futuro* prefigurado de uma suposta mudança, baseada na premissa do assentamento enquanto um espaço de desenvolvimento econômico e social.



Há um relato sobre o ciclo de autonomia que se inicia com a vida no assentamento, que se reporta ao tempo passado da seguinte maneira: “[...] durante muitos verões eu limpei a terra para ele (o fazendeiro) debaixo de sol quente, antes de me tornar assentado [...]”<sup>16</sup>

A menção que fizemos à temporalidade dos assentamentos tem a intenção de localizar o curso das mudanças que envolvem as famílias assentadas e, com isso, mostrar que enquanto uns desafios encerram, outros iniciam novos ciclos de luta. A conquista da terra, por exemplo, encerra um ciclo de luta, ao mesmo tempo em que inicia um novo período a partir das demandas de acomodação a modalidades de trabalho coletivo, organização sócio-política, razoável estabilidade das relações comunitárias.

Conforme dito alhures, as mudanças que ocorrem na dimensão política da vida no assentamento parecem operar na tensão entre pares opostos, dos quais destacamos individual/coletivo, que por sua vez está estreitamente relacionado com autonomia/subordinação. Reportamo-nos à esfera do trabalho, em cujo padrão dos valores das famílias assentadas, a afirmação da própria autonomia assume um papel superior, pela qual se lançaram na árdua luta pela terra. O trabalho realizado nos limites das relações familiares aponta para a comunidade doméstica como uma autarquia, regida por um “chefe de família”, portador de um saber tradicional que o legitima como dirigente.

Na visão dos assentados, submeter-se às formas de trabalho coletivo, mais ou menos impostas como princípio do associativismo, pode significar certa forma de subordinação em que pesa a direção de um grupo – nas associações concentrada em torno da figura do presidente – contra a liderança interna familiar – quase sempre o dito “chefe de família”. Em razão disso, são comuns os conflitos entre estes últimos e seus dirigentes imediatos, o que, com frequência, tende a ser interpretado como perda de autonomia.

No pólo oposto do legítimo movimento da autonomia familiar estão os períodos que poderíamos chamar de “extraordinários”. Esses momentos são marcados por um cenário de desafios e perspectivas plausíveis de melhorias, o que provoca união entre assentados em torno de um objetivo comum. O maior exemplo disso pode estar representado na própria luta pela terra, fase em que as famílias têm claramente definido um objetivo em torno do qual vale a pena lutar. Não há, portanto, precedentes para grandes divergências ou enfrentamentos entre pontos de vista, sob a pena de desarticulação do grupo e, com isso, o fracasso da iniciativa. Nestes períodos são criados e reforçados laços de solidariedade e

---

<sup>16</sup> Assentado de Santa Clara, município de Baraúna/RN.



companheirismo, admitidos tacitamente como condição necessária para o êxito da iniciativa.

Quando falamos em “períodos extraordinários” procuramos destacar o seu caráter transitório, o que não significa dizer, todavia, que seus resultados sejam igualmente transitórios. O exemplo da ocupação é um momento de gestão de uma utopia, na qual são reforçados laços de comprometimento entre as famílias, cuja disposição dos sujeitos, num contexto marcado por grandes desafios, permite experimentar avanços para organização participativa (Cf. MEDEIROS, 1994). No entanto, o momento que segue ao assentamento propriamente dito, tende ao arrefecimento dos laços de cooperação e companheirismo e marca a própria descontinuidade dos avanços participativos experimentados durante a luta.

Neste caso, o avanço exponencial da participação ocorre em função da supressão momentânea das diferenças subjetivas entre os assentados. A pressão gerada pela necessidade consentida ao acesso a terra tende a diminuir todas as variações de comportamento, temperamento ou visão de mundo tidas como inconvenientes. O que provoca, entre eles, o estreitamento dos laços de ajuda mútua para enfrentar os desafios e ameaças, conferindo um caráter *provisoriamente* harmônico à sociabilidade dentro do acampamento. Este momento é frequentemente citado pelos presidentes das associações como período em que a cooperação assumiu o seu mais alto grau entre os assentados.

A coesão interna também é garantida pela existência de (e contra) uma “ameaça externa”, representada efetivamente pela polícia, pelo aparato paramilitar do fazendeiro e/ou pela possibilidade de que outros ocupantes concorram pela mesma terra. Uma vez consumado o objetivo principal de se instalarem como assentados e dispersada a ameaça externa, o estado aparentemente consensual – de divergências artificialmente conformadas em face do primado da luta – cede ampla margem a manifestação de toda sorte de atritos entre assentados, sob vários aspectos e motivações. Dentro das associações as tensões criadas no cotidiano passam a mobilizar argumentos políticos, de um lado para justificar, nesse espaço, os desafetos e antipatias, e, de outro para encontrar soluções a nível do julgamento comum.

Se, no momento da luta, de gestão de uma utopia, é possível falar da priorização de uma identidade construída nesse processo, uma vez obtido o acesso a terra e colocadas questões em termos de produção, de decisão sobre formas de organização, e até mesmo de localização de famílias, revelam-se diferenciações que se referem a aspectos tanto econômicos quanto culturais e políticos. (MEDEIROS; ESTERCI, 1994, p. 21).

Neste cenário desafiador, as associações representam um espaço privilegiado para o exercício e aprendizado da participação política, além de um canal interno e externo de negociação, através do qual os assentados podem se reunir para decidir sobre caminhos e estratégias comuns.

Os limites entre individual (família) e coletivo (associação), o ritmo da assimilação de determinados princípios e o que se julga serem os avanços participativos, são negociados na tensão própria de um novo significado para a vida comunitária, atravessada por aproximações e evitamentos, continuidades e rupturas, avanços e retrocessos, ditados no ritmo da experiência cotidiana.

### **O papel das associações**

Com a constituição de 1988, surge no Brasil um novo campo de práticas democráticas, articuladas através de movimentos sociais em ações coletivas, vascularizadas por todo o país. As estratégias criadas a partir de então se voltam para ocupar e potencializar as oportunidades de articulação dentro dos marcos institucionais e espaços de participação da sociedade civil, balizando um projeto democrático-participativo de contornos próprios.

A constelação de formas associativas, disseminadas e intensificadas em sua relação com o poder público, resulta de uma institucionalização de mecanismos desenvolvidos durante a trajetória de luta, incorporados pelas políticas públicas, com intuito de promover canais que visam à própria democratização do Estado. (Cf. DAGNINO, 2002).

O associativismo, em suas diversas modalidades, tem sido confiado como o “elixir” da democracia participativa e seus núcleos tornaram-se envoltos de uma espécie de fetichismo, com um sentido praticamente redentor para sociedade política. Todavia, não cumpre aqui adentrar por essa discussão. Basta-nos, por enquanto, discutir as experiências participativas de famílias assentadas e seus resultados concretos, tanto para formação política quanto na composição de melhores condições de vida nos assentamentos.

Dentro do contexto rural, a noção de participação está associada a um discurso de coloração militante, pronunciado, sobretudo pelos atores que interferem nesse espaço. Sua

operacionalização na vida cotidiana é sistematicamente introduzida a partir do momento da luta pela terra e tem continuidade, no assentamento, traduzido sob formas de organização coletiva, para a gestão das atividades básicas de sobrevivência das famílias.

Originadas a partir da necessidade de planejar a produção agrícola, as associações pesquisadas são predominantemente do tipo “associações de assentados”, conforme a denominação que assume a grande maioria delas. Suas ações estão voltadas para gestão da economia produtiva dos assentados, o que inclui a administração dos equipamentos coletivos – como trator e farrageira, tramitações burocráticas com parceiros e mediadores externos, gerência dos recursos relativos ao fomento da produção e uma série de outras demandas.

Juridicamente assumem a forma de associações civis, que consistem na união formal de pessoas ao entorno de um objetivo social comum e determinado, inscritas sob o nome de uma personalidade jurídica (presidente, coordenador, diretor, etc.) que responde perante a lei por todos os membros associados. Via de regra, possuem uma diretoria composta por presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário e conselho fiscal, podendo haver pequenas variações, no que tange às denominações ou acréscimo de suplentes (vices), numa ou noutra função.

A maneira como deve ser conduzida a produção pressupõe a disponibilidade de certos recursos técnicos e financeiros, que os assentados dificilmente possuem quando iniciam suas atividades no espaço inaugural do assentamento. As terras, em sua maioria, são de baixa fertilidade e exigem um tratamento anterior ao cultivo. A aquisição de tratores e equipamentos, fertilizantes, crédito, sementes, combustíveis e alimentação, até a primeira colheita, pode se tornar impossível para uma família isolada, “[...] surge daí a necessidade de procurar formas *associativas* e cooperativas para viabilizar o trabalho de cada um [...]”. (BERGAMASCO; NOLDER, 1996, p. 56-7. Grifos nossos).

Dado o acesso à terra, os assentados se deparam com a necessidade de organizar suas formas de trabalho, visando à garantia do provento imediato das famílias. Diante deste contexto é que são criadas as primeiras associações. Orientada pelos princípios de participação democrática, a agremiação das famílias em um ou mais grupo associativo passa correlacionar a necessidade prática da produção da vida material com a constituição de uma organização de fundo ideológico.

Uma vez instituída a primeira associação, imprescindível para gerência das tarefas internas básicas, os assentados são estimulados a constituírem subgrupos com temáticas

específicas, como os de mulheres e de jovens, na intenção de promover ações articuladas no campo político. Com isso, pretende-se dar continuidade a organização anterior, iniciada com o acampamento, período em que havia comissões ou equipes de trabalho – como as de vigilância, de alimentação e de higiene. Assim, as experiências acumuladas pelos assentados no período de luta são recuperadas sob novas bases e com a possibilidade de melhor se articular com os campos institucionais, de acordo com marcos de natureza legal, não mais categorizados como ocupantes ou invasores.

Em se tratando de um marco institucional, o Plano Nacional de Reforma Agrária de 2004, documento atual que determina as diretrizes gerais de criação dos assentamentos rurais, prevê a criação de associações e cooperativas como providências necessárias para “[...] transformar o meio rural brasileiro em um lugar de vida economicamente próspera, socialmente justa, ecologicamente sustentável e democrática [...]” (PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA, 2004, p. 7). O texto extraído do referido documento sublinha que as ações previstas por esse plano

[...] serão insuficientes se os beneficiários da reforma agrária e os agricultores familiares não estiverem inseridos por meio de suas *associações* e cooperativas em um espaço geográfico, social, econômico e politicamente dinâmico, se as ações não estiverem integradas num enfoque de desenvolvimento territorial sustentável. (PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA, 2004, p. 8. Grifo nosso.).

O documento presume que as associações se constituem de uma iniciativa fundamental para a consolidação de um plano de desenvolvimento das regiões em que os assentamentos estejam inseridos, de modo a integrar a produção agrícola com um processo de mudança social, com foco na justiça social, sustentabilidade e democracia participativa. É com ênfase neste último aspecto, que buscamos compreender o papel assumido pela participação das famílias assentadas, no contexto de suas associações, enquanto espaço de discussão e articulação política.

Participação e associativismo estão unidos na constituição de um projeto social emancipatório, desde os idos do Iluminismo francês, momento em que se idealizou as bases de uma sociedade democrática. Rousseau pensou um modelo de igualdade real entre os homens e propôs como premissa uma comunidade entre indivíduos que compartilhassem das mesmas condições materiais, de onde seria possível provar uma genuína civilidade:

Tomando a voz do dever o lugar do impulso físico, e o direito o lugar do apetite, o homem, até aqui levando em consideração apenas sua pessoa, vê-se forçado a agir baseando-se em outros princípios e a consultar a razão antes da ouvir suas inclinações (ROUSSEAU *apud* NASCIMENTO, 1991, p. 223).

Decerto que Rousseau, como precursor da democracia participativa, ficaria feliz em ver um experimento comunitário, em que são dadas, a princípio, as mesmas condições materiais para todos, como ocorre em um assentamento rural. No entanto, estaria logo diante de outro dilema: a distribuição desigual de capital político, principal desafio para formas de organização das famílias assentadas.

Nesse contexto desafiador, mais uma vez, entram em cena os atores sociais do campo, dessa vez na modalidade do que chamamos mediadores, conceitualmente definidos como portadores de recursos humanos e materiais diferenciados que atuam no assentamento no sentido de orientar as ações organizativas, tanto em torno da produção quanto da política interna (Cf. MEDEIROS, 1994).

Efetivamente estão presentes nos assentamentos pela figura dos extensionistas, representantes de movimentos sociais/sindicais, organizações governamentais e não governamentais, universidades, pastorais de base e iniciativa privada. São as organizações que, a princípio, estão comprometidas com os interesses dos trabalhadores rurais e se apresentam como ponte entre estes e as entidades superiores de decisão, sendo portadores de recursos materiais e não-materiais (como o saber técnico especializado), necessários ao cumprimento do seu papel transformador da realidade pretendida.

A presença dos mediadores geralmente ocorre antes mesmo da consolidação do assentamento, quando apóiam as ocupações articulando as famílias dentro das fronteiras legais de mobilização. Sinteticamente a mediação pode ser pensada como “[...] ações que tiram movimentos e grupos de sua dimensão local e particular e os relacionam a outras instâncias e grupos sociais [...]” (MEDEIROS; ESTERCI, 1994, p. 19).

Como ponto de partida da articulação das famílias, as associações são criadas por iniciativa dos próprios mediadores, que em alguns casos, agem sob estrito propósito de acessar os programas de crédito governamentais. A partir disso, dá-se início aos projetos produtivos. Neste caso, em particular, estamos falando das organizações prestadoras de assistência técnica. Em outros, por exemplo, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, têm suas atividades orientadas por um sentido político característico do movimento, que denota um perfil de militância às associações. O que não inclui, necessariamente, os

membros associados como militantes, mas como uma espécie de filiação, que implica em certos tipos de compromisso, mais “frouxos” que os de um militante propriamente dito.

Esse papel orientador, assumido pelos mediadores, na intenção deliberada de transformar a realidade do assentamento, parte de alguns pressupostos, como: em relação aos assentados, as ações se revestem de um fundo pedagógico, no sentido de formação política e social para o novo modo de vida que o assentamento sugere, a se dizer, mais democrático e igualitário; do ponto de vista da produção, deve-se visar o aproveitamento e rendimento das potencialidades produtivas, atingindo o desenvolvimento das capacidades econômicas.

O resultado global imediato deve ser a melhoria das condições de vida das famílias, através de conquistas efetivas. Em longo prazo, o assentamento deve se tornar espaço de desenvolvimento econômico, político e social, capaz inclusive de colaborar com desenvolvimento do território em que está inserido.

Na condição de *entidade representativa*, as associações se constituem da instância máxima de representação das famílias assentadas no âmbito de seu espaço, com isso, “[...] facilitam o contrato entre os assentados e as instituições públicas e privadas, relacionadas a produção agropecuária, como bancos, agroindústrias, agências governamentais, centros consumidores, fornecedores de equipamentos e insumos etc. [...]”. (BERGAMASCO; NOLDER, 1996, p. 59-61). Neste ponto, atentamos aqui o papel instrumental de representação formal dos assentados, que visa dialogar com demandas práticas e imediatas, sobremaneira, no que tange às condições necessárias para produção agrícola e providência material das famílias.

[...] as associações, direta ou indiretamente, são suportes fundamentais nas relações dos assentados com outras entidades e/ou atores externos ao assentamento. Enquanto algumas têm existência puramente formal, outras envolvem-se nos mais diferentes aspectos da vida do assentamento, seja na interlocução “para fora”, com os diferentes agentes e instâncias governamentais (na cobrança de escolas, postos de saúde, estradas, transporte, crédito), seja para “dentro” (organização da produção, da comercialização etc.). (LEITE; HEREDIA, 2004, p. 113).

Nesses termos destacamos também o caráter impositivo das associações. Em nossa pesquisa pudemos perceber que em assentamentos onde não foram criadas associações ou algo juridicamente equivalente, as famílias se depararam com sérias dificuldades na aquisição de crédito, contratação de assistência técnica e criação de projetos produtivos.

Tornando-se praticamente inviáveis algumas atividades, em decorrência da simples falta desses veículos. Desse modo, praticamente não há possibilidade de representação legal dos assentados, senão por meio de uma personalidade jurídica.

A interlocução que visa, inicialmente, atender às demandas econômicas e burocráticas, cumpre ainda com uma importante função democrática. As associações de assentados, na qualidade de canal de participação, voltado para sujeitos localizados em um processo histórico de lutas e conquistas, permite a representação autêntica e direta de demandas traduzidas em noções do que se julga justo reivindicar. Nesse sentido, falamos em noções de direitos sociais.

Sentir-se à vontade para se dirigir diretamente ao Presidente da República talvez tenha sido a maior intenção de representação direta, conforme manifestado pelo presidente de uma das associações do já mencionado assentamento Vale do Lírio: “[...] já mandei uma carta pra Lula, contando dos problemas do assentamento e estou esperando a resposta [...]”, afirmou ele. Outra atitude semelhante é a do presidente da associação do assentamento Águas Vivas, que disse em relação à irregularidade das visitas da assistência técnica: “eu vou até lá no INCRA comunicar, porque passa três semanas e eles não vêm”.

No mesmo sentido, apontam as narrativas de tantos outros presidentes de associações, com os quais tivemos contatos nos assentamentos do RN. O tom da voz e a maneira orgulhosa quando relatavam o fato de terem ido de encontro com pessoas como: presidente do INCRA, prefeito, vereador ou qualquer outro que se reconhece com hierarquia superior, parece ter deixado de ser algo intangível, como poderia supor enquanto era simplesmente um sem-terra.

Arejados pelos ventos que trazem noções de cidadania, os assentados são capazes de construir um discurso que legitima sua condição de assentado. Em suas narrativas são comuns as palavras luta, ocupação (ao invés de invasão), direitos, tudo respaldado por uma justa disputa pela sobrevivência. A propósito, quando da ocupação de uma fazenda onde trabalhava, um assentado do projeto Lagoa do Sal, refere-se: “[...] foi quando nós fomos caçar nossos direitos. Achemos nossos direitos e ficamos aqui dentro da terra [...]. Se nós tivéssemos ficado lá no povoado teríamos morrido de fome [...]”.

Face ao exposto, apontamos para como operam algumas noções democráticas através de argumentos construídos dentro de uma sociabilidade política, que pode ser anterior às associações, mas que têm nesses espaços as condições necessárias para o exercício e aprimoramento de suas capacidades.

É na sociabilidade política que os assentados experimentam a composição de uma identidade de assentado, orientada por motivos políticos de consonância global, iniciada durante as ocupações e, depois, aproveitadas pelos mediadores. É no espaço público das associações que os traços individuais, traduzidos em diferentes pontos de vista, são mais ou menos conformados frente a um propósito maior: de tornar a vida no assentamento viável. É neste contexto, que se torna possível compartilhar noções, valores e experiências na composição de uma visão comum sobre os desafios e estratégias de ação coletiva.

Com isso, os assentados são levados a negociar pressupostos e disposições, no sentido de ajustamento das divergências e firmamento de laços de afinidade, como estratégia de se sentir parte do grupo. Referimo-nos à homogeneização dos traços particulares das famílias, no sentido de uma dinâmica entre afinidades e desafetos, na medida do descobrir “o outro” e, por conseguinte, as fronteiras entre aproximações e evitamentos.

Até que seja alcançado um ajuste razoável entre eles, ou uma maneira de lidar com as diferenças, as famílias assentadas experimentarão um longo caminho de exercício da negociação, imprescindível à prática participativa. Nestes termos,

As contradições internas surgidas no processo de coletivização e homogeneização de segmentos de trabalhadores com aspirações camponesas explicitam e reforçam a necessidade de respeito ao ritmo de aprendizado diário, o que não se consegue apenas com o trabalho político-ideológico. Para a consecução dos objetivos econômicos e políticos, impõe-se um tempo de gestação onde ocorrerá o descobrir-se, o reconhecer-se e o fazer-se enquanto identidade coletiva. (ZIMMERMANN, 1994, p. 221).

Efetivamente, a associação é, por excelência, o espaço instituído para política no assentamento, significando uma dimensão na qual os assentados exercem, entre eles, o poder de negociar um modo de vida que desejam ter no lugar.

### **O papel das lideranças nas associações**

Nas associações existem posições de destaque, que possibilitam uma participação mais efetiva em relação à tomada de decisões dentro do assentamento, nos limites do que se pretende com um razoável igualitarismo. As diretorias representam os assentados, e a



presidência é, mesmo simbolicamente, a expressão máxima da autoridade dentro do assentamento<sup>17</sup>. O poder interno passa pela diretoria da associação e, dependendo da conjuntura política do assentamento, a mesma pode ser alvo de disputa.

Nos termos dos estatutos das associações, a diretoria, composta basicamente por presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro, é o que formalmente compõe o *corpo dirigente* das associações, tornando-se responsável por funções determinadas em letra e assumindo o dever de trabalhar para o assentamento. Dentre os dirigentes destaca-se o *líder* ou *presidente*, que assume a função eminente de representação e coordenação das tarefas coletivas, ocupando a posição de maior destaque, não obstante, também de maior responsabilidade.

Os cargos de liderança nos assentamentos são, com frequência, alvo de disputas por parte dos assentados. Primeiro, porque representa um papel de destaque social, podendo conferir prestígio a quem o exerce. Depois, porque efetivamente permite ter acesso a pessoas e espaços privilegiados na medida em que são chamados para representar o assentamento. Por fim, o cargo de presidente da associação permite acumular certas experiências que possibilitam acumular capital político.

Para algumas dessas lideranças, o espaço da associação pode funcionar como uma espécie de “escola primária” de formação política. Explicitamos: observamos que, aproveitando-se da rede política que os líderes têm acesso, bem como as habilidades que desenvolve no exercício da atividade, muitos presidentes se lançam a mandatos eletivos (presidente de sindicato rural, vereador, presidente de conselho municipal e outras), onde poderão (ou não) representar os interesses do seu assentamento, por senso de compromisso e/ou como contrapartida aos votos que certamente lhe foram confiados.

De fato que a permanência dos assentados nos cargos de chefias provoca certa especialização das lideranças, bem como a privação desse espaço, que também é de formação política, para que outros assentados desenvolverem habilidades dessa natureza. Com relação a isso, Neuza Zimmermann expõe:

---

<sup>17</sup> É importante não confundir liderança com presidência. Os líderes são os sujeitos que assumem a tarefa de orientar o processo político organizativo. Podem ser mais de um em cada assentamento e ocupar o cargo de presidente em momentos específicos, ou se perpetuar no posto por longos períodos – muito embora, os dispositivos democráticos dos estatutos comumente não permitam esse procedimento. A presidência é o principal posto da diretoria, que pressupõe necessariamente o papel de liderança, no entanto, um presidente pode muito bem não cumprir com seu papel, enquanto o líder só é reconhecido no exercício de sua função.

O aproveitamento da experiência associativa e de luta dos participantes, com a formação e/ou reciclagem de conhecimentos teóricos importantes para a consecução do pretendido, acaba por determinar uma especialização das lideranças e, ao longo do processo, um acúmulo de cargos e de representações, o que confere *status* e poder. (ZIMMERMANN, 1994, p. 220).

A despeito de alguns sentidos que pode assumir o exercício da liderança, particularmente falando dos que se tangenciam de uma proposta democrática, defendemos, conforme sugere Bordenave (1994), que os sistemas de participação não negam a necessidade de liderança, pelo contrário, “[...] facilita ainda à participação o tipo democrático de liderança”. Com base nisso, o autor classifica três tipos: *autoritário*, *democrático* e *permissivo* (*laissez-faire*). (p. 44)

Na prática, observa-se que, quando aproximados do tipo “autoritário”, as lideranças tendem a gerar antipatia e geralmente são, mais cedo ou mais tarde, depostos de seus cargos por instrumentos democráticos; quando “permissivos” e descomprometidos, conseguem no máximo manter a unidade da organização, apaziguando e contendo os conflitos, mas, dificilmente promovem a participação. O melhor desempenho parece ser, de fato, o daqueles aproximados do tipo “democrático”, que baseados em experiências participativas anteriores (sindicatos e/ou movimentos sociais) conseguem compreender os problemas e expectativas das famílias, articular ações que atendem razoavelmente a essas expectativas e gerar com isso certa realização coletiva.

Ser presidente de uma associação implica em adquirir habilidades específicas, construindo vínculos que permitam um melhor desempenho das suas funções, bem como a orientação da organização política, marcadas quase sempre por tensões e conflitos, dificuldades com o trabalho coletivo e a falta de experiências organizativas anteriores. Isso exige das lideranças: a) capacidade de provocar um comum acordo entre os assentados através da *persuasão*; b) estimular ações coletivas, o que exige habilidade de *mobilização*; c) dar sentido às ações do grupo pela *orientação*; d) contornar conflitos e tensões usando da capacidade de *conciliação*.

Todas essas habilidades compõem o que podemos chamar de *performance* política do líder, cujo termo enfatizado está associado ao desempenho do seu papel, e não exatamente aos seus atributos pessoais. Não se trata, portanto, de uma menção às qualidades intrínsecas, mas uma sugestão de que, sendo portador dessa performance, há maiores chances de que obtenha êxito no cumprimento do seu papel.

As lideranças formadas pelo MST parecem apresentar os termos mais notáveis de uma performance política. O caso particular do assentamento Gonçalo Soares<sup>18</sup> merece aqui menção por ser bastante ilustrativo. Ao realizar uma entrevista com a presidente de uma das associações – também militante do MST –, estive diante de uma mulher que ainda hoje me recordo nitidamente das feições, do tom da voz, à maneira como se prostrava e como se dirigia. Pude sentir, pela nossa conversa, uma capacidade de persuasão tamanha, que vez ou outra me percebia balançando a cabeça, involuntariamente, sinalizando concordância com o que ela dizia. Percebia, de modo implícito, uma forte autoconfiança, histórias pessoais que se confundiam com as do assentamento, ao mesmo tempo em que denotavam desafios e superações. Possuía uma grande capacidade de articular a fala através de uma destreza ímpar na flexão verbal, dicção e coerência na empregabilidade das palavras, o que favorecia o discurso, sempre acompanhado de um sorriso e expressões positivas, dando à conversa uma atmosfera agradável, sendo de tal modo envolvente que me dediquei a ouvi-la por bem mais de uma hora a fio, sem incomodo algum.

A julgar, pelo que pude sentir e perceber considerei válido toda a consideração de princípios democráticos que ela demonstrava quando dizia, por exemplo, que “[...] o importante dentro do movimento é o seguinte: é você não usar da autoridade e falar com as pessoas pacificamente [...]”, ou quando se apresentava como uma pessoa muito bem articulada narrando as vezes em que se pronunciou em público nas reuniões no INCRA/RN. Particularmente em uma ocasião que em estava sentada ao lado do presidente regional da instituição, fazendo questão de demonstrar que não se sentia inibida neste momento.

Sendo a liderança uma posição de representação, os assentados elegem entre si os sujeitos com melhor arguição, persuasão e que demonstram capacidade de articular o grupo, preservando a unidade política e direcionando-os para estratégias de ação coletiva capaz de conduzir, efetivamente, as melhores condições de vida. Nesse sentido, aqueles que experimentaram inserções em movimentos sociais, sindicais ou pastorais são os que naturalmente ocupam, e por vezes, se mantêm nos postos de presidência.

Mas não somente os militantes possuem uma “vocaçãõ” para liderança. Muitas vezes tivemos contato com líderes, cuja experiência como professor, comerciante ou até mesmo mediante cursos de formação política os tornaram habilitados para exercer, com aparente aceitação dos assentados, o mandato de presidente. Outros, num gesto orgulhoso admitiam

---

<sup>18</sup> O projeto de assentamento Gonçalo Soares se localiza no município de São José do Mipibú/RN, está fora da amostra dos Territórios Mato Grande e Açú-Mossoró.

ser analfabetos e destituídos de qualquer qualidade que os habilitassem para o cargo, ao mesmo tempo em que sinalizam para capacidade de aproveitar o espaço das associações como campo de formação política. Ser presidente de uma associação de assentados é algo atravessado por desafios de natureza bem particular, cuja prática interna parece o melhor exercício de aprendizado.

Destacamos duas dimensões, econômica e política, em que atuam as lideranças na organização das famílias assentadas. De um lado, faz-se imprescindível para o reconhecimento e legitimidade própria, que o líder seja capaz de promover um notável avanço das condições objetivas de existência no assentamento, através de ações concretas e imediatamente desfrutáveis. De outra parte, na dimensão política, preservar a unidade interna, contornar as tensões e conflitos, mobilizar os assentados em torno de formas de participação, ao mesmo tempo democráticas e eficientes (do ponto de vista de conquistas efetivas), estão entre os principais desafios.

Cumprе salientar que o bom desempenho do associativismo depende de uma rede de relações maiores que o desempenho individual dos líderes. Comerford (2002; 2008) demonstra em sua pesquisa, sobre assentamento rural no interior do Estado do Rio de Janeiro, um exemplo de uma associação que conseguiu construir um modelo de reuniões capaz de conduzir suas ações com relativo sucesso, contornando os conflitos a partir de uma rede de sociabilidade constituída entre os assentados e descrita pelo autor da seguinte forma:

Uma série de redes sociais com limites verticais, com laços tanto “horizontais” (com “iguais”) quanto “verticais” (com pessoas de posição social “superior”), baseados em princípios como parentesco, amizade compadrio, relações de patronagem/clientelismo, afinidades religiosas, e com “centros” dessas redes definindo-se em termos de diferentes critérios de prestígio social. (COMERFORD, 2008, p. 184).

“O rigor da vida social” no assentamento espelha os valores que os assentados trazem consigo, através da forma que assume as relações sociais. Alguns desses valores serão alvos de pressão para resignificação, sobretudo, dentro da sociabilidade política das associações. Não obstante, quando questões do cotidiano do assentamento são trazidas para pauta das reuniões, podem gerar (e freqüentemente geram) tensões e conflitos que, se perpetuados e exacerbados, podem esvaziar próprio sentido da participação política.

Essas redes, que agrupam os assentados de maneiras diversificadas, envolvem inclusões e exclusões; envolvem formas de aproximação e criação de laços, mas

também afastamentos, tensões e evitamentos. Muitas vezes, os afastamentos e rompimentos são ocasionados por fatos cotidianos (...). Essas tensões podem dificultar sobremaneira a convivência e a ação conjunta dos moradores e a existência de uma associação na qual os assentados estejam de fato envolvidos” (CAMERFORD, 2008, p. 184).

O caráter exemplar dessa associação, estudada por Camerford, pode estar contido na maneira pela qual os assentados desenvolveram uma modelo de reunião capaz de trazer para discussão esses problemas e ao mesmo tempo “colocar as tensões em novos termos”, através de momentos que sinalizam para união do grupo (orações e reflexões em grupo) tornando os desafios passíveis de serem solucionados dentro do próprio espaço, com isso, introduzindo um mecanismo relativamente estável de apropriação de novos princípios capazes de dar um sentido desejável (participativo) para vida associativa.

O caso de Comerford nos conduz à reflexão acerca da teia de valores que move a vida no assentamento e como esses valores são alvo de pressão para mudança no sentido de compor um novo modo de vida, mais afinado com um projeto de democracia participativa.

Para entendermos o sentido que opera esse processo, faz-se necessário compreender o cotidiano das relações sociais de um assentamento rural, através da interpretação dos valores que orientam o comportamento político dos assentados.

### **O modo de vida das famílias assentadas**

Uma vez instaladas nos assentamentos, as famílias experimentam outro cenário para suas vidas: melhores condições objetivas de existência, suporte para suas atividades econômicas através de atores especializados, oportunidades de participação política.

Tornar-se assentado implica em se acomodar a esse novo cenário, que pressupõe uma passagem entre a maneira como viviam antes e o modo de vida que sugere o assentamento, traduzido na vida comunitária, desafios da participação nas associações, assimilação de novas formas de trabalho e daí por diante.

Para compreender o sentido que assume essa mudança, é necessário compor uma teia de valores que orienta a vida no assentamento, caracterizada em aspectos gerais. Logo, recuperamos em Geertz (1978) o conceito de cultura definido como: “Acreditando, como

Marx Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise” (p. 15).

Construir a teia de significados que orienta a vida nos assentamentos, remete-nos à trajetória dos assentados, no que se refere às experiências de trabalho, inserção nos meios rurais e urbanos, tradição agrícola, relação com a terra. E tudo isso está diretamente associado ao modo como vivem as famílias nos assentamentos, nos termos de uma maior ou menor familiaridade com o trabalho agrícola, na relação com outros assentados, sociabilidade política e na própria acomodação com o modo de vida que se supõe. Eric Sabourin (2008, p. 158) nos oferece uma descrição sumária do tipo médio dos assentados beneficiários do programa de reforma agrária:

Muitas vezes eles não têm conhecimento nem experiência prática do sistema de produção de policultura/pecuária em menos ainda da administração de um lote. Raramente contam com uma experiência de organização política anterior à do acampamento ou do assentamento. No Nordeste, até nos anos 1990, muitos beneficiários da reforma agrária, entre os antigos assalariados das plantações de cana tratados em condições de semi-escravidão não dispunham de documento de identidade e ignoravam seus direitos elementares em média de trabalho, previdência e justiça. (SABOURIN, 2008, p. 158).

No percurso de nossa pesquisa, essa caracterização se confirma pelo que apontam os assentados em suas narrativas de experiências de trabalho e inserções políticas. No que se refere a essa última, o capital político se concentra frequentemente entre os assentados que tiveram uma maior inserção em movimentos políticos organizados, incrementado pelo grau de escolarização, também irregular entre as famílias. De forma geral, a escolarização entre eles é de baixo grau, sendo grande parte agricultores originados de um período em que a educação ainda não havia se estabelecido como algo obrigatório.

Entre as inserções nos campos da política, o sindicalismo é, seguramente, a organização que, de algum modo, a grande maioria participa, muito embora, quando não estão envolvidos em alguma função de direção, tal participação se torna eminentemente instrumental. A resposta para a questão *Você participa do sindicato?* É, via de regra, “sim eu pago”.

Pagar o sindicato significa, para os assentados, ter acesso a alguns serviços básicos, notadamente, os de natureza médica e jurídica, mas também inclui formas de enfrentamento organizado para situações desafiadoras como o próprio apoio às ocupações. A maneira como se inserem em outros movimentos (como MST ou Pastorais) se dá conforme as redes de

articulação local, as quais formam lideranças para atuarem nos mais diversos espaços – os assentados mais engajados, se não são imediatamente proveniente dessas redes, serão rapidamente atraídos por elas como representantes internos no assentamento. Com exceção destes, todos os demais podem assumir laços de compromisso, mais ou menos, estáveis. Porém, dificilmente na forma convencional de militantes.

Em termos de experiências com agricultura, notadamente, estas famílias conhecem muito pouco além do regime doméstico de produção agrícola, sendo a grande maioria deles ex-moradores, arrendatários, meeiros, peões, posseiros e outra variedade de formas de trabalho citadas anteriormente. Na medida em que se estreitavam as condições de vida nesses espaços, muitos deles desenvolveram atividades paralelas, como estratégia de sobrevivência, algumas associadas às atividades agrícolas, outras não.

De forma eventual, oferecer mão-de-obra temporária parece ser quase tão comum nos assentamentos quanto o trabalho nos lotes. “Limpar” as terras de um terceiro, “cortar” as de outro, trabalhar em projetos de fruticultura irrigada no Oeste do estado ou cortar cana nas proximidades do litoral, são apenas algumas das formas paralelas de trabalho agrícola.

Como se pode perceber, todas elas são, de algum modo, formas de trabalho alienado, posto que quem o faz está “alheio” ao resultado, não goza nem usufrui senão na forma de pagamento monetário. Com experiências desse tipo, não parecem aprimorar muito as técnicas já conhecidas de trabalho agrícola passíveis de utilização nos lotes, que por sua vez supõe a policultura principalmente através de estratégias sustentáveis.

Ofícios não agrícolas também são comuns entre famílias assentadas como estratégia de renda. Destacamos a alvenaria, por ser algo quase trivial entre o gênero masculino, de modo que os filhos “já formados”, que não se dedicam ao trabalho agrícola, muito frequentemente se lançam a prestar este serviço, que de oferta tão comum, não parece ser, do ponto de vista deles, nem um pouco promissor. Também há outros como moto-taxista, vigilante noturno ou motorista/freteiro. Entre as mulheres, tivemos contato com muitas merendeiras, domésticas, professoras de ensino primário e vendedoras de cosméticos.

A maneira como esses assentados se inserem na rede da economia local, através de atividades não agrícolas, é geralmente precária, a partir de funções de baixo reconhecimento social, como certamente é a de doméstica comum, entre as jovens assentadas que dividem o tempo no assentamento com as “casas de família” da cidade.

Face ao exposto, a categoria de assentado se distancia um pouco da noção clássica de camponês. Maria Isaura Pereira de Queiroz defende, em *O campesinato brasileiro*, a

existência de um modo de vida camponês no Brasil, através de uma camada social rural, a qual é atribuída o nome de “sitiantes”, descritos pela autora a partir da economia agrícola doméstica:

[...] um trabalhador rural cujo produto se destina prioritariamente ao sustento da própria família, podendo vender ou não o excedente da colheita [...], devido ao destino da produção, ele é sempre policultor. O caráter essencial da definição de camponês é, pois, o destino dado ao produto, pois este governa todos os outros elementos com ele correlatos. (QUEIROZ, 1973, p. 29).

Segundo essa definição, a família camponesa se constitui de uma unidade de produção e ao mesmo tempo de consumo, o que a torna praticamente auto-suficiente economicamente, sendo movida a realizar transações entre os produtos que a produção doméstica não contempla. A gestão interna autárquica e auto-suficiente da empresa agrícola familiar é, portanto, a noção fundamental de um modo de vida camponês, que se desdobra em uma relação de íntimo pertencimento com a terra e uma auto-suficiência que reforça o primado pela autonomia familiar.

A princípio, camponeses e assentados seriam sinônimos, não fosse pelas variedades de formas de trabalho paralelo e complementar que os assentados desenvolvem concomitante com o trabalho agrícola. Há que se considerar, ainda, a dinamização das formas de trabalho nos espaços rurais, cada vez mais caracterizados pelo que se chama na literatura de *rurbano*<sup>19</sup>, onde a atração entre campo e cidade provoca o estreitamento das fronteiras no que diz respeito às possibilidades de trabalho antes reservadas a cada espaço em particular. A exemplo, torna-se comum – conforme iremos observar nos assentamentos do território Açu-Mossoró – formas híbridas de vida entre o assentamento e a cidade, sem que seja feita adesão a um modo de vida ou outro.

---

<sup>19</sup> Para um aprofundamento sobre o tema consultar:

VEIGA, José Eli da. **Nascimento de outra ruralidade**. Estudos Avançados, São Paulo: USP/IEA, v. 20, n. 57, p. 333-353, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Boudel. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas**: o rural como espaço singular e ator coletivo. Recife: UFPE, 2000.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro** – As novas atividades no meio rural. Pesquisas Unicamp. Mimeo: São Paulo, 1998.



Embora não sendo tão agrícolas como a princípio se supõe, os assentamentos conservam parte do modo de vida camponês, o que pode ser observado, especialmente na dimensão objetiva da produção da vida material, através de um modo de vida que se organiza em torno da unidade de trabalho doméstico. Uma imagem em particular, rica de significados, nos vem à tona: três jovens chegando ao assentamento montados em uma carroça e portando uma latinha de cachaça. Pareciam trazer dos lotes o resultado do trabalho, que certamente não era só seus, mas, antes de seus pais que (deduzo) o ajudaram na condição de aprendizes. Aparentemente, mal haviam chegado à mocidade, já bebiam e tagarelavam como fazem os homens adultos embaixo das árvores, jogando baralho ou conversa fora. Apesar da pouca idade, traziam ainda consigo a responsabilidade sinalizada pelo alimento, providencial à vida dentro ou fora do assentamento.

O trabalho agrícola é algo que se aprende desde cedo no mundo rural, mediante o trato da terra que é orientado segundo um conhecimento secular, passado através das gerações como valor. Nesse sentido, Woortmann e Woortmann, explorando a dimensão simbólica da lavoura, chamam a atenção para um *saber* que não é somente técnico, mas, também, tem implicações em várias dimensões da vida camponesa. Exemplo é a hierarquia familiar, alicerçada sob a distribuição do saber técnico, no qual o topo é ocupado por quem o domina:

Se a produção é central para a reprodução, e se é pelo trabalho que se constrói a família, é pelo saber “técnico” que ela se faz e é o controle sobre este saber que faz a hierarquia do grupo doméstico. Exerce-se seu poder por que se detém o saber. Na hierarquia da unidade produtiva, o pai de família (no plano público) governa a família porque governa a produção; governa o processo de trabalho porque “domina” o saber. O saber técnico é, portanto, fundamental para a reprodução da estrutura social. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 12).

A organização doméstica, ditada pelo ritmo cotidiano do trabalho agrícola, define e legitima os papéis dentro de um sistema providencial: o da empresa agrícola doméstica. Em termos gerais, os papéis dos membros são primeiramente definidos com base no domínio do saber técnico do trabalho na terra, associado à idade, parentesco e gênero. O pai predomina enquanto autoridade superior, o que tem implicação efetiva na tomada de decisões. As

mulheres, na maioria das vezes, assumem o trabalho doméstico tido como assessorio e, quando cumprem alguma função na produção agrícola propriamente dita, também o fazem em caráter secundário, conforme costuma ser chamado de “ajuda”. Os filhos se tornam mais autônomos, na medida em que estão habilitados para constituir família própria. Particularmente para os homens, isso significa assimilação do saber técnico agrícola (ou outro ofício), através do qual poderão sobreviver mediante o próprio trabalho. Já para as mulheres, encontrar um parceiro que ofereça uma vida minimamente estável já é suficiente para deixar a casa dos pais.

À luz desta visão de mundo, o trabalho ocupa o centro de toda vida social: as qualidades individuais, a honra, o prestígio e o *status* social, estão todos a ele associados. “A percepção do trabalho é concebida segundo ‘uma visão bíblica do homem, que é uma visão de mundo: ‘Do suor do teu rosto comerá o pão’”. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 12). O trabalho na terra é, portanto, fonte de uma vida digna e honrada.

No contexto dos assentamentos, a visão do trabalho com a terra está associada à *propriedade* sobre ela, o que significa falar na *posse efetiva*, através de um enlace entre um projeto de vida próprio e sua condição fundamental de realização.

Beber cachaça e tagarelar enquanto trazem dos lotes frutas e verduras, significa dizer que trabalho agrícola e lazer se confundem na vida do assentamento. A propósito disso, a opção de nossa equipe em visitar os assentamentos sempre aos finais de semana nunca foi garantia de que os assentados estivessem à disposição em suas casas, mas do contrário, estavam muitas vezes trabalhando em seus lotes; motivo pelo qual tive a impressão de que o trabalho é sagrado, os finais de semana não.

Todavia, isso não significa dizer que não aproveitassem bem o tempo ocioso. Os homens se reúnem para conversar sob qualquer pretexto em qualquer área de sombra pouca. Se no assentamento essa sombra pouca for um bar, parecem se reunir mais a vontade e, também, em maior número. Se for ao alpendre das casas ou ao amparo das árvores frondosas bebe-se e conversa-se com o mesmo afincado. Beber, tagarelar e trabalhar, estas parecem ser as três atividades masculinas mais comuns que presenciei.

As mulheres também desfrutam seus momentos de lazer, quase indistinguíveis das tarefas domésticas, com as quais estão sempre envolvidas. Ver uma assentada banhada, de cabelos ainda molhados, penteando-os sob vento ocioso das varandas, é a certeza de que lá dentro, a casa está tal qual a dona. A limpeza do corpo imediatamente posterior à limpeza do lar, sinaliza para o dever diário da tarefa cumprida, que também se confunde com o que se

toma como trabalho.

Retomando a discussão que fazíamos sobre a categoria de assentamento, enquanto modo de vida, parece-nos conveniente relacioná-la ainda à noção de agricultura familiar, comum no discurso oficial sobre as famílias assentadas. Esta nomeação pretende distinguir um tipo específico de produção agrícola – de certa forma oposta à agricultura patronal e comercial – antes dissolvido em categorias genéricas como a de pequeno produtor, agricultor de baixa renda, ou mesmo camponês. São caracterizados basicamente a partir de algumas particularidades, como: 1) tamanho da propriedade, definida segundo o Censo Agropecuário de 1995/96, nos limites da agricultura familiar, a propriedade com área menor de 100 hectares; 2) o emprego de tecnologia simples, no sentido de que o agricultor familiar faz uso de técnicas de trabalho que dispensam o uso da automação agrícola; 3) o modo de vida diretamente ligado à terra, com o trabalho e a fixação de moradia, traduzida numa relação de pertencimento; 4) gestão familiar da produção, sendo esta a principal responsável pela administração da empresa doméstica, que se constitui ao mesmo tempo em unidade de produção e de consumo.

A categoria de agricultor familiar se aproxima da nossa caracterização e das famílias assentadas particularmente através da descrição de Maria José Carneiro (2008, p. 258) onde a agricultura familiar é identificada por “[...] uma família que responde tanto pela organização técnica da produção quanto pela execução das atividades e, sobretudo, pelo destino a ser dado aos seus resultados [...]”, não necessariamente de caráter agrícola, mas como “[...] uma estrutura flexível, plástica, passível de incorporar novos valores e criar novas percepções e práticas [...]”. Nesse sentido tanto pode liberar mão-de-obra quanto contar com trabalho contratado sem perder suas características fundamentais.

Portanto, as estratégias e combinações entre formas de trabalho realizado nos lotes e fora deles – que compreende, por exemplo, trabalhar na cidade e conferir aos cuidados de um terceiro o trato com a roça – inclui, particularmente sob a noção de Carneiro, o assentado como agricultor familiar. Na prática, esses limites são mais tênues do que parecem, a partir do que pude perceber através de uma conversa com a presidente de uma associação de assentados na ocasião em que acompanhava um amigo da universidade, em sua pesquisa sobre “religião e associativismo” no assentamento Caracaxá, município de Macaíba/RN.

Decorrendo sobre sua vida no assentamento, a referida assentada disse que em dado momento resolveu abandonar o trabalho agrícola, por ser, na sua avaliação, demasiado árduo para uma mulher que, ao mesmo tempo, se sentia atraída pelas alternativas de vida urbana.

Eis que sendo ela evangélica, recebeu, numa noite de sonho, a missão de “ficar e de cuidar do assentamento” – foi esta a expressão que utilizou. Assim, quando já estava decidida a abandonar o trabalho agrícola, resolveu mudar de idéia e, tornando-se presidente da associação, relatou que se considerava uma mulher realizada na sua “santa missão” de promover melhores condições de vida internamente. O que, a propósito, apontava orgulhosamente ter feito através de alguns projetos que trouxe para o assentamento, além dos que sonhava em levar (como dizia ela) para lá.

A relação que um assentado pode ter com a vida no assentamento parece estar diretamente relacionada com as possibilidades concretas de realizar um “sonho” traduzido em um projeto de vida que ele imagina ser possível, desde que ingressou, direta ou indiretamente, na luta pela terra. Se o assentamento não oferece as bases imediatas de uma vida pela qual se valha a pena lutar, dificilmente as famílias permaneceram somente por senso de compromisso ou pertencimento. Isso, que por sua vez é seguramente compartilhado entre as famílias, em menor ou em maior grau, mas deve necessariamente ser reforçado pelas vantagens que envolvem a condição de assentado.

Em todo caso, há sempre uma tensão entre um projeto de vida particular e o projeto de assentamento, que de um lado oferece oportunidades e de outro abre precedente para novas conquistas na forma de desafios a serem superados pela organização das famílias. As relações políticas cotidianas são, por excelência, a dimensão do conflito nos assentamentos, que têm nas reuniões ou assembléias o espaço institucionalizado para o exercício do ajuste entre as diferentes disposições e pontos de vista. Não obstante é nessa dimensão que operam as mudanças, através de uma negociação da própria vida coletiva.

Uma reunião de assentados: dispostos em círculo, à sombra de uma árvore consagrada para as reuniões ao ar livre, mulheres e homens se faziam presentes (sobremaneira estes últimos) e, ao entorno, crianças brincavam. Na ocasião discutiam, junto a nós da universidade, acerca dos problemas relacionados à preservação ambiental no assentamento. Mal se expunha a pauta, os mais dotados de capital político se antecipavam em seus argumentos, mais ou menos, pré-moldados. Logo, pode-se observar os sinais de ansiedade dos demais: pernas balançando, uma mão na boca para segurar a palavra enquanto não chegava a vez, uma mulher levantando para ir rapidamente à sua casa ver se estava tudo bem.

É comum que pessoas com melhor traquejo falem em nome de todos, como forma, inclusive, de legitimar o próprio argumento e é nestas horas que, num ímpeto incontido,

outros tomam a palavra. Mas não tomam de arremate, fazem antes pequenas incursões, levantam a mão, inclinam-se pra frente. Tomar a fala é quase um duelo de gestos e de sinais. Um caro exercício de polidez para o homem do campo, naturalmente “bronco”.

Enquanto um fala o outro argumenta baixo com o vizinho, ensaia o próprio discurso, confere se pode ter aceitação ou não, a partir da aprovação ou censura do colega ao lado. Lança e provoca. A polidez diminui na medida em que, no tanger da hora, os ânimos aumentam. Questões com o trator: insinua-se que alguém tem o hábito de beber e sair dirigindo-o a noite. “É importante não tirar lenha da reserva ambiental”, disse um professor da universidade. Eles falam do problema em termos gerais, respeitam os laços de compromisso e não citam ninguém em particular. Nós que somos de fora não saberemos de quem se trata (nem importa), mas eles sabem exatamente.

Colocar os problemas em termos gerais, na forma de argumento coletivo também é outro grande exercício. Falar em nome de si próprio em uma assembléia de assentados certamente será visto como algo diminuto, egoísta e quem sabe mesquinho. Por outro lado, falar se utilizando do pronome pessoal “nós”, implica num argumento legítimo quando bem articulado com as circunstâncias e necessidades comuns. Por esse motivo a “não-coincidência” entre as trajetórias de vida das famílias são desdobradas em interesses diversos, ao mesmo tempo em que desafia construir argumentos coletivos, identificados nas reuniões como algo “político” por excelência.

### CAPÍTULO III | ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

---



No capítulo anterior discutimos o papel das associações no interior dos assentamentos rurais e a maneira como se articulam com demandas específicas. Neste terceiro capítulo trataremos das experiências empíricas propriamente ditas, a partir da análise dos assentamentos localizados nos territórios Açu-Mossoró e Mato Grande, sob luz do referencial teórico até então discutido. No entanto, cumpre antes definirmos o sentido que a noção de participação assume em nossa análise, tendo em vista o uso generalizado do termo, aplicado a uma variedade de contextos.

Durante o final da década de 1960 o termo *participação* tornou-se comum no vocabulário político, especialmente dentro dos movimentos sociais. Anos mais tarde, com o fim do chamado socialismo real, a idéia de participação da sociedade civil, frente ao Estado, passou a compor uma alternativa cada vez mais atraente diante do “sonho fracassado” da revolução, ou nas palavras de Sérgio Costa (2003, p. 43) “um substituto cada vez mais atrativo para utopia renegada da conquista revolucionária do Estado”. Hoje, a repercussão que assume o termo participação é tal, que transcende a dimensão política dos movimentos sociais, fazendo com que seu uso seja aplicado a contextos variados com respectiva variação de significados.

Para os fins desta pesquisa, recuperamos o sentido político de que é dotado o termo, em seu potencial transformador da realidade, a partir de uma construção pedagógica de noções democráticas, experimentadas no cotidiano das relações políticas dentro de espaços reservados para seu exercício, em nosso caso, as associações de assentados. Esse processo não é linear nem tão pouco contínuo, mas antes, atravessado por continuidades e rupturas, avanços e retrocessos. Recupera valores e busca ressignificá-los, através de experiências de sociabilidade entre os próprios assentados: na dimensão pública e privada, na família e nas associações, nas discussões em assembléia e no cotidiano das relações de trabalho. A rede de relações políticas, construídas em torno da vida associativa, por sua vez, envolve inclusões e exclusões, afirmação de laços de parentesco, afinidades, companheirismo e cumplicidade, mas também, de afastamentos, tensões e evitamentos (Cf. COMERFORD, 2002; 2008).

Ao observarmos as experiências participativas, pudemos constatar que existem formas diferenciadas de participação. Elas são diferenciadas não somente porque assim prevêm as regras formais do grupo – pela distribuição desigual de papéis, deles presidente, secretário, tesoureiro –, mas também pelas posições assumidas pelos próprios assentados. A composição de um “corpo dirigente” empenhado em levar a cabo as tarefas que são próprias da associação, apresenta-se, conforme veremos, como a estratégia mais usual entre as

formas de participação efetivamente experimentadas. E quando vigilante no cumprimento do seu papel, esta é, também, a que apresenta os melhores resultados.

A partir dos dados empíricos, dificilmente podemos falar numa participação de *todos*, a princípio, pela própria noção que compartilham os assentados entre quem é habilitado para participar, o que coincide com o homem adulto, dito chefe de família. Também varia a disposição em participar, que por sua vez, sofre influência de uma série de fatores, dos quais se destaca o envolvimento com a vida no assentamento, domínio de habilidades políticas adquiridas durante sua trajetória de vida – via educação formal, movimentos sociais ou outras formas de capacitação –, prestígio social e, principalmente, interesses práticos/imediatos.

A posição que cada um assume no contexto das associações revela, sobretudo, seus interesses particulares/familiares, com maior ou menor abertura para o “coletivo”, dependendo da estabilidade ou instabilidade da conjuntura econômica e política do assentamento: oferta de alternativas produtivas, assistência técnica permanente e a presença de atores sociais que os ofereça suporte para o exercício da participação efetiva.

A exploração destes pontos nos conduz a uma observação acerca das *formas de participação*, em que os sujeitos ocupam funções diferenciais e, ao mesmo tempo, interdependentes. Essas formas se compõem, tendo por base os desafios da vida cotidiana, a partir dos quais os assentados criam laços de afinidade, solidariedade e companheirismo, mas também, de evitamentos e desafetos. Não compreende, portanto, tratar as formas de participação nos termos de níveis ou graus. Isso supõe que a vivência participativa promove uma acumulação positiva das experiências, que por sua vez conduz linearmente à autonomia do grupo, sem considerar, no entanto, as oscilações e, talvez, retrocessos deste processo.

A noção de participação que utilizamos nesta pesquisa recupera o sentido pedagógico que sua prática pode assumir na vida dos sujeitos assentados. Sendo assim, cabe-nos remeter ao sentido de “participação como aprendizado”, proposto pela cientista política inglesa Carole Paterman (1992), que em seu estudo sobre iniciativas de auto-gestão entre proletários da antiga Iugoslávia, defende a introdução de instrumentos de gestão nas esferas da vida cotidiana, através dos quais sujeitos são levados a participarem de processos que lhes dizem respeito diretamente. Isso os capacita politicamente, tanto para a melhor gerência de suas próprias vidas, quanto para o exercício da cidadania no contexto de uma sociedade democrática.

Segundo Paterman, as oportunidades de participação nas pequenas esferas da vida



favorecem a uma “socialização por meio da participação”, da qual os sujeitos se tornam melhor capacitados para exercerem procedimentos democráticos. O caráter educativo reside no fato de que “[...] a participação promove e desenvolve as próprias qualidades que lhes são necessárias; quanto mais os indivíduos participam, melhor capacitados eles se tornam para fazê-lo [...]”. (PATERMAN, 1992, p. 61). Neste caso, as associações se constituem de um espaço privilegiado de aprendizado participativo, local onde é oportunizado o exercício do diálogo político, da arguição, construção de noções de direitos sociais e troca de experiências.

Nas associações, os assentados podem discutir e elaborar estratégias sobre questões e desafios que lhes dizem respeito diretamente e, através disso, exercitarem qualidades políticas, sob a orientação de atores sociais, apropriando-se efetivamente de noções e habilidades democráticas, com as quais podem se tornar capazes de exercer maior autonomia sobre suas vidas.

Temos assim dois sentidos, com os quais se opera a participação nas associações. De um lado, destaca-se o caráter instrumental e impositivo, do qual os assentados, para terem acesso às condições mínimas de subsistência material, são acionados, pelos atores externos, a participar de uma associação de assentados. Nestes espaços eles passam a ter contato e são orientados por noções democráticas, introduzidas pelos mediadores, ao passo que lhes prestam assistência. Por outro lado, a ação dos mediadores está voltada para estimular e orientar a participação política, conduzindo ao aprendizado participativo, de modo que esteja associado a valores políticos de grande ordem (igualdade de gênero, sustentabilidade, justiça social, etc.), como forma, inclusive, de legitimação das próprias ações. Com isso, podemos dizer que a participação política nas associações, corresponde às formas de ação instrumental visando a conquistas objetivas, consorciado a mobilização de temas políticos, efetivamente orientados para o aprendizado participativo. A confluência desses fatores, no espaço das associações, permite aos assentados operacionalizar procedimentos e experiências democráticas.

Face aos interesses práticos, este processo assume uma direção cujo sentido é o da efetivação de certo projeto de vida, mais ou menos coincidente com as aspirações que os moveram na luta pela terra. A interpretação de suas narrativas nos leva a definir esse projeto basicamente nos termos de: 1) *condições de trabalho e fixação* na terra; 2) *propriedade* sobre a terra; 3) *autonomia* e preservação dos interesses familiares; 4) *segurança e estabilidade* financeira; e) *independência* em relação à dominação direta de terceiros.

A efetivação desse projeto de vida depende, fundamentalmente, da possibilidade do assentamento se tornar um espaço de vida e trabalho, que todo projeto oferece, inicialmente, através de uma infra-estrutura básica e acesso às modalidades de crédito e financiamento para produção, bem como suporte técnico. A partir destas bases mínimas, que para a grande maioria dos assentados já representa uma significativa mudança, surge, no horizonte das práticas participativas, a tarefa de construir, no espaço inaugural do assentamento, “um modo de vida que se tem razão em valorizar” (SEN, 2000).

Estamos falando de uma mudança enunciada como desenvolvimento, baseado nas possibilidades reais das famílias conquistarem melhores condições objetivas de existência. Tratando-se de desenvolvimento, nos reportamos a Sen (2000), que nos oferece uma importante discussão a respeito de um sentido desejável para este termo. É na defesa de que as pessoas tenham “um modo de vida de que tem razão em valorizar” que o autor desenvolve sua obra intitulada *Desenvolvimento como liberdade*. Na sua concepção, o exercício de diferentes formas de liberdade, delas a liberdade política, de mercado, de direitos sociais, se reforça mutuamente e cria oportunidades para que se conquiste uma liberdade efetiva.

Nos termos do autor, “Ter mais liberdade para fazer as coisas que são justamente valorizadas é (1) importante para si mesmo para liberdade global da pessoa e (2) importante porque favorece a oportunidade de a pessoa ter resultados valiosos [...]” (SEN, 2000, p. 33). Ainda segundo ele, o maior argumento da liberdade é a liberdade política, que reside “[...] na oportunidade que ela dá aos cidadãos de debater sobre valores na escolha de prioridades e de participar da seleção desses valores [...]” (SEN, 2000, p. 46).

No contexto dos assentamentos, a liberdade política, traduzida na oportunidade de participar das associações, relaciona-se com outras formas de liberdade, como o acesso a serviços básicos, que na visão dos assentados conduz a uma vida digna. As liberdades oferecidas pela vida no assentamento, juntas, criam um cenário de oportunidades, no qual as associações são os espaços reservados para o exercício da liberdade política, com que as famílias podem debater e eleger as prioridades para se conquistar um modo de vida que valorizam.

### **Apresentação dos dados**

Nossa pesquisa consiste na análise dos dados relativos à organização política de 18 assentamentos, do total de 33 núcleos pesquisados pelo projeto INCRA-Ambiental. Os projetos selecionados estão concentrados em 02 dos 06 Territórios da Cidadania eleitos pelo programa Territórios da Cidadania do Governo Federal para o Estado do Rio Grande do Norte<sup>20</sup>.

A escolha dos Territórios Mato Grande e Açu-Mossoró, com uma amostra de 08 e 10 assentamentos respectivamente, ocorreu em razão de dois fatores: primeiro, por serem os dois maiores territórios em número de famílias assentadas (Açu-Mossoró contando com 6.436 famílias e Mato Grande com 5.081 famílias); segundo, por apresentarem cenários bem distintos, com formação histórica particular e presença de diferentes atores sociais em cada um deles, o que confere configurações políticas diferenciadas.

Entre os assentamentos que tivemos contato, observamos diversos padrões de agrupamentos das famílias, que dependiam, principalmente, da forma de mobilização e ocupação das terras. De uma forma geral, o modelo de formação dos assentamentos pode estar agrupado diante de aspectos como: a) passaram por processo de ocupação apresentando algum tipo de resistência; b) os que passaram por ocupação, mas não experimentaram resistência significativa; c) e os que não passaram por ocupação e tão pouco foram apreendidos.

- a) O primeiro padrão corresponde aos assentamentos formados mediante ocupação e com enfrentamento de grande resistência – em sua maior parte, na forma de violência física. Trata-se particularmente de terras férteis, de alto valor comercial. Durante o processo de luta, os assentados tendem a construir uma rede mais sólida de laços de afinidade e companheirismo, amparados na convivência anterior e fortalecidos no embate contra o mesmo adversário, a partir do qual se inicia uma identidade social, reconhecendo-se sujeitos de uma trajetória comum.
- b) O segundo corresponde aos projetos formados a partir de ocupações ditas pacíficas, em que um grupo de famílias ocupa uma determinada propriedade e, amparado por forte apoio de atores sociais, consegue negociar a desapropriação do imóvel rural. A

---

20 Para saber mais conferir: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br>

repressão também pode ser evitada em função da agilidade do próprio aparelho burocrático, que pode proteger judicialmente os assentados contra investidas violentas. Por outro lado, dificilmente, isso ocorre sem que haja por trás movimentos sociais, sindicais ou ONGs. Nestes casos, deve-se levar em consideração a disposição do proprietário da terra em oferecer resistência.

- c) O terceiro corresponde a assentamentos formados sem ocupação e sem conflito. Ocorre comumente quando os próprios donos se dispõem, por algum motivo, a venderem seu imóvel ao INCRA, talvez, prevendo as vantagens em se desfazer das terras que, de modo geral, são de má qualidade, podendo oferecer dificuldades à produção no assentamento. Nesse caso, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município possui uma lista de todas as famílias potencialmente assentadas e, sempre que identificada uma terra passível de desapropriação, convoca-as para dar início a um procedimento meramente burocrático, culminando com a criação do projeto. Em particular, observamos o maior grau de insatisfação, seja porque as condições de produção e acesso aos centros urbanos tende a ser as piores, ou porque, em função de não se conhecerem, as famílias não possuem laços de convivência anteriores, o que pode dificultar a adaptação para vida comunitária.

Em todos os casos, o perfil do grupo de famílias assentadas pode ser modificado, quando algumas abandonam seus lotes e outras são chamadas para substituí-las. A substituição de lotes abandonados acontece, principalmente, através de contatos pessoais dos próprios assentados, que trazem parentes, amigos ou filhos recentemente casados para repor a vaga.

Esta alternância das famílias pode assumir, do ponto de vista político-organizativo, um sentido positivo ou negativo, a depender da abertura que oferece para o ingresso de famílias que possam demonstrar um maior grau de envolvimento com a vida no assentamento. Os casos de famílias que não se acomodam aos preceitos internos são razoavelmente frequentes, principalmente, tratando-se do convívio comunitário. Aspecto percebido, sobretudo, entre aquelas que tentam se reservar ao próprio convívio intra-familiar, ao mesmo tempo em que evitam o contato com os demais assentados.

As famílias no assentamento estão necessariamente presas a uma teia de compromissos e sociabilidades que não podem simplesmente dispensar, sem que se comprometa de alguma forma a vida coletiva, estando no caso de relativa privação do

convívio comunitário, sujeito a coerção moral, expressa através de reprovações e hostilidades. Em nossa pesquisa pudemos perceber isso, quando pedíamos referências a alguns assentados sobre outros, momento em que nos respondia com certo tom de reprovação e deboche “[...] eu não sei informar muito porque eles vivem trancados dentro de casa [...]”. Estas são algumas das formas de coerção velada, as quais estão sujeitas as famílias que não desejam ou encontram dificuldade de se integrar ao grupo, não obstante, o agravamento dessa situação, associada a outros fatores pode levá-los a abandonar os lotes.

Os motivos pelos quais uma família assentada abandona parcial ou inteiramente o assentamento podem ser de diversas ordens. Geralmente, apontam para fatores de natureza objetiva, em que predomina a falta de alternativas viáveis de trabalho. Contudo, este fator isoladamente parece ser insuficiente, ou, suficiente somente quando agravado por situações também limítrofes que interferem diretamente na conformação da vida comunitária.

Seja pelas formas veladas de “pressão social”, pela atração de fatores externos ou mesmo pela falta de alternativas de vida dentro do assentamento, a lógica de algum tipo de substituição pode, em certa medida, ajudar a equilibrar tensões dentro do assentamento, mitigando o conflito entre os que não são capazes de se inserir no jogo interno de interesses.

O grupo de famílias assentadas e seus respectivos feixes de relações comunitárias podem, portanto, ser estável ou instável, dependendo do movimento de alternância entre famílias. Alguns assentamentos, como o de Lagoa do Sal, no território Mato Grande – que cumpre destacar ser o mais antigo entre todos – permanece com as mesmas 14 famílias que deram origem ao projeto. Noutros assentamentos, especialmente, em Açú-Mossoró, a alternância entre famílias é significativa, justificada, conforme veremos, por uma influência mútua entre a falta de alternativas produtivas e a precariedade das formas de participação.

Neste último caso, o grau de alternância das famílias não favorece a estabilidade das relações comunitárias, porque está inserido num contexto maior de inoperância, tanto por parte da associação, quanto das alternativas efetivas de sobrevivência dentro do assentamento, fazendo predominar, na maioria desses projetos, uma distinta atmosfera de desolação e insatisfação generalizada, da qual as famílias parecem não fazer muita questão de estreitarem os laços de convivência cotidiana.

No Mato Grande, a relativa estabilidade das relações comunitárias é o que caracteriza as formas de participação nas associações da região. Lá, o associativismo parece mais ativo e operante em relação a Açú-Mossoró, mesmo que as dificuldades efetivas se apresentem mais ou menos comuns entre os dois. O que se deve a um relativo sucesso das formas

participativas reforçadas por fatores de ordem objetiva que torna viável a permanência das famílias nos projetos.

### **Território Mato Grande**

O Território da Cidadania Mato Grande (RN) está localizado na porção nordeste do estado e faz fronteira ao norte e leste, com a Costa Atlântica. Abrange uma área de 5.758,60 Km<sup>2</sup> e comporta aproximadamente 5.081 famílias assentadas, distribuídas em 15 municípios, a saber: Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará-Mirim, Jandaíra, João Câmara, Maxaranguape, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel de Touros, Taipu e Touros.

Neste trabalho, trataremos de uma amostra de 08 assentamentos:

<b>ASSENTAMENTO</b>	<b>MUNICÍPIO</b>
<b>Águas Vivas</b>	Ceará Mirim/RN
<b>São João Batista</b>	Ceará Mirim/RN
<b>Ouro Branco</b>	São Miguel de Touros/RN
<b>Logradouro</b>	Taipú/RN
<b>Lagoa do Sal</b>	Touros/RN
<b>São Sebastião II</b>	Touros/RN
<b>7 de junho</b>	Bento Fernandes/RN
<b>Barreto</b>	Bento Fernandes/RN

A abrangência do território coincide com a região que se convencionou chamar de região do “Mato Grande”, daí a origem de seu nome. Por todo o Estado, esta localidade está caracterizada, historicamente, pelas suas terras férteis, grande concentração fundiária e, conseqüentemente, como palco de grandes conflitos. Nela, próximo ao litoral, predominou durante muito tempo o cultivo da cana-de-açúcar que, havendo diminuído sua atividade, liberou mão-de-obra não incorporada por outros setores da economia. Junto a estes, somam-se os trabalhadores rurais expulsos por grilagem, modernização das atividades agrícolas, ou mesmo, porque o crescimento da família excedia a possibilidade de acomodação nas pequenas propriedades existentes.

Unidos, estes sujeitos passaram a compor a demanda pela reforma agrária, exercendo pressão contra a grande propriedade rural, de modo que, neste território se registram as

primeiras ocupações de terra para fins de reforma agrária do Estado. Há registros de famílias assentadas pelo INCRA, desde a segunda metade dos anos de 1980, principalmente, nos municípios de João Câmara e Touros. Destacamos o assentamento Lagoa do Sal, que fundado no ano de 1987, diz ser o primeiro assentamento rural do Rio Grande do Norte.

Entre os atores sociais presentes, a inserção histórica da Igreja Católica prevaleceu nesta porção do Estado, especialmente por intermédio do Serviço de Assistência Rural (SAR), que teve papel providencial em muitas destas ocupações. No assentamento Lagoa do Sal, a desapropriação do imóvel em favor dos trabalhadores rurais resultou de um longo e conflituoso período de lutas, das quais, antigos moradores da propriedade, acreditando estarem submetidos à grande exploração e injustiça, reivindicaram a posse da terra apoiados pela Igreja Católica, através do SAR, e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Touros, conforme registra a pesquisa através de entrevista:

Entrevistador: Então quer dizer que o capataz foi querer botar vocês pra fora...

Assentado: Aí foi o tempo que a reforma agrária entrou, a reforma agrária deu força a nós, o sindicato deu força a nós, e a igreja também, o SAR, no tempo de Dom Costa. No tempo que Dom Costa era o bispo ele deu força a nos aqui também dentro a comunidade das igrejas todinha, e agora nós estamos aqui dentro do assentamento trabalhando.

Acerca de São Sebastião II, os assentados identificam, conforme trecho de entrevista, a importância que assumiu a atuação da Igreja no apoio de suas ocupações:

[...] e a gente ocupou o Souza e lá também plantamos e foi destruído, houve reintegração de posse, houve queima das barras, houve destruição de tudo que a gente tinha, foi queimado e a gente ficou no terreno do padre [...] o tempo foi passando e nós decidimos que tínhamos que reocupar novamente a fazenda capivara [...] e aí com a ação do próprio SAR, Serviço de Assistência Rural a gente pode dizer que até hoje a gente tá aqui. [...] Foi uma ajuda muito grande que a gente teve foi através do SAR.

Fortalecido em torno do apoio oferecido pela igreja católica, o sindicalismo também experimentou um vertiginoso crescimento no Estado. Como foi dito no primeiro capítulo, o papel da Igreja teve significativa repercussão no RN, que chegou a barrar somente nesta porção do Nordeste o avanço das ligas camponesas. Para tanto, o apoio o sindicalismo foi amplo e estratégico, visando a bloquear os canais de atração do que se acreditava ser influência do regime socialista. O MST, por sua vez, com o intuito de se estabelecer na

região, teve que “disputar” espaço com a Igreja. Sua presença é um pouco mais recente e data o começo dos anos de 1990. Desse modo, não se registra, por exemplo, a presença do MST no processo de ocupação em Lagoa do Sal, conforme responde o assentado da referida localidade “(O MST nunca teve envolvimento não?) Não, aqui não. Depois que isso começou foi que [...] Isso aqui foi o primeiro assentamento!”.

Ao destacar que “isso aqui foi o primeiro o assentamento”, o assentado tem a intenção de apontar para o fato de que o movimento ainda não havia chegado ao Mato Grande. Já em São Sebastião II, cuja ocupação data de 1993, sua presença pode ser notada, muito embora, como coadjuvante, conforme afirma um assentado desta região: “O MST acompanhou também, mas o MST foi aquela história de quando vem a polícia todo mundo corre e a gente fica [...] se a gente tivesse esperado pelo sindicato ou MST a gente não estaria aqui hoje”.

A presença desses atores se fez acompanhar de um crescente número de ocupações, provocando um processo em cadeia, criando espaço para que, em pouco o tempo, o MST se instalasse na região. Dos 08 assentamentos que pesquisamos no Mato Grande, pelo menos 05 tiveram algum tipo de contato com o movimento, seja durante o apoio às ocupações ou depois das famílias já assentadas. Além do MST, da Igreja Católica e STRs, inclui-se também na narrativa dos assentados, a presença da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), através da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do RN (FETARN), bem como, agências governamentais representadas pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN (EMATER-RN) e entidades políticas, como prefeituras e Câmara dos Vereadores.

A variedade de atores sociais mobilizados na luta pela terra revela o caráter conflituoso que assumiu (e assume) a Reforma Agrária nessa porção do estado do RN. São comuns relatos de injustiça, usurpação de direitos trabalhistas ou tentativas de grilagem de terras. Exemplo é o processo que deu origem ao assentamento Logradouro, no qual a terra que há muito tempo era habitada por sucessivas gerações de famílias, e, em dado momento passa por um processo de disputa judicial entre os antigos habitantes e os filhos de um suposto dono. Para permanecer no lugar, as pessoas que tradicionalmente ocupavam a terra, deviam “pedir licença” àqueles que se diziam possuidores do legítimo direito de hereditariedade.

Não havendo nenhum documento que comprovasse a posse para nenhuma das partes, conforme afirmou um dos assentados, quando disse que “[...] *Num* tinha dono não, porque



*num* tinha documento [...]”. Assim, os ditos “filhos do dono” se articularam com advogados para forçar a outra parte a ser expulsa da terra, conforme relato:

No dia da audiência fomos convidados pra essa audiência, ai chegou lá os mais velhos que disse que eram donos... [nós] Num sabia ler. Fazendo o ajuntamento da gente *tudinho* pra fazer uma assinatura. Uma assinatura como? Era um despejo pra a gente desocupar o lote sem ninguém saber! [*quem foi que organizou isso?*] o advogado [...] aí quer dizer que ele com uma escritura na mão, agora ninguém sabia de nada, nós tudo lerdado [...]. (Grifos nossos).

Desconfiados, eles não assinaram o documento que os expulsaria definitivamente do local e acionaram a justiça através de um advogado, que entrou no contexto da disputa em favor dos trabalhadores rurais. Este, por sua vez, levou a causa até ao INCRA/RN, que deu início ao processo que culminaria com a desapropriação da terra, em benefício dos assentados.

Histórias de luta como essa são comuns no Mato Grande. Algumas, infelizmente, bem mais violentas que uma mera disputa judicial. Em Lagoa do Sal, a luta dos trabalhadores rurais contra o aparato paramilitar do dono das terras, terminou com a morte de um assentado. Passados mais de 20 anos do ocorrido, um assentado nos relatou o fato, ainda demonstrando profunda comoção, ao falar da morte daquele que, junto deles, lutou pela posse da terra: “[...] E nós teimando... teimando... Até que nós ganhamos ela [a terra]. Mas ganhamos debaixo de sangue [...]”. (Grifos nossos).

Do total dos 08 assentamentos por nós pesquisados, pelo menos 06 registram algum tipo de luta pela desapropriação do imóvel rural, o qual deu origem ao projeto. Isso permitiu, na maioria dos assentamentos do Mato Grande, a formação dos assentamentos como um cenário aparentemente politizado, observado do ponto de vista da organização das famílias, pelas próprias trajetórias de vidas, que inclui, em muitos casos, o confronto direto com o latifúndio. Elas, frequentemente, apresentam em suas narrativas noções de direitos, experimentadas, antes no cotidiano dos acampamentos e, que se desdobram na sociabilidade das associações, reforçadas pelo contato com os mediadores.

Este último aspecto, certamente possibilitou o fortalecimento dos laços de solidariedade dentro do grupo, frente a um “inimigo” claramente identificado e contra o qual deveriam estar unidos para confrontar. Aspecto que colabora para a tendência de que se constitua uma rede comunitária, razoavelmente estável.

O perfil das famílias também tem importante papel nesse sentido. Em termos de origens e trajetórias de vida, percebe-se que a proximidade entre esses elementos criam laços de identificação, a partir de um sistema de valores mais ou menos comum, favorecendo a convivência mútua, dentro da “encruzilhada social” que são os assentamentos rurais.

*a) Perfil das famílias assentadas*

As famílias que compõem os 08 assentamentos pesquisados no Território Mato Grande apresentam uma notável predominância entre as que viviam na zona rural, antes de se tornarem assentadas, com destaque para aquelas que ficam no mesmo município, onde foi instalado o projeto de assentamento. Quando perguntadas “Onde viviam antes de se tornarem assentados”, 75% (setenta e cinco por cento) das famílias apontaram a zona rural como lugar de vida anterior ao projeto, enquanto isso, 25% (vinte e cinco por cento) do total de famílias responderam que viveram na zona urbana. Apenas 01 família tem origem em outro Estado da Federação, indiscriminada à zona de procedência.

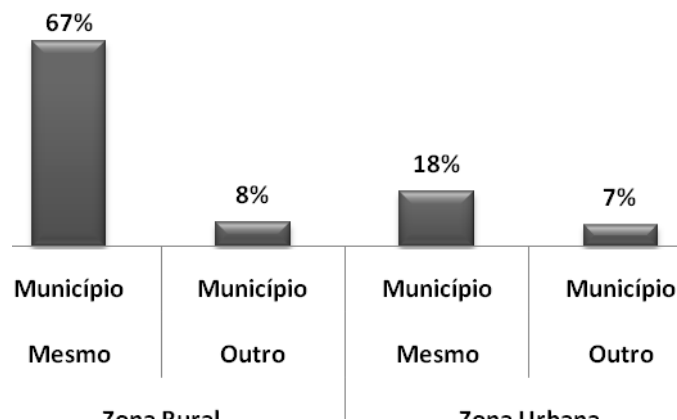
Entre as famílias que viveram na zona rural antes de serem assentadas, 90% (noventa por cento) delas são originárias do mesmo município onde se encontra o projeto de assentamento. O restante, 10% (dez por cento), são originárias de outros municípios. Em relação aos que vieram da zona urbana, 72% (setenta e dois por cento) são do mesmo município, enquanto o restante, 28% (vinte e oito por cento), são de outra localidade. Em relação à amostra total, 67% (sessenta e sete por cento) das famílias assentadas são provenientes da zona rural e do mesmo município onde se encontra o assentamento.

A tabela a seguir apresenta em números absolutos, as respostas obtidas através dos questionários aplicados em cada família, dentro de cada projeto pesquisado.

Tabela 1: Em que local vivia antes de ser assentado?

TERRITÓRIO MATO GRANDE				
Assentamento	Zona Rural		Zona Urbana	
	Mesmo Município	Outro Município	Mesmo Município	Outro Município
LAGOA DO SAL	10	0	1	3
LOGRADOURO	25	1	1	0
OURO BRANCO	16	1	0	0
7 DE JUNHO	2	0	5	0
AGUAS- VIVAS	20	6	4	2

BARRETO	2	1	5	3
SÃO JOAO	16	1	1	0
SÃO SEBASTIAO II	4	3	9	2
<b>TOTAL</b>	<b>95 (67%)</b>	<b>11(8%)</b>	<b>26 (18%)</b>	<b>10 (7%)</b>



Fonte: Projeto INCRA-Ambiental, 2008.

O gráfico acima aponta para uma predominância maciça de famílias com origem rural, provenientes do mesmo município onde está inserido o assentamento. Dado que revela uma tradição agrícola, denotando certa relação de pertencimento com a terra, a partir da qual, esses sujeitos demonstram uma notável satisfação com a vida associada às suas origens. Torna-se bastante recorrente em suas narrativas, que a propriedade da terra tem um valor maior, sempre vinculado à autonomia que isso possibilita, na medida em que rompe com as relações de dominação, sobremaneira, no que se refere a independência familiar sobre as relações de trabalho. Como revela o presidente sobre a vida no assentamento:

Rapaz, eu acho que melhorou porque na época, a terra era do patrão, agora a terra é minha [...] [*Mas, que diferença faz a terra ser sua ou ser do patrão?*]. Porque do patrão é do patrão, né? E minha é minha! Se eu tivesse condições, não faltava dinheiro, eu acho que eu teria alguma coisa pra trabalhar na terra, tem uma casa, que antes não tinha casa né? Trabalhava pra ele, praticamente pra ele [...]. (Grifos nossos).

Neste trecho, o assentado destaca que a diferença entre a terra ser do patrão ou sua, e que sendo dele, poderá produzir para si, com certa margem de crescimento, desde que haja condições para isso. Logo, um horizonte de possibilidades se descortina, para a melhoria das suas condições de vida, o que podemos observar quando ele em que diz: “[...] Se eu tivesse condições, não faltava dinheiro [...]”. A relativa “estabilidade” que este dado supõe, não

poderia ser pensada dentro das relações de dominação que patrão os submetia, dado o controle e o destino certo da produção. Nesse sentido, o assentado é enfático: “[...] trabalhava pra ele, praticamente pra ele [...]”.

Ao apontar para o reconhecimento da autonomia com um valor comum e a tradição agrícola que envolve os assentados do Mato Grande, procuramos chamar atenção para uma combinação que pode permitir um maior nível de envolvimento com a vida no assentamento, a partir de onde podem apresentar maior disposição para lutar pela vida nesse espaço, prevendo ser este uma oportunidade de efetivar um projeto de vida particular diretamente vinculado a terra.

O mesmo presidente da associação de Águas Vivas que há pouco reconheceu a autonomia conquistada frente ao patrão, admite, por outro lado, que objetivamente nada mudou em sua vida: “todas as condições eu acho que tá a mesma coisa”. Na sua interpretação dos fatos, o que muda nesse caso são *as possibilidades reais de construir uma vida pela qual vale à pena lutar*.

A tendência de “lutar pela vida no assentamento” sofre, evidentemente, a influencia de uma correlação de fatores que não se reduz somente a tradição agrícola ou relação de pertencimento com a terra, muito embora tenha nisso uma forte influência. O espaço social do assentamento supõe certo coletivismo direcionado para uma vida em comunidade, o que implica falar na conformação, em curto prazo, de relações de cooperação, solidariedade e horizontalidade, e que exclui, ao mesmo tempo, os conflitos que podem colocar em risco a estabilidade dessas relações.

#### *b) Associativismo e participação*

Face ao exposto, observamos que as associações dos assentamentos pesquisados no Mato Grande se apresentam sob relações comunitárias relativamente estáveis, onde o conflito de interesses – embora sendo frequentemente citado como problema – não chega a ser comprometedora das atividades que envolvem a participação dos assentados. As formas de trabalho coletivo apresentam uma sensível diferença em relação às do território Açu-Mossoró: dos 08 assentamentos pesquisados, pelo menos 05 já experimentaram alguma forma de trabalho envolvendo grupos de assentados, enquanto que no outro território, dos 10 assentamentos pesquisados, apenas 04 registram alguma tentativa neste sentido.

Proporcionalmente, isso equivale a 62% (sessenta e dois por cento) de experiências coletivas no Mato Grande contra 40% (quarenta por cento) em Açu-Mossoró.

A presença de certo “coletivismo” não aponta necessariamente para um maior engajamento, por parte dos assentados em suas associações. Em Logradouro, onde as famílias vivem há várias gerações no mesmo local, a organização dos assentados assumiu sua expressão máxima na luta contra a tentativa de grilagem das terras, através da disputa judicial mencionada anteriormente.

Não tardou para que, uma vez tendo acesso a terra, as formas de organização sofreram um forte arrefecimento, ficando as famílias reservadas ao trabalho individual, gerenciado por cada grupo familiar, conforme estavam habituados. Mesmo a associação criada posteriormente a partir de uma iniciativa da organização prestadora de assistência técnica – nunca foi, sequer, alvo de disputa pela liderança, conforme nos disse o presidente:

[...] Ele foi, assumiu lá e deixou eu no lugar dele aí os outros nunca queriam porque não querem perder tempo, porque quem vive num movimento desse perde muito tempo em reunião! Até o trabalho da gente se atrasa. [*então quer dizer que aqui não há disputa pra ser presidente?*] Não. Agora até aqui não houve. (Grifos nossos).

No mesmo sentido, as reuniões não contam com uma presença satisfatória do ponto de vista do líder: [...] o povo não é bem organizado na reunião não. Tem vez que chega 20, 20 e poucas pessoas, tem vez que num chega nem 10. Tem reunião boa, mas tem reunião [...] Tem vez que dá até 25, 30 pessoas, mas num é sempre que dá muita gente [...].

O que parece ter ocorrido no assentamento Logradouro, em particular, é que uma vez superado o desafio da conquista efetiva da terra, as famílias retomaram o padrão de vida que estavam habituados, recuperando o modelo comum de produção para subsistência, não se sentindo atraídas ou comprometidas com as novas alternativas de trabalho que o projeto de assentamento supõe, qual seja, formas cooperadas de produção.

Em síntese, o assentamento Logradouro, que antes era uma comunidade rural onde cada família desenvolvia individualmente suas atividades agrícolas, estabeleceram com a associação – criada por iniciativa da então prestadora de assistência técnica – uma relação estritamente instrumental, com a finalidade de viabilizar a permanência nas terras.

No relato das famílias e dos presidentes das associações, o “dinheiro” é destacado como elemento que aciona e motiva a participação dos assentados nas reuniões. Os períodos de negociação acerca da implementação dos créditos governamentais e demais recursos

destinados às famílias, são apresentados como aqueles em que a participação nas associações é mais assídua, tanto em termos de presença, quanto de envolvimento.

Em Logradouro o presidente justifica a falta de interesse dos assentados pela associação a partir da falta de aplicação de recursos que lhes digam respeito diretamente: “[...] Até aqui não houve [disputa pela presidência] sabe por quê? Porque não caiu projeto aqui dentro. Porque se tivesse caído projeto aqui dentro não faltava quem quisesse ser presidente [...]”. (Grifos nossos).

No mesmo sentido, apontamos o presidente de uma das associações de Águas Vivas, que afirma, em relação à presença dos assentados nas reuniões: “dos 28 se vier [...] quando é uma importância maior, talvez venha uns 20. [Importância maior é dinheiro? Quando é pra falar de dinheiro?] É, quando é pra falar de dinheiro que nem da reforma das casas que tá vindo agora. Até vem bastante [...]”. (Grifos nossos).

Nos dois casos, “o dinheiro” (na forma de empréstimo, financiamento ou recursos materiais) representa a própria viabilidade da vida dentro do assentamento, para sujeitos cuja experiência de uma maior autonomia, na gerencia de suas próprias vidas, é algo relativamente recente e abrupto, conforme foi ilustrado pela fala de certo assentado, que disse: “[...] Quando você passa de morador a proprietário a mudança é muito grande. A pessoa tem que ter muita responsabilidade. [...] as pessoas não estão preparadas para essa mudança radical [...]”.

Não se pode esperar, portanto, que ex-sem terras se transformem em produtores rurais, de médio ou pequeno porte, da noite para o dia. Também não se pode deixá-los no limite da sobrevivência oferecida pelo plantio da “roça”. Assim, quando por algum motivo do fluxo destes recursos é bloqueado, os assentados encontram atadas suas possibilidades de reprodução material, cujos limites se resumem na deficiência de capital econômico e, principalmente, político. Em Águas Vivas o presidente da associações ilustra como a falta dessas duas formas de capital podem dificultar a vida no assentamento:

[...] a gente não tem condições de trabalhar pra gente [...] Tem essas contas aí, a gente não pode fazer empréstimo. [*Porque tem que pagar o PRONAF?*] Nós estamos tudo inadimplente, né? [*Enquanto não pagar isso, não pode tirar mais?*] É, pode fazer um a fundo perdido, mas é uma burocracia tão grande que a gente nem [...]. (Grifos nossos).

De um lado, o endividamento, proveniente dos primeiros créditos, é um dos fatores constituem os problemas destacados pelos presidentes das associações. De outro, a

deficiência de capital político inviabiliza, também, pleitear fontes alternativas de recursos: “[...] mas é uma burocracia tão grande que a gente nem [...]”. Com isso o líder tenta apontar para sua relativa inaptidão em lidar com os trâmites burocráticos, sobre os quais não tem domínio suficiente.

Enquanto a distribuição dos recursos econômicos é mais ou menos equivalente entre as famílias, a partir do que oferece o projeto, o domínio sobre certo capital político não se apresenta uniformemente distribuído entre eles. O nível de escolarização, as trajetórias de vida e experiências em movimentos sociais ou sindicais, promove uma apropriação desigual desse recurso, permitindo-os operar, diferencialmente, com os códigos que envolvem as instituições formais. Isso reforça a importância de acompanhamento e orientação, sobretudo, na forma de assistência técnica, de maneira que, mesmo quando empenhados, os assentados não estão preparados para conduzir, sozinhos, as operações de suas associações, e, diante da falta de suporte, tende a declinar também sua disposição em participar.

No assentamento São Sebastião II, mesmo apresentando certa propensão o exercício participativo, os assentados encontram na falta de assistência técnica limites na elaboração de estratégias de trabalho. A princípio foram eles próprios que se mobilizaram para formação de sua associação: “[...] no começo *né?* A gente fundou a associação e a gente arrecadou de cada um pouquinho para pagar cartório *né?* A documentação com a receita, essas coisas. De lá pra cá a gente começou a se juntar *né?* Fazer reuniões [...]” (Grifos nossos).

No entanto, a falta de apoio da assistência técnica, no momento de nossa pesquisa, configura um quadro de falta de alternativas de trabalho, assim descrito pelo presidente:

[...] as condições de trabalho aqui é que cada um tem que fazer da maneira que dá pra fazer; [*os jovens tem que sair?*] é os jovens por exemplo nós temos filhos de assentados que tá indo trabalhar em Natal porque infelizmente nós não temos condições de dá um emprego aqui dentro da comunidade. Isso é um problema. Porque se a gente pudesse manter todo mundo no mesmo canto, trabalhando, ganhando dentro do próprio assentamento, seria a maneira que a gente teria.

Para que a participação seja estimulada entre os assentados é imprescindível que se componha um cenário favorável. A partir da presença de atores capacitados a orientar o processo, possibilidades reais emergem para que as famílias efetivem aspirações objetivas – sobretudo no que se refere as alternativas de trabalho na terra – e subjetivas – sempre em torno de uma autonomia familiar. Em contextos como esse, as noções que compõem a prática participativa, são experimentadas no cotidiano e reforçadas a partir de experiências

bem sucedidas. Do contrário, corre-se o risco de esvaziar todo seu sentido, sendo a participação identificada apenas como um discurso falacioso que não se aplica, ou mal se aplica a realidade.

Veremos que em alguns assentamentos do território Açu-Mossoró suas experiências participativas conduzem a um descrédito velado, ou mesmo manifesto, por parte dos assentados, no que se refere à participação nas associações. Há um caso extremo de um assentamento com o qual tivemos contato – que não se insere na amostra de nenhum dos dois territórios aqui trabalhados – onde alguns chegavam a afirmar, de modo contunde, que a participação nas associações era algo inútil do ponto de vista da produção agrícola. E com certo ar de cinismo, se orgulhavam em dizer: “[...] aqui só dá certo se for individual [...]”.

Nesse projeto tornava-se visível uma intransigência de umas famílias, em relação aos interesses das outras, acentuando o conflito ao seu estado mais agudo, ao ponto de uma procurar ignorar a outra.

Intransigência e autoritarismo são dois sentimentos imperativos na vida associativa. Em seu comportamento cotidiano os assentados já parecem revelar-se bastante passionais na manifestação de opiniões ou posturas, quase sempre sólidas, incisivas, fixas. Notavelmente isso se estende também ao domínio da participação nas associações, contra o qual o aprendizado participativo tem o papel de redefinir sentidos e significados.

Em termos de aprendizado participativo, encontramos na fala do presidente da Associação Ouro Branco, um discurso que aponta para as ambivalências entre uma compreensão de autoridade de líder e seu contra senso na participação democrática.

Quando se referiu à criação do grupo de jovens no assentamento, o presidente disse: “[...] quem fundou o grupo de jovens aqui fui eu que fiz, fui eu [...] agora eu reuni minhas filhas e fizemos um grupo de jovens [...] eu sempre reúno pra botar pra frente”. No mesmo sentido, ele afirmou em relação à presença das mulheres na diretoria da associação: “[...] tem umas cinco ou seis, eu *butei*. Minha mulher é secretária, a presidente do conselho fiscal é mulher, eu *butei*... eu *butei* [...] olhe tem mais mulher que homem! [...]”. (Grifos nossos). E sobre as atividades recreativas ele disse: “[...] Olhe[...] E agora mesmo eu tô com vontade de promover uma festinha aí no salão. Pediram pra fazer um grupo de jovens, eu mandei fazer! Aqui não tinha telefone eu botei! Chegou telefone esse ano [...]”.

A interpretação da fala do presidente pode nos apontar para uma compreensão de que as ações coletivas – no que dizem respeito a sua função como presidente da associação – são, antes, centradas ao entorno de sua própria figura, o que envolve seu discurso com certo *personalismo*. A autoridade que atribui a si, sobre iniciativas que são, na verdade, relativas



ao grupo, quando diz “eu fiz o grupo de jovens”, “eu reúno o grupo de jovens” ou “eu vou fazer uma festinha de São João”, pressupõe uma autoridade aparada em um “direito a mando”, talvez referente aos senhores/patrões, que agora se reorganizam na figura do presidente da associação. Percebe-se, nesse caso, que a tentativa de compatibilizar a representação de autoridade de um líder sofre grande influência do seu contra senso: os pressupostos da participação.

Este mesmo presidente demonstra, em diversos momentos de sua fala, a tentativa de conciliar seu discurso, com nuance autoritária, à sua compreensão de participação:

[...] olhe tudo hoje tem que ser em reuniões, aqui o que eu faço na presidência é tudo comunicado com o povo, chego, reúno, se vai fazer uma coisa agente se comunica tudo bem direitinho, pode não ter imprevisto de dizer “não o presidente fez isso [...]” Eu sou presidente, mas, não sou o dono do povo, tudo tem que combinado com o povo. Eu [...] graças a Deus agente se reúne se [...] Se quiser fazer [...] e dá certo. Pra não dá problema. Graças a Deus a gente aqui trabalha tudo correto, direitinho. É tudo em Ata, tudo reunido, todo mundo.

Quando afirma que “tudo hoje tem que ser em reuniões”, ele demonstra ter consciência de um processo, cujo papel de líder não comporta mais atitudes arbitrárias, nem autoritárias e que as decisões devem ser necessariamente tomadas em grupo, parece não estar dentro do seu universo de possibilidades de ação, mandar ou subordinar aos demais membros, de acordo com a sua vontade. Pelo contrário, o limite de sua vontade é o coletivo: “[...] eu sou presidente, mas, não sou o dono do povo, tudo tem que ser combinado [...]”.

O presidente reconhece, ainda, a importância do papel das discussões na elaboração de caminhos comuns entre os associados. Quando perguntado sobre os conflitos da associação ele responde:

Em reunião você sabe que existe debate. E é bom por isso! Que na reunião a gente debatendo, sempre chega a um denominador comum. Sempre chega a realidade. Olhe *hoje em dia* tem que ter debate, porque se não tiver não vai para frente. Não é verdade? (Grifos nossos)

A própria expressão “hoje em dia”, enunciada pelo presidente, pode indicar uma mudança na sua compreensão de autoridade, admitindo que esta, de certo modo, não se aplica “aos dias atuais”. Com isso, podemos perceber a importância que tem o papel desempenhado pelas lideranças na orientação da participação dos assentados, no sentido de

que, os líderes quando empenhados, conseguem mobilizar os assentados, estimulando-os e provocando suas participações. Quando ocorre o contrário, são negligentes em suas funções, conseguem inibir a participação através da desconfiança generalizada.

Finalmente, cumpre analisar como se opera na prática o movimento entre as fronteiras dos grupos familiares, a partir de uma tensão entre autonomia familiar e o coletivismo, subentendido no exercício participativo das associações. Para tanto, nos remetemos ao exemplo do assentamento Águas Vivas, o qual ilustra com clareza este aspecto que estamos nos referindo.

Entre todos os assentamentos visitados no Mato Grande, esse é o único que possui mais de uma associação. Nesse caso, o conflito entre dois grupos de famílias (ou como dizem os assentados, a “confusão”) remonta os tempos da ocupação, tendo permanecido latente, em razão da luta pela terra, mas imediatamente manifestada, depois da desapropriação em favor dos trabalhadores rurais. Desse modo, as 44 casas que compõem o assentamento Águas Vivas, estão ordenadas em dois núcleos de moradia (agrovilas), cada um referente aos dois grupos de interesses divergentes. Não coincidentemente, um deles é formado, em sua maioria, por famílias aparentadas, que decidiram, antes mesmo da concretização do projeto, construir suas casas separadamente. Pela mesma razão, foram criadas duas associações que atendem aos interesses de cada grupo em particular.

A esse respeito, o presidente nos disse em entrevista:

Por causa que alguns deles queriam fazer de um jeito, que a gente achava que não dava certo *né?* E nós queria fazer de um jeito e eles de outro. [*Fazer o quê? Projetos?*] Tudo. Aí a gente achou que, quando a gente ia fazer uma reunião terminava em *zuada*, aí tinha gente aqui que brigava porque a gente aqui, graças a Deus, somos um pessoal que não [?] nenhum. [*Águas Vivas II tem...*] Tem uns cabeças quentes, *né?* Inclusive lá é quase uma família. [*Aonde?*] Lá é [...] Bem dizer [...] Desses 16, só tem, parece que uns cinco que não é de uma família só. [*Desses 16 da Águas Vivas II tem [...] é praticamente uma família. Tirando seis o resto é tudo família. Aí de qualquer jeito eles se entendem lá.*] E lá eles se entendem. [*Porque é uma família. Aí essa família toma de conta então? Esses outros seis ficam sujeitos...*] Não, porque eles são um grupo, entendeu? Eles são um grupo só [...]. (Grifos nossos).

Quando o presidente diz: “eles *tudinho* são uma família”, chama atenção para como a família pode corresponder a um grupo de interesse privado, que foi se desenvolvendo através de empecilhos que estes colocavam frente aos interesses do grupo maior, representado pela associação original, de onde resolveram se desligar. O que é importante perceber, neste ponto, é o movimento de afirmação de autonomia familiar, representada por

um grupo que se identifica e é identificado como uma família. Percebe-se que a família, neste caso, não se limita exclusivamente aos que compartilham laços consanguíneos, mas compreende, antes, a um padrão de relações identificado através de interesses particulares.

Nesse caso, criar outra associação pode significar uma tentativa de afirmação dessa autonomia familiar e ao mesmo tempo uma forma de contornar o conflito evitando que não atinja proporções comprometedoras da sociabilidade política, tornando-a insuportável.

Tanto pelas formas que buscam mitigar o conflito, quanto pelo feixe relativamente estável que assume as relações associativas, a participação no território do Mato Grande se apresenta sob formas razoavelmente estáveis, nas quais a gestão de certos laços de comprometimento e solidariedade, no momento da luta pela terra, permite manter o conflito sob um estado que não chega a ser identificado como a principal causa dos problemas nos assentamentos.

Por outro lado, a presença dos atores sociais que apoiaram as ocupações deixou certo “legado”, na forma de algum tipo de dependência, uma vez que, na falta de assistência às famílias vêem suas possibilidades de ação completamente atadas. Apesar das limitações reais em que se encontram esses sujeitos, através de habilidades que eles ainda não puderam desenvolver durante sua breve experiência com a participação em suas associações, a narrativa de boa parte dos presidentes tende a justificar as dificuldades, apontando para a ausência de alguém que os apóie.

Não se trata, no entanto, de verificar se são os assentados que não dispõem minimamente de habilidades que os torne razoavelmente autônomos, ou se são as ações dos atores que não conduzem a uma autonomia relativa – a propósito da questão, acreditamos numa combinação desses fatores. O que nos interessa, é apontar os percalços, rumo a uma autonomia relativa, em meio a períodos de estabilidade e instabilidade.

O exemplo das experiências dos assentamentos no Território do Mato Grande são bastante elucidativos de um processo descontínuo e de temporalidade própria, que embora apresente problemas – no que se refere às alternativas produtivas e serviço de assistência técnica, entre outros – não chega a negar a participação, nem os resultados objetivos e subjetivos de seu processo.

c) *Condições de vida da população assentada*

Através da correlação dos fatores acima tratados, pudemos identificar que as condições de vida das famílias assentadas neste território, apresentam alternativas produtivas que garantem, mais ou menos, a sobrevivência dos assentados em seus projetos. Em se tratando de formas de trabalho realizadas pelas famílias nos lotes, a grande maioria declarou sobreviver do sustento proveniente da lavoura, através do que se chama de agricultura de subsistência.

Em seguida, apontam os *programas sociais* do Governo Federal como a segunda maior fonte de renda, com destaque para o Bolsa Família, diretamente complementar à renda familiar. Esta particularmente assume um importante papel para a inserção das famílias no mercado de consumo, uma vez que, permite aos assentados terem acesso às formas de crédito parcelado, no que se refere à aquisição de mercadorias de valor relativamente alto (como equipamentos domésticos), que dificilmente seriam adquiridos dentro de uma economia de subsistência, tendo em vista que gera pouco excedente e não oferece garantias na forma de renda fixa. Logo depois, citam a *aposentadoria* como terceira maior responsável pela renda nos assentamentos. A *prestação de serviço* ocupa o quarto lugar, que corresponde, principalmente, às formas de trabalhos prestados nas propriedades rurais vizinhas, em regime de remuneração diária, que geralmente varia entre R\$ 15,00 ou R\$ 20,00 por dia de serviço. Inclui-se ainda nesta categoria o trabalho de corte de cana-de-açúcar, comum em alguns assentamentos mais próximos do litoral, onde há esse tipo de cultura. Adiante temos a *venda agropecuária* compreendendo a quinta maior fonte de renda entre as famílias, o que corresponde à venda do excedente da produção familiar para o mercado, através dos chamados “atravessadores” ou direto no mercado local.

A falta de meios para os próprios assentados comercializarem seus produtos faz da venda para intermediários a principal via de escoamento da produção da grande maioria dos assentamentos. Os produtos são vendidos a um valor muito inferior ao do mercado, provocando uma desvalorização prática e simbólica do trabalho dos assentados e, conseqüentemente, uma sensível falta de interesse por esse tipo de atividade, levando-os a ser atraídos por outras formas de trabalho, como por exemplo, formas de assalariamento rural.

Finalmente, o trabalho assalariado, comércio e outras formas de atividades

indiscriminadas são citados como as últimas formas de renda entre as famílias. Já o trabalho assalariado se refere às diversas modalidades de contratos, cujos mais frequentes são o funcionalismo público, sobretudo o municipal, através de cargos de serviço como merendeira, vigilante, professora de ensino primário, etc.. No que se refere ao comércio, inclui-se, nessa categoria, a venda de cosméticos ou produtos desse gênero, em estabelecimentos locais ou “de porta em porta”.

Tabela 3: fonte de rendas das famílias nos assentamentos

Território Mato Grande								
ASSENTAMENTO	SUBSISTENCIA	PROGRAMAS SOCIAIS	APOSENTADORIA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	VENDA AGROPECUÁRIA	TRABALHO ASSALARIADO	OUTRAS	COMERCIO
LAGOA DO SAL	14	9	7	2	3	1	5	0
LOGRADOURO	26	10	10	12	2	2	0	3
OURO BRANCO	15	8	5	4	0	2	0	1
SETE DE JUNHO	7	3	2	0	1	2	0	0
AGUAS-VIVAS	27	23	6	10	7	3	3	1
BARRETO	11	10	2	1	2	1	1	0
SÃO JOAO	18	11	5	4	4	1	2	3
SÃO SEBASTIÃO II	17	6	10	5	2	2	3	2
<b>TOTAL</b>	<b>135 (38%)</b>	<b>80 (22%)</b>	<b>47 (13%)</b>	<b>38 (11%)</b>	<b>21 (6%)</b>	<b>14 (4%)</b>	<b>14 (4%)</b>	<b>10 (3%)</b>

Fonte: Projeto INCRA-Ambiental, 2008.

As variáveis de renda acima apresentadas aparecem de maneira combinada em cada família. A hierarquia aponta para ordem de importância e corresponde à frequência com que foram citados, em relação ao número total de resposta em cada assentamento. A agricultura de subsistência, por exemplo, é citada por praticamente todas as famílias e ocupa, por isso, o primeiro lugar.

Conforme apontam os dados, o par subsistência e programas sociais, compreende à base de toda fonte de renda na grande maioria de todos os assentamentos pesquisados. Essa combinação oferece condições básicas de sobrevivência, através do provimento das necessidades vitais, a partir dos produtos do trabalho agrícola nos lotes, associado à aquisição de bens de consumo básicos, mediante a principal fonte de renda fixa (programas sociais).

A partir dessa base, as famílias assentadas desenvolvem formas de renda complementares, não necessariamente ligadas ao trabalho agrícola. É comum encontramos

formas de trabalho não regulares, através de serviços eventuais, caracterizado popularmente como “biscates”, ou trabalhos por estação, no que se refere ao período chuvoso, com destaque para o plantio da cana-de-açúcar e demais culturas extensivas, que atraem os assentados pela mão-de-obra temporária.

Alguns assentamentos deste território apresentam, ainda, experiências com projetos coletivos que permitem (ou permitiram, por determinado período) um relativo aumento na renda dos assentados. Esses projetos, de maneira geral, dizem respeito às culturas relativas à fruticultura irrigada, em parceria com empresas agroexportadoras e, conforme é comum nessa região, plantio de cajueiros que já podem estar presentes na propriedade no ato da posse, ou serem implementados na forma de projeto.

No que se refere aos projetos de fruticultura irrigada, temos como exemplo os assentamentos de Lagoa do Sal e Águas Vivas. O primeiro teve experiência de vários projetos, dentre eles o da cultura de banana irrigada, que durou algum tempo, mas declinou em função de dificuldades que os assentados tiveram com a manutenção da irrigação. Em Águas Vivas, as famílias tiveram a iniciativa de sediar um projeto de mamão, que ofereceu durante certo período alguma fonte de renda, mas segundo os assentados, foi alvo de uma praga que atacou as plantas e, por isso, foi abandonado. Em Ouro Branco e São João Batista os assentados desenvolvem projetos relativos à cultura do cajueiro, de onde se obtém a castanha, produto com grande aceitação no mercado, que é vendida já processada, e oferece uma rentabilidade satisfatória do ponto de vista dos entrevistados.

Além destes, todos os assentamentos (com exceção de Logradouro e São Sebastião II) tiveram alguma experiência com projetos coletivos, que vão desde um aviário de galinhas caipiras até hortas comunitárias. Em todos os casos, embora sendo projeto coletivo, o sucesso depende muito da combinação entre as formas de trabalho coletivo e individual, sendo isso muitas vezes decisivo para alcançar algum êxito na iniciativa.

Geralmente esses projetos combinam uma gestão comunitária dos recursos que dizem respeito ao grupo, como por exemplo, maquinário e recursos financeiros, ao mesmo tempo em que o tratamento da cultura é feito nos lotes individuais, ficando o trabalho sob a competência de seus respectivos proprietários. Deste modo, ocorre uma combinação que, de certa forma, respeita a independência da qual a família reclama sob seu trabalho e, ao mesmo tempo, é possível integrar as tarefas dentro de uma gestão coletiva, tornando-se possível compartilhar experiências e aperfeiçoar o aprendizado participativo.

A disposição que se apresenta nos assentamentos desse território para o trabalho

coletivo vem de encontro ao que tratamos sobre a relativa estabilidade da sociabilidade política nas associações. Muito embora, na narrativa dos assentados, o conflito seja identificado como problema, não chega a ser comprometedor das ações dotadas de um sentido participativo, diante das formas de participação articuladas internamente, na política cotidiana.

### **Território Açú-Mossoró**

O Território da Cidadania Açú-Mossoró (RN) está localizado na porção noroeste do estado e faz fronteira ao norte com a Costa Atlântica, ao oeste com o estado do Ceará, ao sul e leste com o Território do Sertão do Apodi. Abrange uma área de 8.105,10 Km<sup>2</sup> e comporta aproximadamente 6.786 famílias assentadas. Atualmente é composto por 14 municípios: Açú, Alto do Rodrigues, Areia Branca, Baraúna, Carnaubais, Grossos, Ipanguaçu, Itajá, Mossoró, Pendências, Porto do Mangue, São Rafael, Serra do Mel e Tibau.

Aqui trabalhamos com uma amostra de 10 assentamentos, relacionados abaixo:

<b>ASSENTAMENTO</b>	<b>MUNICÍPIO</b>
SANTOS REIS	Areia Branca/RN
OLHO D' ESCADA	Baraúna/RN
OURO VERDE	Baraúna/RN
RANCHO PEREIRO	Baraúna/RN
SANTA CLARA	Baraúna/RN
SANTA LUZIA	Carnaubais/RN
BARREIRA VERMELHA	Mossoró/RN
SANTA ELZA	Mossoró/RN
SÃO JOSE II	Mossoró/RN
TERRA NOSSA	Mossoró/RN

Em todo estado, essa região é caracterizada historicamente pela produção de sal de cozinha (cloreto de sódio) e petróleo, sendo o maior produtor (em terra) do Brasil e um dos principais abastecedores de gás para o Nordeste. As Unidades de Bombeio Mecânico vulgarmente conhecido por "cavalo de pau" integram a paisagem local, assim como, os campos brancos de sal. As estradas construídas pela Petrobrás chegam a beneficiar alguns assentamentos, na medida em que, facilitam ao acesso. No entanto, não se verificou em

nenhum deles a realização de parcerias que oferecesse maiores vantagens às famílias, pela presença da empresa na região.

Durante os anos de 1980, a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves – o maior reservatório de água do estado – viabilizou o Projeto de Irrigação do Baixo Açu, criando, ao seu entorno, um grande e fértil vale destinado a fruticultura irrigada, chamado de Vale o Açu, o que tornou a região o terceiro e mais importante pólo de fruticultura irrigada do Nordeste, através da instalação de empresas agroexportadoras.

A luta pela terra nos assentamentos desse território compreende majoritariamente aos antigos trabalhadores das fazendas que, em razão de alguma inviabilidade produtiva interna, reivindicaram a posse da terra, através do apoio dos atores sociais, presentes no cenário político da região. Aqui, destaca-se Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte (FETARN), entidade representativa da CONTAG em nível nacional, que tinha como objetivo apoiar as iniciativas de desapropriação através do sindicalismo rural<sup>21</sup>.

Em relação ao Território do Mato Grande, a amostra correspondente ao Território Açu-Mossoró apresenta uma sensível diminuição no número de projetos formados a partir de algum tipo de luta pela terra. Dos 10 assentamentos pesquisados, apenas 03 registram formas de resistência na tensão entre latifúndio e sem-terras. Prevalece, portanto, o modelo de desapropriação em que o próprio dono se dispõe a venda das terras e, para tanto, mobiliza as instâncias necessárias, ou, diante da pressão dos trabalhadores rurais não oferece grande resistência. De modo que, o perfil geral de formação dos assentamentos, neste território, ocorre através da articulação com os sindicatos que cadastram e selecionam as famílias dispostas a compor o grupo inicial de assentados.

Em Olho D'água da Escada, o grupo de famílias que deu origem ao projeto foi realocado de outra ocupação. Neste caso, a exemplo dos outros assentamentos do mesmo território, não houve ocupação, conforme retrata o líder da associação:

A primeira coisa que agente chegou aqui através da Associação de Catingueira, que brigaram por lá, os assentados lá com o proprietário daqui, *né?* Então através disso colocaram os filhos de posseiros, ou genro de posseiro; então dessa vez foi

---

<sup>21</sup> Cumpre, aqui, chamar a atenção para uma particularidade desta região, no que se refere a presença das mulheres na política, que conforme veremos mais adiante, repercute também na sociabilidade das associações. Diversos momentos na história da região Oeste registram movimentos emancipatórios femininos, deles, o primeiro voto feminino, que se deu no ano de 1928, na cidade de Mossoró, num momento em que era vetada a participação das mulheres nas eleições. Cabe citar também o Motim das Mulheres de 1875, formado por mães que se opunham ao alistamento militar obrigatório.



que agente sentou por aqui, numa boa, sem briga. E daí *se unimos*, começamos a trabalhar e estamos vivendo até hoje [...]. (Grifos nossos).

A presença do MST entre os assentamentos desse território, em relação ao do Mato Grande, também é sensivelmente menor: 02 entre os 10 registram a presença do movimento no apoio às ocupações. Em Terra Nossa, um dos assentamentos no qual estivemos presentes, a líder registra as estratégias de articulação, características desse tipo de ação coletiva:

Na época do MST tinham os grupos, o grupo da educação, da saúde, outro do lazer, de tudo tinha, da higiene [...] Tinha de tudo! Mas aí quanto a gente se separou, num sei se devido [...] Quando a gente era nos barracos a gente era mais unido. Eu não sei porque que eu já vi essa conversa em muitos assentamentos que quando estão nas casas começa a desestruturação da organização do assentamento.

Esse movimento de que trata a presidente da associação, entre laços de companheirismo firmados no momento da ocupação e seu posterior enfraquecimento, no período que segue a posse efetiva da terra, é bastante comum nos estudos sobre assentamentos. Aspecto que, também, se confirma mediante a nossa pesquisa e sobre o qual tratamos anteriormente.

É importante registrar que esse assentamento, em particular, apresenta formas de participação singulares em relação aos demais projetos estudados nesse território, onde o processo de luta e a presença do MST, sem dúvida, tiveram papel central na criação de determinadas características sobre as quais entraremos em detalhes mais adiante.

Os assentamentos desta amostra praticamente não apresentam grandes conflitos, no que tange a luta pela terra e, mesmo os que de alguma forma apresentam, parecem ter sido conduzidos dentro dos trâmites burocráticos legais, quando, por exemplo, os assentados não reagem às liminares de despejo, conforme ocorreu em Rancho Pereiro: “[...] teve de oficial de justiça vim aqui pra cá com mandato para desocupar senão ia ser pior [...] e eles obedeciam, saíam [...]”.

Sem dúvida, a malha de atores sociais que prestavam apoio aos trabalhadores rurais, tanto no que se refere à FETARN, via Sindicatos rurais, quanto aos demais atores como MST e ONG’s, foi de importância providencial para o caráter relativamente pacífico das iniciativas de desapropriação.

Não obstante, o ônus desse processo se manifesta em um perceptível grau de evasão das famílias, que abandonam parcial ou integralmente seus lotes de trabalho. Embora não

dispomos de dados numéricos que justifiquem essa afirmação, o fato é notável pelo número de casas fechadas e em evidente estado de abandono.

Fica claro que há, neste dado, uma correlação de fatores, da qual se deve considerar o imperativo das alternativas de trabalho nos assentamentos, ou melhor, da falta delas, sobre as quais detalharemos mais adiante. Ao mesmo tempo, os meios através dos quais esses sujeitos se apropriam da vida no assentamento, têm grande papel, nesse sentido, de maneira que, quando as formas de mobilização são mínimas, verifica-se uma possível tendência de que os assentados desenvolvam uma relação menos estável de pertencimento com o assentamento e as possibilidades que ele oferece de acesso ao trabalho na terra.

Em razão desses e outros fatores a vida comunitária nestes assentamentos se amparam em laços sociais menos estáveis dado a relativa alternância de famílias que abandonam seus lotes e são substituídas por outras. As suas inserções nos meios rural e urbano, como veremos adiante, também influenciam fortemente nesse processo no que se refere praticamente a um modo de vida que se desenvolve de maneira híbrida entre a cidade e o campo, numa tentativa de combinar simultaneamente as vantagens que podem oferecer um e outro.

#### *a) Perfil das famílias assentadas*

As famílias que compõem os 10 assentamentos pesquisados no Território Açúcar-Mossoró apresentam uma predominância entre as que viviam na zona rural antes de se tornarem assentadas, com destaque entre aquelas que ficam no mesmo município, no qual foi instalado o projeto de assentamento. Quando perguntadas sobre “Onde viviam antes de se tornarem assentados”, 60% (sessenta por cento) das famílias apontaram a zona rural como lugar de vida anterior ao projeto, enquanto, 40% (quarenta por cento) do total de famílias responderam zona urbana. Apenas 02 famílias tinham origem em outro estado da federação, indiscriminada a zona de procedência.

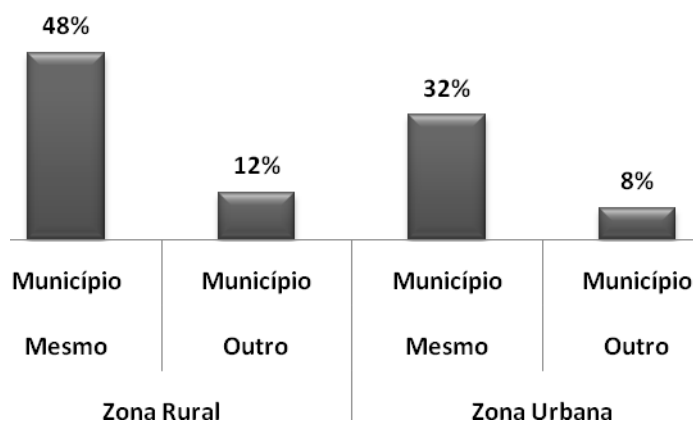
Entre as famílias que viveram na zona rural, antes de serem assentadas, 81% (oitenta e um por cento) delas são originárias do mesmo município onde se encontra o projeto de assentamento; o restante, 19% (dezenove por cento), são originários de outro município. Em relação aos que vieram da zona urbana, 79% (setenta e nove) são do mesmo município, enquanto que o restante, 21%, (vinte e um por cento) são de outra localidade. Em relação à

amostra total, 48% (quarenta e oito por cento) das famílias assentadas são provenientes da zona rural e mesmo município onde se encontra o assentamento.

A tabela a seguir, apresenta em números absolutos, as respostas obtidas através dos questionários aplicados a cada família e em cada projeto pesquisado.

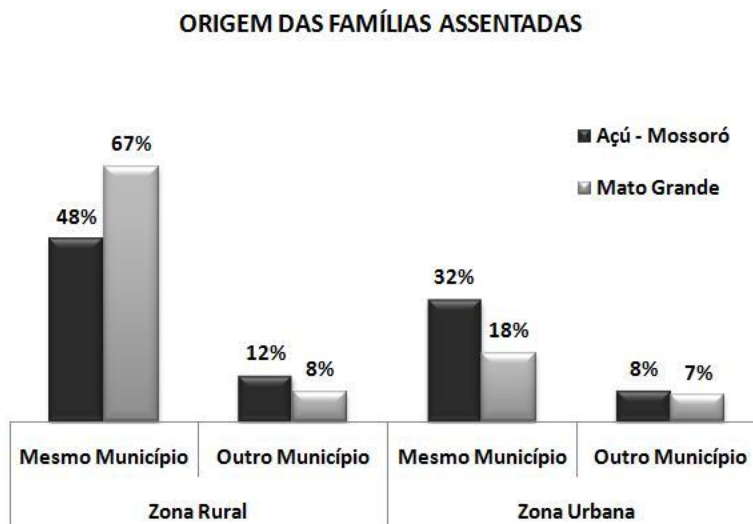
Tabela 1: Em que local vivia antes de ser assentado

TERRITÓRIO AÇU-MOSSORÓ				
Assentamento	Zona Rural		Zona Urbana	
	Mesmo Município	Outro Município	Mesmo Município	Outro Município
SANTOS REIS	8	1	1	1
SÃO JOSE II	4	2	5	1
TERRA NOSSA	10	3	9	3
SANTA CLARA	0	0	6	2
SANTA ELZA	8	7	1	2
SANTA LUZIA	3	0	3	1
OLHO D' ESCADA	9	0	3	0
OURO VERDE	5	0	7	1
RANCHO PEREIRO	3	1	5	0
BARREIRA VERMELHA	13	1	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>63 (48%)</b>	<b>15 (12%)</b>	<b>41 (32%)</b>	<b>11 (8%)</b>



Fonte: Projeto INCRA-Ambiental, 2008.

Conforme podemos perceber através da leitura dos dados, parte significativa das famílias assentadas nos projetos localizados no Território Açu-Mossoró, é proveniente do mesmo município onde está inserido o projeto. Por outro lado, há uma notável diferença entre os dados do território do Mato Grande, no que se refere a origem rural:



Conforme percebemos, enquanto a relação entre famílias originárias de outros municípios se apresenta razoavelmente equiparada, entre as amostras dos dois territórios e em termos dos que são do mesmo município, Mato Grande se destaca entre os de origem agrícola, enquanto Açú-Mossoró apresenta uma notável relevância entre os que são provenientes do urbano.

A relativa preponderância entre as famílias que são provenientes do meio urbano, configura-se nos assentamentos deste território um padrão de relações sociais caracterizadas por estratégias que poderíamos chamar de um “modo de vida híbrido”, ou seja, caracterizado por uma permanência alternada entre cidade e assentamento. Sempre que diante de algum contexto hostil, que se forme nos assentamentos – conforme é comum no que refere a falta de assistência técnica e alternativas de trabalho –, as inserções e as experiências desses sujeitos no meio urbano parece torná-los mais propensos a serem atraídos pelas alternativas de vida que este espaço oferece.

Em se tratando de um modo de vida híbrido, as combinações que se apresentam são inúmeras. É freqüente o relato de famílias em que a mãe e os filhos vivem na cidade, enquanto o pai habita no assentamento para cuidar dos lotes. Supõe-se, neste caso, um intercâmbio dos membros da família entre os dois espaços, como estratégia de permanecerem juntos, sendo comum estarem todos no assentamento aos finais de semana.

No mesmo sentido, pode ocorrer o caso em que as famílias trabalham durante o dia na cidade e vão ao assentamento para dormir, transferindo para terceiros a tarefa de cuidar do lote, quando não há dentro da família mão-de-obra habilitada ou disponível. Há ainda os

casos em que as famílias frequentam o projeto somente aos finais de semana, tendo uma residência fixa na cidade, ao mesmo tempo em que podem usufruir, ou não, dos lotes – o que é mais comum quando o assentamento está localizado próximo à cidade.

A familiaridade com o meio urbano e a provável rede de relações sociais formadas nesse espaço, certamente possibilita algum tipo de suporte, tanto para as alternativas de trabalho, quanto para a permanência parcial, fazendo com que os assentamentos do território apresentem alto índice de *pluriatividade* das formas de trabalho, especialmente através de uma combinação campo-cidade.

É possível perceber esses elementos na fala dos presidentes das associações, a partir do trecho abaixo, que ilustra claramente o que estamos tratando. No assentamento Barreira Vermelha, a líder aponta para o próprio exemplo na intenção de justificar a situação dos demais assentados:

Todos trabalham no lote e trabalham fora, como eu, eu não trabalho, assim, diretamente no meu lote mais tenho milho, feijão, sorgo, tenho mais de três hectares plantados agora, e agente trabalha e tem os bicos da gente, eu tenho meus bicos tenho minhas coisas e não empata de eu trabalhar aqui e eu trabalhar lá, porque sempre eu deixo um filho meu cuidando, cuida do meu lote e me ajuda aí o que eu ganho já divide, final de semana, que eu só venho três vezes pra cá pra Mossoró, o restante da semana é trabalhando lá.

As modalidades de trabalho pluriativo envolvem tanto os de natureza urbana quanto rural. Os empregos oferecidos no próprio campo concorrem com o trabalho nas cidades, através dos projetos de fruticultura irrigada em escala comercial, bem como, nos assentamentos próximos da zona salineira, como é o caso do assentamento de Santos Reis, onde os assentados podem ser absorvidos pelas atividades que compreendem a produção de sal.

Contrário a necessidade dos assentados que buscam empregos fora do assentamento, o presidente da associação em Santa Clara aposta na produção irrigada – a exemplo do que ocorre com a fruticultura na região –, como alternativa para sobrevivência no lote, ao mesmo tempo em que aponta para o dificuldade de desenvolver trabalhos paralelos:

[...] pra que nós não precise se deslocar para trabalhar fora é um poço para nos trabalhar na irrigação [...]. Eu rodo 24 km todo dia [‘e eu 30 km!’ responde outro assentado] pra sobreviver e as mulheres ficam aqui, se não fossem as mulher pra cuidar das coisinhas que a gente tem aqui, como nos ia sobreviver aqui dentro? [...]

Percebemos que as opiniões de vários outros assentados convergem no mesmo sentido, afirmando que se haviam alternativas de trabalho dentro do projeto, somadas ao

suporte através de assistência técnica regular. Fator que revela a preferência destes em se dedicar, exclusiva ou prioritariamente, às tarefas que são de sua incumbência enquanto assentado.

Aspectos como a pluriatividade do trabalho e o hibridismo do modo de vida das famílias assentadas no território Açu-Mossoró têm, conforme veremos agora, influência direta nas formas de participação das famílias, sendo fonte de uma série de dificuldades que tornam o processo associativo menos eficiente no cumprimento do seu papel, qual seja, o de promover mudanças garimpando possibilidades reais de melhores condições de vida.

#### *b) Associativismo e participação*

A partir do modo de vida combinado que experimenta a maioria das famílias deste território, as formas de participação que se configuram no âmbito da vida associativa apontam para desafios de maior ordem em relação aos que pudemos verificar no Território Mato Grande. Isso se traduz na forma de alguns dilemas, deles, a falta de estratégias de ação coletiva para contorná-los, chegando até impasses que parecem neutralizar as possibilidades de mobilização nas associações.

Nesse sentido, o exemplo mais notável é o do assentamento São José II que, não obstante, é ilustrativo da situação dos demais assentamentos, ainda que em graus variados. Em entrevista, o presidente da associação afirma que em razão do trabalho desenvolvido pelos assentados, fora do assentamento, a função mais elementar da associação – qual seja, a de reunir os assentados em assembléia para discutir desafios e estratégias de vida no projeto – fica praticamente inviabilizada, de modo que há mais de dois anos ele não conseguiu reunir, sequer uma única vez as famílias.

A dificuldade é exatamente essa. Porque lá a gente tem que trabalhar fora. Pra a gente poder sobreviver, ganhar algum dinheiro pra manter a nossa família. Então as pessoas que estão trabalhando fora, muitas vezes não vem nos finais de semana que a gente tá lá pra fazer [reunião]. (Grifo nosso).

Pela impossibilidade de reunir os assentados, as formas de participação que se configuram nessa amostra apontam para uma inoperância das atividades internas. O corpo dirigente, coincidente ou não com a diretoria da associação, cujo papel é de levar a cabo as tarefas que mantêm a regularidade de suas ações associativas, nesse caso se apresentam de

forma insuficiente, através do que a presidente da associação de Barreira Vermelha chama de “falta de compromisso”, quando afirma: “Um dos problemas que eu acho assim [...] dentro da associação é falta de compromisso”.

Com este termo, a líder chama a atenção para certo descaso por parte dos assentados em relação a associação, o que analiticamente deve ser lido como a manifestação e o resultado de uma correlação de fatores que fazem das associações um espaço subaproveitado pelas famílias.

Primeiramente porque suas atividades estão voltadas para fora do assentamento, através das variadas formas de trabalho pluriativo, fazendo com que suas expectativas de vida e realização pessoal sejam, também, projetadas para fora, através de alternativas de trabalho prontas (como os empregos assalariados oferecidos pelos projetos de fruticultura irrigada ou pela indústria do sal) o que os faz ignorar a associação como estratégia de trabalho internamente.

Segundo, não sendo alvo de expectativa de melhoria de suas condições objetivas de vida, os assentados não investem nem tempo, nem recursos necessários para que as associações funcionem, como por exemplo, a taxa mensal que alimenta a reserva necessária para o deslocamento dos líderes em direção as instâncias de negociação e decisão.

Terceiro, as funções ficam concentradas nas mãos das lideranças, que se vêem sobrecarregadas de atividades e, diante da falta de apoio dos demais, muitas vezes, se eximem que qualquer tarefa. Conforme pode ser observado em relação ao referido presidente de São José II que, momentaneamente, desistiu de reunir as famílias; ou ainda ao presidente da associação de Ouro Verde que, no momento da nossa pesquisa, vivia na cidade e se dedicava quase que exclusivamente ao sindicato rural.

Assim se compõe um ciclo de relativa inoperância reforçado no cotidiano das relações comunitárias, onde a ausência das famílias no projeto justifica a abstenção política da grande maioria. Nesse sentido, as narrativas de vários presidentes expressam a falta de interesse como motivo dos assentados não participarem. O trecho abaixo reproduz a fala do presidente da associação de Santos Reis:

[...] (nas reuniões) às vezes num vai nem a diretoria. Porque também o pessoal não... Mas também não é desculpa porque no último domingo, todo mundo ta em casa né?, poderiam vir. [*E porque você acha que eles não vão?*] Acho que por falta de interesse mesmo! [*Porque os assuntos não são interessantes...*] É, não são interessantes pra eles. [...] o pessoal não paga a associação, e assim... é direitos e deveres, tem no estatuto é direitos e deveres pagar a associação, então eu digo

assim, se você não paga não tem direito de exigir. (Grifos nossos).

Consideradas as limitações com que se deparam os assentados, há uma tendência de transferir toda a responsabilidade para a figura do líder, cujo papel é confundido com os maiores imperativos operacionais da associação. Em Terra Nossa a presidente salienta a carga de funções que assume com a presidência, ao mesmo tempo em que destaca a omissão dos demais assentados:

Eu sou pra tudo, sou pra pesquisa, eu sou pra seminário, eu sou pra problema interno, problema externo. [E quanto você coloca isso na reunião?] Eles dizem: eu não tenho tempo! A gente colocou você na diretoria pra isso. Ai eu digo: gente uma andorinha sozinha não obra verão não! (Grifos nossos).

De fato que não faz, e os assentamentos da amostra Açú-Mossoró, em sua grande parte, atestam isso. Aqui o quadro que se compõe é de uma eminente falta de alternativas, que justifica e reforça formas de participação *caracterizadas* pelo mínimo envolvimento das famílias. Estamos falando de um ciclo vicioso, reificado no cotidiano das associações, pela falta de estratégias plausíveis, de confiança e de investimento de esforços. Em Olho d'água da Escada o presidente aponta para o movimento inerte sobre o qual nos referimos:

[*E quando chamam? O Senhor estava dizendo que a reunião agora ta sendo, assim... não tem uma data*] É, não tem uma data. É isso. Por que primeiro, é o seguinte: eu vou chamar... somos 12. 'Agora de quatro horas vamos fazer um reunião'. Pra quê? Se não tenho nada definido para nada, né?! Eu vou dizer a eles o que? Nada! Não tem o que dizer. Não é assim?! (Grifos nossos).

Assim como Olho d'água da Escada, vários outros assentamentos parecem enclausurados nesse ciclo inerte. Contudo, existe um deles cujo exemplo é digno de menção pelas configurações que assumiu a participação no seu espaço e com isso garantiram uma operacionalização razoável das ações internas.

Terra Nossa é um, dentre os 10 assentamentos pesquisados nesta região, que nos apresentou uma experiência participativa atípica em meio às demais associações. Muito embora, completamente apoiado no papel da liderança (uma mulher que na ocasião de nossa pesquisa ocupava o cargo de presidente), a combinação entre o aparente empenho e obstinação da líder, apoiada por um "corpo dirigente" empenhado com as tarefas da associação, permitiu apontar para uma outra realidade, na forma de alternativas de vida



concretas e consistentes – conforme pudemos perceber na fala da presidente.

A mesma que há pouco nos esclareceu que “as andorinhas sozinhas não fazem verão”, mais adiante nos revelou que conta com uma equipe, ou em suas palavras “uma turma boa”, capaz de auxiliá-la e tornar viável o cumprimento das funções da associação. A “turma boa” a que se refere a líder compreende alguns assentados que por afinidade eletiva e/ou senso de responsabilidade se comprometeram nas tarefas por eles elencadas como prioritárias.

Um exemplo é a necessidade de se deslocar para fora do assentamento, em direção aos espaços de negociação. Em relação a isso, a presidente diz que havendo coincidência de datas e horários, dispõe suas próprias filhas como representantes, e sendo mulheres e menores de idade, são acompanhadas por um senhor assentado, que sempre se habilita para tarefa:

Chamo, mas, eles nunca têm tempo, tem tempo pra tudo no mundo, menos pra resolver problemas do assentamento, [...] se eu preciso ir pra reunião em dois cantos, tiro minha filha da escola e boto pra ir pra outro canto, pra não perder a oportunidade de negociação nem nada, e ensino pra ela o que deve falar, o que não deve, o que deve procurar pra melhorar o assentamento, e também seu Pedro Lima que me ajuda bastante também. [*Seu Pedro Lima é quem?*] É um velhinho, ele é da diretoria também, [*Faz pare da diretoria também.*] faz, ele sempre ta me ajudando, quando eu não posso ir, ele acompanha minhas meninas, que são de menor, e não podem ir só, ele acompanha elas. (Grifos nossos).

Com um histórico que inclui um período de contato com o MST, principalmente durante a ocupação da propriedade, a presidente também já foi professora de ensino fundamental e participou de cursos que lhe proporcionaram o que ela chama de “bagagem boa”: “Eu já fiz vários cursos, seminários [...] Eu tenho uma bagagem bem boa [...]”.

O seu capital político e cultural, colocado em prática diariamente no cotidiano da associação parece tornar as ações deste núcleo em particular razoavelmente viáveis. Uma alternativa encontrada pela presidente para contornar o desafio de reunir os assentados foi a de realizar as reuniões sempre à noite, momento em que a grande maioria retorna ao assentamento para dormir. Como forma de estimular a participação das famílias e assim evitar que se alimente o ciclo inerte de falta de propostas, ela apresenta em sua fala, alternativas de trabalhos consistentes, a partir de estratégias de inserção no mercado:

Agora nós vamos ter aqui em Mossoró a feira agro-ecológica, ta entendendo? Por isso que eu digo que as hortaliças pra cá era essencial, porque se a gente pega um projeto desse, a gente tem que ter o que, a sementeção, vai ter uns nascendo outros

grandinhos e tal, tal, tal, não deixar faltar, que vai ser todas as segundas-feiras, que vai ser toda segunda-feira, você botar 100 pés de coentro, toda segunda-feira você vai ter o quê, 100 pés de coentro ta entendendo? [...] os gastos seriam pequenos, e uns plantariam tomate, outros pimentão, outros o coentro, e assim sucessivamente, então a água chegando a gente vai botar em prática, pra gente começar a participar também e aqui mesmo, na comunidade mesmo a gente venderia. [*Então fale um pouco do projeto das mulheres lá, com a história da costura, né?*] É, e tem as que querem fazer calcinhas e sutiã e outras querem os paninhos de fogão, de bujão, liquidificador essas duas propostas são as que têm mais procura, e eu to correndo bem ligeiro atrás do corte e costura porque, pra ver se a prefeitura também dá as máquinas, assim pra cada costureira dá as máquinas, porque teve um projeto lá na *Quixaberim* que ela deu, sabe, eu andei conversando assim, tenho muita amizade, a gente vai se infiltrando, aí vou ver se eu consigo. (Grifos nossos)

Depois de apresentar estas e outras propostas, sempre justificadas a partir de uma viabilidade plausível, bem como as ações que já foram desenvolvidas como projeto de arborização do assentamento, ligação hidráulica dos poços para as casas, a telefonia e iluminação pública e etc., a presidente destaca o papel que assume a “turma boa” ou o corpo dirigente que oferece suporte para as atividades da associação:

[*Mas sozinha a pessoa não consegue fazer tudo.*] Não consegue fazer tudo, mas o que eu puder fazer... [*Mas você luta mais com quem, além de você?*] É Seu Pedro, Seu... , é Antônio, é Isaura... [*Que eles são do mesmo grupo seu, todos do MST.*] Seu Vitoriano, agora vem Seu Zé Firmino pra ajudar, [*Zé Firmino é da onde?*] é crente, lá da vila, sabe? Tem agora Osias, tem uma turma boa mesmo assim, mas turma mais esperta que Seu Pedro, que Antônio, Isaura... , não existe, é pau pra toda obra, não é de sair, ta entendendo? Mas dizer assim, eu quero ir pra tal canto atrás disso, eles fazem das tripas coração, se ninguém quiser ajudar eles mesmos ajudam, fazem e eu vou, é uma equipe muito boa.

No quadro geral das experiências participativas apresentadas por esse território, observamos que há uma apropriação diferenciada dos espaços das associações e suas possibilidades de ação coletiva. Predominam formas de participação em que os assentados se envolvem apenas minimamente com suas associações, ao nível mesmo do indispensável, subaproveitando os espaços participativos, o que configura um quadro de completa ou parcial inoperância das atividades internas. Por outro lado, a experiência particular que se destaca nesse contexto, nos apresenta um contraponto a partir do qual podemos visualizar alternativas de viabilidade das associações mesmo em meio às adversidades que são insistentemente salientadas pelos assentados e presidentes, numa tentativa, muitas vezes, de justificar uma apatia generalizada.

Quando perguntada sobre nível de participação das famílias, a presidente de Terra Nossa afirma:

Olha você precisa ver a última reunião que nós tivemos, até a Visão Mundial simplesmente adoraram, porque tava a associação em peso, pedindo, tirando dúvidas, a gente ta engatinhando novamente pra frente. Porque se viesse no ritmo que vinha a gente já tava muito longe, mas infelizmente em todo assentamento, e eu pensava que nunca ia acontecer nesse [...].

Observamos que os contornos da *performance política* da líder pode ser atribuído a sua inserção no MST, que por sua vez busca desenvolver um forte trabalho de formação de lideranças, incluindo um discurso propositivo e operante. Contudo, o que se faz importante considerar, nesse caso, são as estratégias apontadas por essa associação, a partir de um corpo dirigente empenhado que se apresenta como contra senso para as outras experiências participativas, relativamente inoperantes nessa amostra, não obstante, diante de um quadro semelhante de adversidades.

### c) *Condições de vida da população assentada*

Assim, como ocorre no Território do Mato Grande, a combinação entre *agricultura de subsistência e programas sociais* do Governo Federal garante a sobrevivência da grande maioria das famílias assentadas nos projetos estudados em Açú-Mossoró. O terceiro item em ordem de importância é o *trabalho assalariado*. Isso atesta o que há pouco havíamos discutido sobre o trabalho pluriativo concorrente com o trabalho nos lotes.

Correspondem, conforme dissemos alhures, ao trabalho exercido nas pequenas e grandes empresas no ramo da fruticultura irrigada, na indústria do sal, ou nas diversas modalidades de empregos urbanos. Segue a *prestação de serviços* que aponta para as mesmas formas de trabalho, sendo, nesse caso particularmente, irregulares no sentido de periodicidade do serviço e da remuneração, o que equivale falar em formas de trabalho não assalariado sem vínculo empregatício.

A *aposentadoria* é a quinta colocada, representando uma fonte de renda permanente. Certamente é responsável pela permanência dos assentados que habitam em tempo integral os projetos, dado que a partir desse provendo básico pode se dedicar às atividades do lote, mais ou menos a despeito da falta de alternativas, sem necessariamente depender delas para sobreviver. Em menor expressão, estão o comércio, a venda agropecuária e os itens indiscriminados através da categoria “outros”. A discussão a respeito deles compreende o que já foi dito na parte do território Mato Grande.

Tabela 3: Fonte de rendas das famílias nos assentamentos

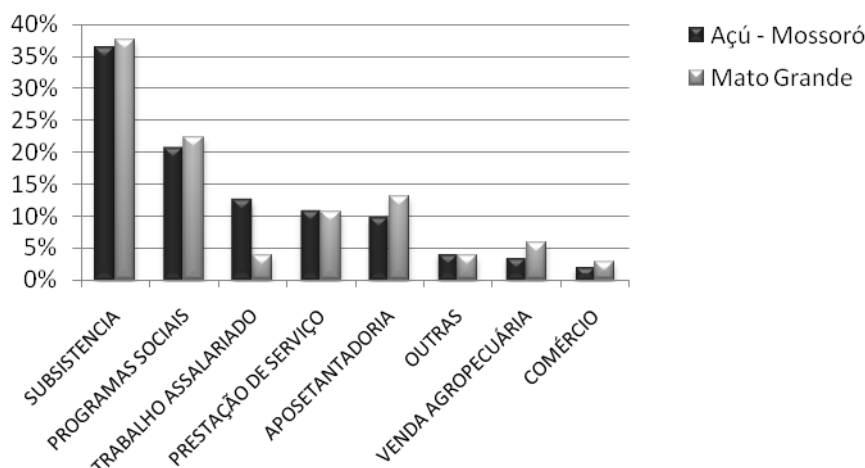
TERRITÓRIO AÇU-MOSSORÓ								
ASSENTAMENTO	SUBSISTENCIA	PROGRAMAS SOCIAIS	TRABALHO ASSALARIADO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	APOSENTADORIA	OUTRAS	VENDA AGROPECUÁRIA	COMERCIO
SANTOS REIS	11	8	2	1	1	1	1	1
SÃO JOSE II	8	9	2	5	3	1	1	1
TERRA NOSSA	22	11	3	8	5	3	2	3
SANTA CLARA	8	5	5	1	1	1	0	0
SANTA ELZA	9	2	11	4	1	1	3	0
SANTA LUZIA	5	3	1	2	3	1	0	0
OLHO D' ESCADA	9	8	6	5	5	0	0	0
OURO VERDE	11	5	2	3	4	1	1	1
RANCHO PEREIRO	10	4	1	1	1	0	2	0
BARREIRA VERMELHA	14	6	4	2	5	3	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>107 (36%)</b>	<b>61 (21%)</b>	<b>37 (13%)</b>	<b>32 (11%)</b>	<b>29 (10%)</b>	<b>12 (4%)</b>	<b>10 (3%)</b>	<b>6 (2%)</b>

Fonte: Projeto INCRA-Ambiental, 2008.

As variáveis de renda acima apresentadas aparecem de maneira combinada em cada família. A hierarquia aponta para ordem de importância e corresponde à frequência com que foram citados em relação ao número total de resposta em cada assentamento. Embora predomine em relação ao número total de respostas, a agricultura de subsistência, através dos trabalhos nos lotes, talvez não seja a principal fonte de renda entre as famílias assentadas, ainda que possa ser a principal atividade regular praticada entre eles.

O fato de revelarem a atividade agrícola como a principal certamente significa uma tentativa de justificarem-se enquanto assentados – o que não significa que não o exerçam regularmente. Conforme pudemos observar, mesmo desenvolvendo formas de trabalho, paralelo eles podem desenvolver estratégias de manutenção da lavoura, através dos filhos, cônjuge ou mão-de-obra contratada.

#### FUNTE DE RENDA DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS



Fonte: Projeto INCRA-Ambiental, 2008.

O que se torna particular nesta amostra é que a combinação de atividades que sustenta as famílias nos assentamentos certamente é o trabalho assalariado junto dos programas sociais, diferente do plantio de subsistência associado aos programas sociais, conforme ocorre no Mato Grande. O que se justifica pela inoperância de projetos coletivos, que, embora tenhamos registrado algum tipo de iniciativa (04 dos 10 assentamentos pesquisados), no momento de nossa pesquisa, encontravam-se todos há um bom tempo abandonados.

A fala do presidente da associação de Santa Luzia é ilustrativa nesse sentido: “antes a gente trabalhava coletivamente, dividia o que ganhava entre todos, mas isso não deu certo, cada um cuida do seu”. Esse não parece ser o caso em que se culpe os assentados de acomodação, falta de compromisso ou negligência em relação aos benefícios de participar de uma associação. O presidente da associação de Rancho Pereiro admite com clareza os benefícios da época em que vigorava a organização política e projetos coletivos, fato que atribui ao suporte recebido para as ações do grupo:

[com os projetos coletivos] as vezes nós tinha problema que dava briga quando vinha para assembléia. Mas também a gente tinha uma organização! Pra dizer assim: vamos agora montar um projeto aqui, vamos fazer uma ATA aqui e vamos levar para Mossoró e vamos atrás de dinheiro no Banco, e vinha! Por que? Porque estava uma organização; tava uma assistência dentro do Assentamento. Direto. Tirava qualquer duvida do Presidente da Associação, levava para um técnico, se discutia juntos; de imediato a gente já resolvia. Tinha uma gerencia! Porque um presidente de uma Associação é uma espécie... é uma espécie de gerenciamento. Mas o que acontece com isso: hoje você tem um prefeito que tem um assessor;

hoje você tem um governo sem assessor [...] são vários, são vários [...] o Presidente da República tem vários assessores. Então [...]

Complementando o raciocínio do líder não dá pra ser presidente, da república ou da associação, prescindindo de um corpo dirigente que ofereça suporte para suas ações, seja ele formado por sujeitos internos quanto atores externos. Sem que se componha um “corpo dirigente”, na forma do que chamou a outra líder de “uma turma boa”, acompanhada de assistência técnica regular, parece ser inviável ou pelo menos muito difícil manter uma associação no cumprimento de seu papel de acionar e articular as famílias em busca de alternativas de melhores condições de vida. Sendo assim, no território Açu-Mossoró apenas 04 entre os 10 assentamentos pesquisados apresentam assistência técnica regular. Não coincidentemente, um entre estes 04 é o assentamento Terra Nossa, há pouco citado como organização associativa “modelo”.

Embora sendo a deficiência na prestação de assistência técnica também uma realidade gritante nos assentamentos da amostra do Território Mato Grande, o que é particular em Açu-Mossoró é que aqui as famílias não conseguiram desenvolver formas de permanecer no assentamento. Ao mesmo tempo elas são atraídas por outras modalidades de trabalho, especialmente os de natureza urbana, dado suas inserções anteriores nesse espaço e pela relativa estabilidade que certamente representa as formas de assalariamento, contra a grande instabilidade das poucas e precárias alternativas de viver da lavoura.

No que se refere a esse território em relação ao do Mato Grande é notável que a relação do assentado com a terra seja sensivelmente diferente, tanto em termos concretos quanto ideais: nessa porção do Estado predomina exemplos de exploração nos moldes empresariais, sobretudo a partir da fruticultura irrigada, fazendo da agricultura familiar um modelo, por assim dizer, quase “sufocado”. Consequentemente há um deslocamento entre a noção de trabalhar na terra e habitar a terra de trabalho, isto faz da relação com ela mais próxima de um negócio que de um modo de vida - o que por sua vez está relacionado com as trajetórias, experiências de vida e referências dessas famílias.

Finalmente, o quadro de relativa precarização com que se apresentam as condições de vida nesse território não significa dizer, necessariamente, que as famílias vivam dessa maneira, mas que sua inserção no assentamento ocorre de maneira *assessória* às estratégias de sobrevivência criadas. Dedicar-se a viver somente no assentamento, cuidando de seus lotes de trabalho, talvez signifique se render ao movimento inerte em que se encontram esses espaços ou lutar contra algo que sozinho não se pode fazer muito. Por outro lado, abandonar

completamente o projeto significa abrir mão dos benefícios que como assentados podem ter acesso.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---





Com este estudo buscamos chamar a atenção para os assentamentos de reforma agrária como um marco importante de um processo de democratização ainda em curso. Nas últimas décadas ele vem sendo atravessado pelo alargamento das oportunidades de diálogo com institucionais formais, através da criação de canais de participação por onde os trabalhadores do campo podem dar continuidade a sua trajetória de lutas e conquistas.

As associações de assentados assumem grande importância, no sentido de que se constituem de espaços reservados para o próprio exercício participativo, com potencial de mudança na vida das famílias assentadas, no que tange a consolidação de habilidades democráticas e a viabilização de experiências concretas de cidadania.

Se por um lado, as inserções e experiências desses sujeitos não contemplam as habilidades necessárias para operacionalizar, com relativa autonomia, o processo organizativo e suas mudanças, nos assentamentos eles encontram a oportunidade de construção de novas bases, a partir da orientação dos atores sociais presentes na cena política, que são, a princípio, empenhados em oferecer suporte às iniciativas de ação coletiva.

É no ritmo ditado pela experiência cotidiana, frente aos desafios de tornar o assentamento um espaço de vida e trabalho, que os procedimentos participativos operam nas diversas dimensões da vida social. Tornar-se assentado significa assumir uma nova postura política, frente aos desafios do cotidiano, a partir da organização social e política das famílias, o que adentram a dimensão do trabalho, das relações doméstica e comunitárias, mediadas por noções democráticas de horizontalidade, solidariedade e autonomia, com potencial de redefinir os padrões de autoridade, deslocamentos de poder e noções de direitos.

A articulação entre o que as famílias investem nas associações – na forma de interesses, expectativas e trabalho concreto – frente aos desafios cotidianos, resulta na combinação do que chamamos *formas de participação*, caracterizadas pela não-coincidência entre visões de mundo. Por esse motivo, atravessada por uma espessa rede de intrigas, tensões e enfrentamentos.

Com isso, o espaço das associações passa a ser o palco do conflito por excelência, o que significa dizer que é o lugar reservado para os ajustes entre as divergências particulares, discussões e negociações de caminhos que podem conduzir a um modo de vida que se deseja ter no assentamento. Ao mesmo tempo em que são espaços de articulação, as associações se constituem da principal instância de representação das famílias, exercendo uma mediação autêntica, na medida em que permite aos assentados falarem em nome de si próprios.

Isso pode ser particularmente importante para o avanço da democracia participativa nos espaços rurais, onde os sujeitos foram historicamente privados de voz ativa,

sobremaneira, pela repressão violenta que sofreram as formas camponesas de contestação e reivindicação.

Não muito raro, as associações são identificadas pelos assentados como espaço de “confusão”, “picuinha” e “discórdia”, onde as pessoas trazem toda sorte de assuntos para tratar nos momentos de discussão, durante reuniões e assembléias. A forma como lidam com questões que salientam as diferenças internas entre as famílias é um divisor de águas, no sentido de que pode conduzir ao aprimoramento das experiências ou o esvaziamento do sentido da participação.

Destacamos que do mesmo modo que as formas de participação variam entre as famílias, a maneira como cada assentado participa em suas associações também é diferenciada. Dedicar-se às tarefas burocráticas, frequentar reuniões, realizar contatos na busca de alternativas para os desafios internos, até contribuir mensalmente com os fundos da associação, são atividades das quais esses sujeitos se apropriam diferencialmente. Ao passo que as contribuições podem ser distintas, são também complementares, articuladas no jogo de afinidades eletivas e interesses internos.

Participar destes espaços significa, antes, estar inserido em uma rede de sociabilidade marcada por afetos e desafetos, aproximações e evitamentos, limites entre o companheirismo ou a hostilidade. O ato de participar das associações pode significar um investimento caro para os assentados, tanto do ponto de vista de valores, ao ter de submetê-los a certa resignificação, quanto do esforço empregado nas tarefas que exigem responsabilidades e competências a que são levados a aprender.

A maneira diferencial, com que os assentados de cada um dos dois territórios estudados se apropriam dos espaços das suas associações, foi, conforme demonstramos, o modo pelo qual os projetos se apresentavam razoavelmente viáveis, ou não, em termos de oportunidades de vida e de trabalho.

No Território Mato Grande, alguns fatores concorrem para que tenham sido criadas, apesar das adversidades, estratégias de permanência das famílias nesses espaços, através de formas de participação capazes de suportar uma oferta razoável de alternativas de trabalho. A trajetória de luta desses sujeitos que, naquele território em particular, se apresentava através de histórias mais pungentes, associadas às origens predominantemente rurais e a pouca inserção nos espaços urbanos, parecem se desdobrar numa relação mais íntima de pertencimento com a terra e conseqüentemente com o assentamento.

Com isso, o trabalho nos lotes assume uma expressão um pouco maior que no Território Açu-Mossoró, de maneira que, a venda agropecuária – resultado da parte da

produção destinada ao comércio – chega a ser quase o dobro da amostra do Oeste. Associada a este fator, há a predominância de formas de rendas suplementares, as quais favorecem a permanência das famílias nos lotes, por exemplo, quando observada a sensível diferença na incidência de famílias que têm acesso a programas sociais (bolsa família) e previdência social (aposentadoria).

A influência desses fatores sobre as formas de participação na amostra do Território Mato Grande se traduz em relações políticas mais estáveis e aparentemente comprometidas em buscar alternativas de melhores condições de vida e de trabalho.

Nos assentamentos pesquisados no território Açú-Mossoró, as trajetórias de luta e de ocupação se apresentam sob formas relativamente pacíficas, mediadas por uma rede de atores sociais que, salvo raras exceções, conduziram o processo dentro dos trâmites burocráticos. Com isso, a organização social das famílias se ergue sob outras bases, nas quais os laços de comprometimento e cumplicidade mútua não tiveram no fator emulador da “luta” um vetor de fortalecimento.

A relação que as famílias desenvolvem com os centros urbanos é acompanhada por trabalhos paralelos aos lotes e inserções que geram outros compromissos, dividindo os esforços entre assentamento e cidade, caracterizando um modo de vida híbrido e fazendo dos assuntos internos, muitas vezes, uma questão de segundo plano. As lideranças se vêem diante de um quadro mais desafiador, que começa com reunir as famílias em torno dos problemas cotidianos, conforme foi destacado por muitos presidentes.

Por esses motivos, as formas de participação se mostraram menos operantes e as adversidades relativas se acentuaram, uma vez que, entre as famílias, a rede de compromissos que oferece suporte às tarefas das associações é menos estável, fazendo das condições de vida internas um cenário de precarização.

Finalmente, a criação das associações em assentamentos de reforma agrária já nasce acompanhada da tutela de atores sociais, promotores deste estímulo. Na ocasião em que é lançado o PNRA, o INCRA passa a prestar assessoria, fornecendo acompanhamento e um modelo pronto de estatuto social. Essa iniciativa do Estado, no sentido de promover uma representação política e jurídica dos assentados – capaz de dialogar com as políticas públicas – tem seus desdobramentos na criação de relações de dependência, nem sempre explicitadas.

As formas de participação das famílias e as próprias estratégias de promoção das condições de vida apresentam uma necessidade de orientação, reforçada no cotidiano das relações associativas, tornando o avanço na autonomia desses sujeitos o maior desafio na encruzilhada da vida política nos assentamentos rurais.

## REFERÊNCIAS

AKCELRUD, Isaac. **Reforma Agrária**: a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Global, 1987. (cadernos de educação política).

ARAÚJO, Severina G. de. **Assentamentos rurais**: trajetória dos trabalhadores assentados e cultura política. Natal: EDUFRN, 2005.

BERGAMASCO, Sônia M. e NORDER, Luiz A. Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção primeiros passos).

BORDENAVE, Juan E. Dias. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos).

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

CALDART, Roseli S. **Pedagogia do movimento sem terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

CAMERFORD, J. C. Reuniões camponesas sociabilidade e lutas simbólicas. In PEIRANO, Mariza (org.). **O dito e o feito**: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

\_\_\_\_\_. As reuniões em um assentamentos rural como rituais. In COSTA, L. F. C.; FLEXOR, G.; SANTOS, R. (orgs.). **Mundo rural brasileiro**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro-Seropédica: Mauad X-EDUR, 2008.

CARNEIRO, Maria José. O caráter familiar da agricultura familiar. In COSTA, L. F. C.; FLEXOR, G.; SANTOS, R. (orgs.). **Mundo rural brasileiro**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro-Seropédica: Mauad X-EDUR, 2008.

COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?**

Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/venezuela/faces/mato/Dagnino.pdf>. Acesso em 01 ago 2009.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos).

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social**. São Paulo: Cortez, 2001.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

ELIAS, Norbert. **Escritos & ensaios 1: Estado, processo, opinião pública**. In NEIBURG, F.; WAIZBORT, L. (orgs.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978 (vol. 1).

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

II Plano Nacional de Reforma Agrária. Brasília, novembro de 2003.

LEITE, Sergio; HEREDIA, Beatriz; *et al* (coord.). **Impacto dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MARTINS, J. de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

MEDEIROS, Leonilde S.; LEITE, Sérgio (orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

MEDEIROS, Leonilde S.; *et al.* (orgs.). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. (Prismas).

NOVAES, Regina R., **De corpo e alma**: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

PALHANO, Paulo R. da Silva. **O novo na luta pela terra**: quando o patrão sai de cena. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1995.

PALMEIRA, Moacir. Modernização e reforma agrária. In COSTA, L. F. C.; FLEXOR, G.; SANTOS, R. (orgs.). **Mundo rural brasileiro**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro-Seropédica: Mauad X-EDUR, 2008.

PATERMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. São Paulo: Paz e terra, 1992.

PRADO, Caio Jr.. **Dissertações sobre a revolução brasileira**. Brasília-São Paulo: Editores FAP-Brasiliense, 2007. (Sessão IV: p. 241-273).

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1973.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROMANO, Jorge Osvaldo. Poder, valores e conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos. Comentários a um debate. In MEDEIROS, Leonilde; et al. (orgs). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. (Prismas).

RUA, M. das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou coordenadoras de painelas**: as relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000.

SABOURIN, Eric. Reforma Agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. Revista **Estudos Sociedade e Agricultura** n. 02, Rio de Janeiro, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Rede de movimentos sociais**. São Paulo, Edições Loyola, 1993.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**, S. Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SILVA, J. Graziano da. **Para entender o plano nacional de reforma agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 1999.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro** – As novas atividades no meio rural. Pesquisas Unicamp. São Paulo: Mimeo, 1998.

SOUZA, Jessé. **A construção social da sub-cidadania**: para uma sociologia política da modernização periférica. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006.

VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

VEIGA, José Eli da. **Nascimento de outra ruralidade**. Estudos Avançados, n. 57. São Paulo: USP/IEA. (v. 20). p. 333-353, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B.. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas**: o rural como espaço singular e ator coletivo. Recife: UFPE, 2000.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho na terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In MEDEIROS, Leonilde S.; BARBOSA, M. Valéria; et al. (orgs.). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.